



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG



KEANE BARROSO DE CARVALHO

TERRITÓRIOS PRODUTIVOS

Estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará

FORTALEZA/ CE
JULHO/2009

Keane Barroso de Carvalho

TERRITÓRIOS PRODUTIVOS

Estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração:

Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Zenilde Baima Amora

FORTALEZA/ CE

JULHO/2009

C331t

Carvalho, Keane Barroso de

Territórios produtivos: estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará / Keane Barroso de Carvalho. __ Fortaleza, 2009.

197 p.; il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zenilde Baima Amora.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

1. Distrito Industrial. 2. Indústria. 3. Territórios Produtivos. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia.

CDD: 341.1221

Keane Barroso de Carvalho

TERRITÓRIOS PRODUTIVOS

Estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Defesa em: **14/07/2009**

Resultado obtido: **10,0**

Conceito: **Com Louvor**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Zenilde Baima Amora (Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof.^a Dr.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

*Aquela que se foi, mas
continua presente: minha
querida avó Maria
Delfina; À minha querida
mãe, Maria de Jesus, a
quem devo toda a minha
formação; Àquele que
acabou de chegar para
iluminar minha vida, meu
querido filho Rafael.*

Olhe, eu podia mesmo contar-lhe a minha vida inteira, em que há outras coisas interessantes, mas para isso era preciso tempo, ânimo e papel, e eu só tenho papel; o ânimo é frouxo, e o tempo assemelha-se à lamparina de madrugada. Não tarda o sol do outro dia, um sol dos diabos, impenetrável como a vida.

Machado de Assis, O escritor

AGRADECIMENTOS

Obrigada, Pai, por me haver dado a vida; obrigada, Pai, por tantas vitórias; obrigada, Pai, por mais essa glória e pelos obstáculos que enfrentei para conquistá-la. Foram degraus necessários para o meu amadurecimento pessoal e profissional; obrigada por sustentar-me e manter acesa em mim a chama da perseverança, do otimismo; e, finalmente, obrigada por interpor no meu caminho pessoas maravilhosas que me ajudaram nesta conquista.

Obrigada, minha querida mãe, Maria de Jesus, por toda a sua vida dedicada a minha vida, por estar ao meu lado em todos os momentos. Sem você, talvez eu tivesse conquistado algumas coisas nesta vida, mas não teriam a mesma importância, não igual valor e semelhante grandeza, pois não teriam sido cultivadas com o seu amor. Obrigada por investir em mim, por enfrentar as críticas, os obstáculos, as injustiças, para continuar ao meu lado, cuidando de mim. E, mais particularmente, durante o desenvolvimento desde trabalho, obrigada pela paciência, por me ajudar nos afazeres domésticos, enfim, por cuidar de mim, não importando a circunstância. A ti devo tudo, mãe querida!

Obrigada, meu amado marido, pelo teu amor bonito, sem cobranças, sem exigências, sem reclamações. Obrigada pela tua compreensão, pela tua ajuda, que foram maiores do que a tua precisão. Obrigada por saber tirar de cada gesto, de cada ação, de cada reação, de cada olhar, de cada momento juntos a maior beleza possível. Obrigada por me ensinar a valorizar cada momento, por me acalmar diante as tribulações, por me dizer sempre que vai dar tudo certo, que eu sou capaz, nos meus momentos de maior insegurança. Eu te amo muito!

Obrigada, meu querido filho Rafael, a pessoa que, depois desta autora, foi a que mais participou da elaboração deste trabalho. Durante os nove meses de minha gestação, me acompanhou nos trabalhos de campo, nas leituras e no processo de escrita do trabalho. E, depois de seu nascimento, continuou comigo na labuta, muitas vezes ao meu lado, mamando enquanto escrevia este trabalho. Meu filho foi e continuará sendo a luz da minha vida!

Obrigada meu pai e minha mãe, Celso e Toinha, por todo o carinho, pela força, pela compreensão, por confiarem e sentirem orgulho de mim, por me ajudarem em tudo que podem.

Obrigada, professora Zenilde, por construir comigo este trabalho, por ter acreditado nele e ter tido o máximo desvelo. Uma orientadora no sentido mais completo do termo, sempre presente, dedicada, cuidadosa, educadora, compreensiva, resoluta e incisiva, mas, ao mesmo tempo, doce e suave, enfim, uma pessoa e uma profissional rara em nosso meio. Foi um prazer imenso tê-la como orientadora.

Obrigada, Luiz Antônio, meu querido amigo e parceiro, que, mesmo enfrentando esse mesmo processo, sempre esteve ao meu lado me ajudando, carinhoso e preocupado. Admiro-o muito pela sua sensibilidade, racionalidade e competência.

Agradeço a todos aqueles que me ajudaram direta ou indiretamente na feitura deste trabalho. Não serei capaz de mencionar todos, mas deixo meu “muito obrigada”: ao Programa de Educação Tutorial – PET de Geografia, onde assentei as bases da minha vida acadêmica; a toda equipe do Laboratório de Estudos Urbanos e Geografia Cultural – LEURC, em especial a Leidiane – a menina mais meiga que já conheci – e ao William; aos professores Edilson Jr., Manoel Fernandes e professoras Virgínia Célia e Cláudia Grangeiro; ao querido amigo Nicolai Vladimir, pela ajuda e pelos momentos de descontração, uma pessoa realmente admirável; a toda a turma de mestrandos do ano de 2007 – Diego, Rosilene, Daniely, Emília, Camila, Paulo Massey, Paulo Valdenor, Beth, Fábio, André de Moçambique, Marisa e Cleuton; aos coordenadores do mestrado, Prof. Dr. Luiz Cruz e Prof.^a Dr.^a Lidriana Pinheiro; às empresas que colaboraram para a realização desta pesquisa; à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Maracanaú – SDE; e, para finalizar, agradeço à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, pelas bolsas concedidas para a realização deste trabalho.

O mundo oferece as possibilidades e o lugar oferece as ocasiões. Não se trata aqui de um exército de reserva de lugares, senão da produção raciocinada de um espaço no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico.

Milton Santos, Natureza do espaço, 1996, p. 50.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o I Distrito Industrial do Ceará, localizado no Município de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, e buscou compreender quais foram os processos e as transformações que ocorreram neste espaço industrial. Foram analisados a rede de relações e os fluxos estabelecidos pelas indústrias, bem como a dinâmica dos agentes sociais nele envolvidos. Trabalhamos a ideia do distrito industrial no processo mais amplo de produção do espaço capitalista inserido na trajetória da industrialização brasileira e, em especial, do Nordeste e do Ceará. Adotamos um arcabouço teórico que privilegiou o repensamento do conceito de distrito industrial e sua configuração no Brasil. Constatou-se da metodologia a utilização de dados secundários, destacando-se informações como: trabalho, produção, exportação e importação, entre outros; e primários, sendo estes últimos obtidos dos questionários aplicados nas indústrias, complementando-se, com efeito, os dados obtidos de forma indireta. O uso dessas técnicas e instrumentos possibilitou relacionar as informações quantitativas e qualitativas obtidas na pesquisa na perspectiva das diversas escalas. O estudo apontou para um repensamento do conceito de distrito industrial, mediante sua aplicabilidade no contexto cearense. Acredita-se ter contribuído, no âmbito geográfico, para o enriquecimento do conceito de distrito industrial, à medida que ele se configura como uma forma de intervenção do capital com rebatimentos no território.

Palavras-chave: Distrito Industrial. Indústria. Territórios Produtivos.

RÉSUMÉ

Ce mémoire a comme objet d'étude le premier District Industriel, situé à Maracanaú dans la Région Métropolitaine de Fortaleza - RMF, et vise à comprendre quels ont été les processus et les transformations qui ont eu lieu dans cet espace industriel. On a analysé les réseaux de relations et de flux établis par les industries et la dynamique des agents sociaux y insérés. On a travaillé la notion de District Industriel comme processus plus large de production de l'espace capitaliste inséré dans la trajectoire de l'industrialisation du Brésil, et en particulier, du Nord-Est et du Ceará. On s'est basé sur les théories qui ont privilégié la repensée du concept de District Industriel et sa configuration au Brésil. La méthodologie a consisté dans l'utilisation de données secondaires, notamment de renseignements tels que: le travail, la production, les exportations et les importations, parmi d'autres, et primaires, ces dernières étant issues des questionnaires appliqués dans les industries, complétant, en effet, les données obtenues de façon indirecte. L'utilisation de ces techniques et outils ont rendu possibles les informations quantitatives et qualitatives de la recherche dans la perspective des différentes échelles. L'étude nous a guidé vers une repensée du concept de District Industriel, grâce à son applicabilité dans le contexte du Ceará. On pense avoir contribué dans un contexte géographique à l'enrichissement du concept de District Industriel, à la mesure qu'il se présente comme une forme d'intervention du capital et son impact dans le territoire de la capitale.

Mots-clés: District Industriel. Industrie. Territoires Productifs.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 O I DIC no contexto da RMF: proximidade com os principais aportes técnicos do estado.....	52
FIGURA 2 Maracanaú e sua contiguidade urbana com Fortaleza	96
FIGURA 3 CE 060 – Corredor comercial em frente à CEASA no sentido Maracanaú – Fortaleza	97
FIGURA 4 CE 060 – Corredor comercial em frente à CEASA no sentido Fortaleza – Maracanaú.....	97
FIGURA 5 Entrada do <i>North Shopping Maracanaú</i> , localizado no início da av. Central, no Centro de Maracanaú	98
FIGURA 6 e 7 Grandes estabelecimentos comerciais no centro de Maracanaú (av. Central), nas proximidades do <i>Shopping</i>	99
FIGURA 8 Vendedores ambulantes expõem seus produtos no calçadão da av. Central, próximo às grandes lojas e do <i>Shopping Center</i>	101
FIGURA 9 Município de Maracanaú.....	104
FIGURA 10 Imagem panorâmica do I DIC	109
FIGURA 11 Planta do DIF-III	112
FIGURA 12 <i>Feira Center Ceará</i> em Maracanaú (primeira parte já em funcionamento).....	113
FIGURA 13 Situação dos estabelecimentos industriais	121
FIGURA 14 Galpão abandonado no I DIC	122
FIGURA 15 Galpão disponível para venda no I DIC. Pessoas habitam no local	122
FIGURA 16 Indústria desativada no I DIC.....	123
FIGURA 17 Estabelecimentos industriais em funcionamento – gêneros produtivos	127
FIGURA 18 Organograma histórico do Grupo Vicunha.....	147
FIGURA 19 Unidades Produtivas da Vicunha Têxtil do Brasil, com destaque para o Ceará.....	149
FIGURA 20 Evolução e organização atual da VICUNHA TÊXTIL NORDESTE S/A no Ceará após o processo de reestruturação produtiva	151
FIGURA 21 Circuito de exportação e importação da Vicunha têxtil localizada no I DIC	155

FIGURA 22 Localização das fábricas da Ortobom no Brasil com destaque para a unidade regional cearense localizada no I DIC	157
FIGURA 23 Amplitude do circuito das matérias-primas da Ortobom – CE.....	159
FIGURA 24 Circuito espacial do comando e da produção de uma empresa de capital internacional	171
FIGURA 25 Circuito da matéria-prima de uma empresa de capital internacional ...	172

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Evolução do número de empresas em funcionamento no I Distrito Industrial do Ceará – 1969 – 2007	62
GRÁFICO 2 Evolução do número de habitantes em Maracanaú, 1970 – 2000	106
GRÁFICO 3 Situação das indústrias nos três principais distritos industriais existentes em Maracanaú – abril/2007	114
GRÁFICO 4 Taxa de crescimento industrial no I DIC medida pelo número de estabelecimentos industriais em funcionamento no período de 1969 a 2007	129
GRÁFICO 5 Porcentagem de empregos no I DIC – Divisão por gênero	137

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Participação na produção industrial de transformação – Brasil e regiões selecionadas – 1970, 1975, 1980, 1985, 1990 e 1997	57
TABELA 2	Região Nordeste – Participação percentual dos estados no PIB a preços correntes	58
TABELA 3	Variação do PIB do Brasil e do Ceará – 1988 – 1997	64
TABELA 4	Evolução dos postos de trabalho na indústria em algumas das principais regiões metropolitanas brasileiras (1989 e 2000).....	65
TABELA 5	Número de trabalhadores, por setor da economia, segundo IBGE em Maracanaú (1985-2006)	100
TABELA 6	Valores de arrecadação de ICMS em Maracanaú – 1997 – 2007.....	108
TABELA 7	Produto Interno Bruto das cinco maiores economias do Ceará – 2002 – 2006.....	109
TABELA 8	Participação percentual dos principais setores da economia na composição do Produto Interno Bruto de Maracanaú – 2002 – 2006...	109
TABELA 9	Situação dos estabelecimentos industriais do I DIC no período 2008-2009	119
TABELA 10	Indústrias de transformação em funcionamento no I DIC – Distribuição por gênero produtivo – 2009	124
TABELA 11	Indústrias em funcionamento no I DIC – Distribuição por gênero produtivo e produtos fabricados – 2009.....	125
TABELA 12	Principais estabelecimentos industriais que se instalaram no I Distrito Industrial do Ceará entre 1966 e 1986	130
TABELA 13	Principais estabelecimentos industriais que se instalam no I Distrito Industrial do Ceará entre 1987 e 1995	131
TABELA 14	Empresas cadastradas com intenção de instalação no I Distrito Industrial do Ceará – 1995 a 2004	131
TABELA 15	Situação dos protocolos assinados para implantação de estabelecimentos industriais no I Distrito Industrial do Ceará no período 1995 – 2004.....	132
TABELA 16	Principais estabelecimentos industriais que se instalaram no I Distrito Industrial do Ceará entre 1995 e 2004	133
TABELA 17	Empresas com protocolos de intenções de implantação no I Distrito Industrial assinados em 2004	134
TABELA 18	Total de empregados, por tamanho dos estabelecimentos industriais em Maracanaú.....	138

TABELA 19 Número de empregados das principais indústrias no I DIC – 2008/2009.....	139
TABELA 20 Trabalhadores da indústria em Maracanaú, segundo grau de instrução	140
TABELA 21 Número de empresas exportadoras nos municípios cearenses mais industrializados – 2006	143
TABELA 22 Principais empresas exportadoras do Ceará que possuem estabelecimentos industriais no I DIC – Jan-Mai/2007-2008.....	143
TABELA 23 Número de empresas importadoras nos municípios cearenses mais industrializados – 2006	144
TABELA 24 Principais empresas importadoras do Ceará que possuem estabelecimentos industriais no I DIC – Jan-Mai/2007-2008.....	145
TABELA 25 Desempenho das maiores empresas têxteis do Ceará e localizadas no I Distrito Industrial do Ceará.....	148
TABELA 26 Emprego e produção das unidades da Vicunha Têxtil S/A localizadas no Ceará	150

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Principais características da industrialização brasileira e nordestina – síntese – periodização elaborada para o I DIC dentro do processo de industrialização brasileira e cearense	68
QUADRO 2	Estabelecimentos industriais em funcionamento no I DIC – 2009	120
QUADRO 3	Processo produtivo da filial da ORTOBOM no I Distrito Industrial do Ceará	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASDEC – Assessoria de Desenvolvimento Econômico de Maracanaú

AEDI – Associação dos Empresários do Distrito Industrial

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução do Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CAEN – Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste

CEASA – Companhia de Abastecimento do Ceará

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CIC – Centro Industrial do Ceará

CODEC - Companhia de Desenvolvimento do Ceará

CODECE – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

CVT – Centro de Vocação Tecnológica

I DIC. – I Distrito Industrial do Ceará

DIF III – Distrito Industrial de Fortaleza III

DI 2000 – Distrito Industrial de Maracanaú

DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas

FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial

FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará

FMI - Fundo Monetário Internacional

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPECE – Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará

IPLAC – Indústria de Plásticos do Ceará

PETROBRAS – Petróleo do Brasil S/A

PLAMEG – Plano de Metas Governamentais

PMM – Prefeitura Municipal de Maracanaú

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento do Sul

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade Federal Fluminense

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
2. A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: O CEARÁ NESSE CONTEXTO	31
2.1 Os primórdios da industrialização do Brasil e do Nordeste: séculos XVIII e XIX.....	32
2.2 A industrialização brasileira e nordestina nas primeiras décadas do século XX.....	39
2.3 O “esforço nacional” de desenvolvimento industrial no pós-II Guerra e a emergência de territórios produtivos	43
2.3.1 O planejamento industrial como sinônimo de desenvolvimento para o Brasil: a inserção do Nordeste e do Ceará neste contexto - (1950 - 1970).....	45
2.3.2 O Nordeste na nova configuração territorial brasileira com a SUDENE	56
2.4 A reestruturação econômica brasileira e sua repercussão na política industrial cearense e no desenvolvimento do I DIC	59
3. DISTRITO INDUSTRIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE CONCEITO E SUA APLICABILIDADE NO BRASIL.....	70
3.1 Indústria e Território: reflexões para o entendimento dos distritos industriais	71
3.2 Distritos Industriais: considerações conceituais	77
3.3 Especificidades dos distritos industriais no Brasil.....	83
4. O I DISTRITO INDUSTRIAL DO CEARÁ: TERRITÓRIO VOLTADO PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL	92
4.1 O I Distrito Industrial do Ceará e a dinâmica de Maracanaú	92
4.1.1 A evolução urbana de Maracanaú e a importância do comércio	92
4.1.2 A população, a presença do I DIC e os conjuntos habitacionais	101
4.2 O I DIC no contexto econômico do Estado do Ceará e a criação de outros distritos industriais	107
4.3 O perfil produtivo do I DIC: racionalidade econômica e territorial	116
4.3.1 A estrutura industrial do I DIC.....	118
4.3.2 A relação população e trabalho na indústria.....	135

5. O I DISTRITO INDUSTRIAL DO CEARÁ E A LÓGICA DE SUAS RELAÇÕES ESCALARES COM BASE NOS FIXOS INDUSTRIAIS	142
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	182
APÊNDICE.	188
ANEXO.....	194

1. INTRODUÇÃO

O I Distrito Industrial do Ceará – I DIC, nosso objeto de estudo, situado na Região Metropolitana de Fortaleza, no Município de Maracanaú, inscreve-se no processo de industrialização planejada para o Nordeste com origem na segunda metade da década de 1950. Efetivou-se, mais precisamente, na década de 1960, quando os estados nordestinos, principalmente Pernambuco, Bahia e Ceará, passaram a desenvolver políticas paralelas às políticas regionais, visando à atração de indústrias. No Ceará, o idéário desenvolvimentista posto em prática, naquele momento, tinha como objetivo mudar o perfil econômico do Estado do Ceará que, até então, se baseava na economia agrário-exportadora, para uma economia de base mais industrial.

O I DIC, como território criado, insere-se também em uma lógica de ampliação das condições gerais de reprodução do capital. As aglomerações industriais representadas pelos distritos industriais fazem parte da apropriação de territórios como estratégia de acumulação capitalista. Entender esses territórios, aqui tratados como produtivos, requer considerá-los como materialidade, bem como suas formas de uso, com base na divisão do trabalho e em políticas públicas de natureza mais localizada.

Na busca de se compreender como o I DIC está inserido nas razões capitalistas, este trabalho encontra-se dividido em seis capítulos que serão apresentados a seguir e que visam a contemplar um objetivo maior: entender os processos de formação e transformação que se configuram no I DIC como território voltado para a produção industrial, denominado distrito industrial, bem como suas relações com o local e as demais parcelas do globo. Para tanto, alguns questionamentos foram postos à averiguação: a aglomeração industrial representada pelo I Distrito Industrial do Ceará pode ser, no contexto atual, denominada de distrito industrial? Como esse conceito foi e é aplicado na perspectiva da industrialização cearense? O que mudou e o que permanece no I Distrito Industrial do Ceará desde a sua criação até os dias atuais? Como o I

Distrito Industrial do Ceará encontra-se inserido na lógica capitalista de produção cada vez mais mundializadas?

Supomos, de início, que nosso objeto de estudo não é algo vazio e estático e sim parte de uma totalidade dinâmica que envolve múltiplas relações (MINAYO, 1996). Por isso, não podemos entender nossa temática de estudo fora do contexto histórico, até mesmo porque o espaço geográfico é histórico e socialmente construído tendo em vista as relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante que formam o modo de produção vigente (CARLOS, 1997).

Buscamos compreender, no segundo capítulo desse trabalho, o modo como o I DIC foi criado e se desenvolveu no contexto da trajetória da industrialização nacional, regional e cearense e, portanto, em consonância aos ditames do capital. Este, na modalidade de capital industrial, aproveita-se dos recursos locais a fim de concorrer, a nível nacional e internacional, nos mercados para seus produtos em tempos de excessiva competitividade.

A mundialização do capital como *ideologia geográfica* (SOUZA NETO, s. d.) promoveu o empenho de variados atores sociais, principalmente o Estado, no desenvolvimento da industrialização no Ceará. Assim, as ações para implementação de um distrito industrial no Ceará começaram no primeiro governo de Virgílio Távora (1963 - 1967), quando foi criada a CODEC – Companhia de Desenvolvimento do Ceará. Este órgão promoveu estudos para escolha de uma área favorável à instalação de um distrito industrial. Este tipo de organização industrial já era comum em muitos países, desde o início do século XX, e também já havia sido efetivado no Brasil, em outros estados nordestinos, como Pernambuco e Bahia.

É no capítulo 3 que buscamos analisar o conceito distrito industrial e como foi e é tratado nas últimas décadas em países de industrialização avançada, no intuito de compreender como acontece sua aplicação no contexto brasileiro. Partimos, portanto, da relação entre indústria e território para entendermos como a indústria se territorializa no contexto aqui estudado.

Em relação à indústria propriamente dita, unidade que compõe um distrito industrial, achamos conveniente esclarecer, de início, a diferença entre

indústria¹, no seu sentido mais restrito, e empresa (ou firma), distinção importante, principalmente quando tratamos das indústrias formadoras do I DIC.

Segundo Kon (1989), o conceito de indústria não deve ser confundido com o de empresa ou firma. Para essa autora, a empresa (ou firma) é a unidade primária de ação dentro da qual se organiza administrativamente a produção. “Podem apresentar-se – seja do ponto de vista de aporte de capital, do tamanho físico de suas instalações ou do número de funcionários – como grandes, médias, pequenas e micro empresas, ou ainda como empresas familiares”. (KON, 1989, p. 13).

O conceito de indústria, entretanto, não será discutido mais profundamente neste trabalho, embora reconhecendo sua pertinência, haja vista ser o conceito de distrito industrial o objeto principal de nossas reflexões. Focamos, desse modo, nosso pensamento sobre sua conceituação, as definições e principais visões, suas relações com as políticas de desenvolvimento local e os processos produtivos atuais. Analisamos, também, autores que se debruçaram sobre este conceito, entre os quais aqueles que o discutem na perspectiva do território. Para pensar o objeto materializado, procedemos a uma análise sobre o conceito de distrito industrial no Brasil no sentido de entender se o I DIC faz jus a sua denominação, ou seja, de que modo este conceito foi concebido, ou constitui outra realidade em meio à industrialização cearense.

A relação do conjunto de indústrias que formam atualmente o I DIC e o lugar em que ele está inserido, o Município de Maracanaú, é analisada no Capítulo 4 deste trabalho.

¹ A conceituação de indústria não é estanque. Tomando-a de forma tradicional, à luz da teoria neoclássica de Marshall, estudada mais profundamente por Kon (1989), a indústria é entendida como um conjunto de firmas e empresas que elaboram produtos idênticos quanto à constituição física ou ainda baseada na mesma matéria-prima, de modo que podem ser tratadas analiticamente, em conjunto. Portanto, indústria, para Marshall, é toda a atividade que produz algo oriundo de uma mesma matéria-prima, ou seja, a indústria tomada por seus gêneros produtivos. Numa conceituação mais contemporânea, indústria pode ser entendida como “um conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação de matéria-prima, de modo manual ou com auxílio de máquinas e ferramentas, no sentido de fabricar mercadorias”. (LENCIONI, 1998, p. 170).

O I Distrito Industrial do Ceará foi implantado em Maracanaú que, na época, era Distrito do Município de Maranguape. A área escolhida oferecia fatores locacionais que possibilitavam a instalação de um distrito industrial e que garantiriam a atração de importantes indústrias, além de atender aos requisitos para os incentivos fiscais da SUDENE que tinha interesse na instalação de indústrias fora das capitais nordestinas, porém em suas respectivas regiões metropolitanas. Esses incentivos visavam ao âmbito institucional e infraestrutural. Portanto, o I Distrito Industrial nasceu como objeto planejado, obedecendo a um planejamento político e com um aporte estrutural capaz de suportar um grande contingente industrial.

Maracanaú, então, tornou-se o lugar ideal para a consolidação de um distrito industrial voltado para a instalação de grandes estabelecimentos fabris atraídos pelas vantagens de uma área exclusivamente preparada para a atividade industrial e, ainda, beneficiados pelos incentivos fiscais concedidos pelo Estado. Mesmo assim, o I DIC não atraiu, de imediato, um número significativo de indústrias e, durante aproximadamente dez anos, apresentou um pequeno número de empresas industriais em funcionamento, por apresentar ainda uma série de deficiências infraestruturais exigidas pelas grandes empresas como condição para instalar seus estabelecimentos fabris no local.

A grande concentração de indústrias em Maracanaú, representada, principalmente, pelo I DIC, foi, por sua vez, um fator importante que provocou uma série de mudanças estruturais locais em razão dos fluxos gerados pela atividade industrial no que tange aos capitais, insumos e trabalho, principalmente com início na década de 1980.

Tais mudanças manifestam-se sob diversas formas, no entanto, as que mais se evidenciam são as que ocorreram no núcleo urbano do Município e que fizeram com que, em 1983, Maracanaú se emancipasse do Município de Maranguape, dez anos após a criação da Região Metropolitana de Fortaleza. Maracanaú passou a ser um dos municípios mais importantes do Ceará,²

² Os últimos dados oficiais mostram que o Produto Interno Bruto do Município chegou a R\$ 1,93 bilhão (2002), ou seja, cerca de 8% do total das riquezas produzidas pelo Ceará. É

destacando-se pelo crescente aumento da arrecadação fiscal e do seu contingente populacional, ficando atrás apenas da Capital em ambas as variáveis. Possuindo uma população de aproximadamente 200 mil habitantes (IBGE, projeção 2007) distribuída em sete grandes conjuntos habitacionais somando cerca de quinze mil unidades domiciliares e outros bairros que surgiram posteriormente à construção dos conjuntos, Maracanaú apresenta, hoje, muitos ícones metropolitanos que foram criados, em virtude, entre outros fatores, da ação de um grupo político que tenta “vender a cidade” para grandes empresas, principalmente de capital estrangeiro. Desse modo, destacam-se as políticas públicas municipais que, em parceria com a iniciativa privada, dotam o espaço urbano do Município com empreendimentos voltados à prestação de serviços, principalmente no centro da Cidade. Outro ponto também destacado na relação da indústria com o lugar refere-se à mão de obra empregada na indústria distrital e residente em Maracanaú.

O I DIC destaca-se, atualmente, por constituir uma área de concentração industrial, de expressão não apenas local, mas também regional. A presença de importantes indústrias de origem local, nacional e estrangeira no I DIC propicia, por sua vez, o estabelecimento de relações com os mais diversos lugares dentro e fora do Brasil, gerando, com isso, diferentes fluxos (capital, insumos, mão de obra, etc.) que se processam em diferentes escalas, assunto analisado no Capítulo 5.

Uma vez delineada a estrutura deste trabalho, descreveremos, a seguir, os caminhos percorridos na realização do mesmo. Procuramos abordar o objeto articulando-o com os procedimentos específicos, as técnicas e seus instrumentos, possibilitando dar conta das relações entre os aspectos quantitativos e qualitativos das informações particulares e gerais, evidenciando suas contradições, enfim desvendando os caminhos de realização deste estudo para alcançar os objetivos pretendidos.

também o segundo maior município exportador do Estado, atingindo, em 2006, a marca de US\$ 199,7 milhões (Fonte: ASDEC Maracanaú – 2007).

Dessa forma, alguns encaminhamentos metodológicos foram realizados: 1) levantamento e leitura bibliográfica; 2) idas ao campo a fim de proceder a observações; 3) solicitações de visitas às indústrias no I DIC; 4) aplicação de questionários nas indústrias que atenderam as nossas solicitações; 5) entrevistas com os principais atores envolvidos; 6) levantamento estatístico e documental; e 7) organização das informações e indicadores.

O levantamento e a leitura bibliográfica, realizados durante toda a pesquisa, nos possibilitaram maior compreensão da realidade empírica com suporte numa visão de totalidade. Nesta fase foi catalogada e estudada uma gama de estudos teóricos e empíricos acerca das temáticas que fizeram parte do eixo teórico de nossa pesquisa, principalmente quanto à industrialização no Brasil e no âmbito regional e cearense, bem assim os raros estudos sobre distritos industriais. Passamos a buscar diferentes pontos de vista, variadas definições, mediações e conexões, a fim de situar nosso objeto. Vale ressaltar que essa foi uma parte fundamental em nossa pesquisa, haja vista a grande carga bibliográfica que esta demandou, baseada, principalmente, na compreensão do conceito distrito industrial.

Primeiramente, buscamos conhecer os teóricos que discutiam as temáticas aqui problematizadas. As fontes de pesquisa foram as bibliotecas e instituições públicas e privadas, tais como UECE, UFC, UFF, USP, CAEN, IBGE, IPECE, entre outras. Em seguida, foi feito também um levantamento de teses, dissertações, artigos publicados nas mesmas fontes; utilizamos também o acervo virtual e consultamos as principais revistas nacionais e internacionais que tratam das temáticas estudadas. Poucos artigos foram encontrados sobre a discussão do conceito distrito industrial e também poucos estudos de caso no Brasil e no mundo.

As pesquisas de campo visaram a estabelecer uma observação e uma compreensão mais apurada, pelo fato de acreditarmos que o contato direto com o objeto é de suma importância para o seu entendimento. Assim como a pesquisa bibliográfica, os trabalhos de campo foram necessários durante toda a pesquisa. Um roteiro de trabalho foi solicitado para essa fase. De início, os trabalhos de campo ocorreram no intuito de observar e

estabelecer os questionamentos e objetivos que poderiam ser tratados na pesquisa. Em seguida, foram feitos o levantamento de todos os estabelecimentos industriais presentes no I DIC e o contato com a maioria desses estabelecimentos, a fim de realizarmos outra etapa metodológica: a solicitação de visita às indústrias, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com os principais agentes envolvidos na produção do espaço considerado.

A etapa de realização das entrevistas³ e da aplicação dos questionários⁴ (cf. APÊNDICE), bem como a visita às indústrias para conhecer o processo produtivo e as relações de trabalho importantes para a apreensão do perfil industrial do I DIC, foi a mais importante e, conseqüentemente, a mais difícil de ser realizada, em razão da dificuldade de obtermos informações junto às empresas. Constituiu-se um trabalho de coleta de dados primários, visando à obtenção de informações quantitativas e qualitativas. As observações apreendidas nas visitas às indústrias foram de caráter interpretativo e os dados analisados confrontados com a realidade, sendo este mesmo procedimento adotado com os dados secundários.

Houve, assim, a necessidade de adotarmos uma metodologia de visita às indústrias, de modo que pudéssemos contar com uma amostra que privilegiasse a diversidade dos principais gêneros produtivos. Assim, procedemos da seguinte forma: 1) catalogamos todas as indústrias em funcionamento no I DIC mediante observação de campo e procedemos à sua espacialização; 2) entramos em contato com a maioria delas, solicitando o nome de um representante para se encaminhar o ofício de apresentação de nossa proposta de pesquisa (carta da orientadora, da pesquisadora e o questionário). Nossa intenção era contatar o maior número de indústrias para que houvesse maiores possibilidades de visitas; 3) confeccionamos os ofícios e, em seguida, estes foram entregues às respectivas indústrias; 4) feito o contato, aguardamos a autorização de nossa entrada na indústria. Em alguns casos, principalmente as de empresas menores, o contato e a liberação das informações se deram mais facilmente. No caso das empresas de maior porte,

³ As entrevistas visam a compreender o ponto de vista dos agentes sociais envolvidos.

⁴ Os questionários objetivam captar aspectos relevantes para compreensão do objeto, estabelecendo relações e generalizações e a busca e de informações mais fidedignas.

ou seja, aquelas de origem nacional e internacional, percebemos uma resistência para a liberação dos dados que, quando eram concedidos, eram fornecidos de forma parcial.

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas, o contato com as empresas, bem como o entendimento dos processos nos quais elas estão inseridas, foram de enorme valia para o entendimento da dinâmica no qual está inserido o I DIC. Com o desenrolar da pesquisa, foram aperfeiçoados a metodologia de trabalho de campo e o método de observação, possibilitando, ainda mais, a compreensão do objeto em suas diversas dimensões, sendo possível estabelecer relações de caráter analítico entre os indicadores e as formulações teóricas a propósito de nosso objeto analítico, o que constituiu outra etapa metodológica do trabalho.

Foi realizado um levantamento de dados secundários, no intuito de complementar os dados primários, contudo, essa etapa também apresentou certa dificuldade em virtude da deficiência de informações sistematizadas sobre o I DIC, as questões políticas e institucionais que envolveram a sua criação e consolidação e, principalmente, dados sobre as indústrias que o compõem.

Lamentavelmente, não pudemos contar com a ajuda da maioria das empresas contactadas, que ignoraram ou recusaram o nosso pedido de visita para a aplicação do questionário. Por outro lado, recorreremos à pesquisa de dados nos sindicatos de trabalhadores existentes em Maracanaú, mas percebemos que, apesar desses sindicatos estarem ligados à Força Sindical e à CUT, estes apresentam baixa organização e pouco mobilizam os trabalhadores acerca das questões trabalhistas, conseqüentemente, pouco conhecem sobre os trabalhadores, não apresentando quase nenhuma informação sobre estes e as empresas.

Assim, recorreremos aos órgãos que sistematizam informações sobre as empresas e os trabalhadores e ainda à *internet*. Outras informações de caráter documental foram colhidas no que tange ao histórico de algumas indústrias presentes no objeto, assim como alguns documentos, planilhas, material publicado por eles ou por órgãos oficiais de caráter econômico e político.

Uma das fontes consideradas foi a Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, no intuito de se colher informações acerca das indústrias que compõem o I DIC por meio do cadastro das empresas. No Guia Industrial do Ceará, publicação mais recente, que traz dados sobre a maioria das indústrias cearenses, podemos filtrar e complementar algumas informações não fornecidas pelas empresas em trabalho de campo. Ressaltamos, contudo, a dificuldade de trabalhar com tais dados por estes não se apresentarem de forma clara, sendo que muitos deles não coincidiam com as informações colhidas em campo. Ressaltamos também a obtenção de dados junto ao Ministério de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior, por meio digital, de onde obtivemos informações acerca das importações e exportações das indústrias do I DIC. Recorremos, ainda, à lista de indústrias, organizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Maracanaú – SDE.

Ciente de que não demos conta da compreensão do objeto em sua totalidade, chegamos às considerações finais deste trabalho – Capítulo 6. Ressaltamos que, ainda sob orientação metodológica, procuramos unir a teoria à prática no sentido de refletir sobre a realidade explícita e implícita em que está inserido o I DIC. Por isso, acreditamos haver contribuído para revelar a trama de relações que envolveram a sua criação e a consolidação, bem como a atual dinâmica do I DIC.

2. A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: O CEARÁ NESSE CONTEXTO

A produção do espaço capitalista no Brasil é tratada em numerosos trabalhos, resultando em vasta literatura, compreendendo diversos pontos de vista. O que intentamos aqui foi particularizar a abordagem, trazendo-a para o espaço cearense e, mais especificamente, pensando o I Distrito Industrial do Ceará como território voltado essencialmente para a produção industrial.

Neste capítulo, focamos, de forma panorâmica, a história da industrialização brasileira, motivo ainda de grandes discussões acadêmicas e, em particular, como se desenvolveu a produção do espaço industrial nordestino, e cearense em particular, de modo a se entender o contexto de criação e consolidação do I Distrito Industrial como expressão de processos econômicos, políticos e sociais atuantes no território.

Consideramos, portanto, o I Distrito Industrial do Ceará como um *território* pensado, planejado e efetivado para a produção industrial no âmbito da trajetória da industrialização cearense. Sua criação aconteceu na década de 1960, quando o plano político-econômico brasileiro se caracterizava pela “ideologia desenvolvimentista” baseada no fortalecimento da indústria nas regiões que se configuravam como subdesenvolvidas.

Considerando a amplitude do tema que trata das origens do capitalismo no Brasil, e também aquele que aborda especificamente a sua industrialização, seremos sucinta destacando, em linhas gerais, os momentos mais importantes das transformações ocorridas no território industrial brasileiro e cearense, de modo que possamos inserir a nossa problemática, ou seja, o contexto de criação do I DIC.

Entender a industrialização brasileira e como o Nordeste e o Ceará iniciam esse processo constitui o nosso ponto de partida. Para tanto, estabelecemos uma periodização, iniciando pelos primórdios da industrialização do Brasil em geral e, em particular, de sua região Nordeste.

2.1 A industrialização do Brasil e do Nordeste: séculos XVIII e XIX

*A independência da América Latina foi marcada por uma reunião que é verdadeiro símbolo – a reunião do general Francisco Miranda com Willian Pitt – da qual surgiu um pacto que dizia: vamos fazer uma perfeita divisão internacional do trabalho. **Vocês produzem matérias-primas, pois Deus lhes deu a vocação para isso, e nós produzimos as manufaturas.** A partir daí, tanto os países de fala espanhola quanto o Brasil, tiveram independência política, sem, entretanto, integrar seus mercados internos.*

Rômulo de Almeida (1984, p. 64) [Grifamos].

Não constitui nosso objetivo traçar uma análise mais aprofundada do período considerado, haja vista a sua abrangência, e também pelo fato de ir além do objetivo dessa dissertação. Em face disso, enfocamos, em linhas gerais, a atividade industrial no que tange a sua inserção no *sistema moderno de produção*, dentro do modo de produção capitalista no Brasil e como essa atividade se desenvolveu no espaço geográfico nordestino e cearense.

Se nossa intenção fosse reaver as origens da atividade produtiva da humanidade, teríamos que remontar a milhares de anos, quando o homem passou a transformar a matéria bruta em algum “produto”, utilizando energia física e inteligência. Para Nobre (1989), no entanto, esse processo de produção, que resulta em trabalho, já pode ser considerado como uma forma de indústria. E, ainda mais, quando essa atividade se utiliza de aportes técnicos, dá-se o nome de atividade fabril.

Alguns autores, como Suzigan e Versiani (1990), datam da segunda metade do século XIX o início da atividade industrial no Brasil. Se, no entanto, considerarmos a existência de pequenas *fábricas manufatureiras* ainda na época do Império, ou seja, no século XVIII, segundo nos informa Nobre (1989), podemos perceber que a atividade industrial brasileira remonta a um período ainda muito próximo do início da colonização do Brasil por Portugal.

Como sabemos, o Brasil foi colonizado pelo regime de exploração e inserido em uma economia mercantilista, cujo papel era o de fornecer insumos básicos ao mercado internacional e a nascente indústria inglesa e estadunidense do século XIX. Tal fato caracterizou as principais nações sul-americanas, como lembra Rômulo de Almeida em citação no início deste

tópico. Talvez seja por isso que alguns estudos, mesmo constatando a existência de pequenas unidades de produção no território brasileiro na fase colonial, não consideram esse período como o início da atividade industrial no Brasil.

A economia brasileira, ainda no século XVIII, baseava-se na atividade agropastoril e na exploração de minerais, sendo esta última concentrada na Região Central do Brasil. Na Região Nordeste, por sua vez, se desenvolveram as principais atividades econômicas que caracterizaram o Brasil até o início do século XX: a atividade agrária e a pecuária. Além de grande importância para a economia comercial interna e de exportação, podemos considerar que essas atividades serviram de base para os primeiros processos produtivos artesanais e o surgimento das primeiras oficinas⁵ no Brasil, principalmente nos sertões nordestinos.

Os indícios da atividade artesanal e manufatureira na Região Nordeste se deram por conta da grande expansão do comércio de carne de gado como atividade econômica sertaneja⁶ que, mesmo não estando voltada exclusivamente para a exportação internacional, foi de suma importância para o desenvolvimento das atividades produtivas inaugurais no Nordeste mediante o aproveitamento de várias partes do animal abatido, principalmente da pele bovina, ao ponto de ser considerada a sociedade sertaneja como “civilização do couro”.⁷ (NOBRE, 1989).

A atividade agrária no Brasil, neste período, voltava-se quase exclusivamente para a cultura de gêneros que abasteciam o mercado externo, como o café, o açúcar, o algodão e a borracha. Foi, porém, no Nordeste que,

⁵ Uma das definições do verbete “oficina”, segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, significa “lugar onde se verificam grandes transformações”.

⁶ Alguns autores, a exemplo de Oliveira (1981), consideram a pecuária uma atividade pouco expressiva no período colonial, servindo apenas de base para as atividades econômicas principais: o açúcar e o algodão. “É incontestável, porém, o fato de que essa economia pecuária nunca teve maior expressão na economia colonial, nem para o próprio Nordeste, nem para o resto da colônia. [...] pode-se adiantar, como hipótese, que a formação dessa economia – se é que essa expressão pode ser usada com rigor para designar as atividades pecuárias do sertão nordestino – era uma forma de desdobramento marginal, da atividade econômica principal [...] a pecuária nordestina, nestes termos, podia ser considerada uma atividade extrativa; sua mais remota ligação é com o capital mercantil interno da “região” do açúcar”. (OLIVEIRA, 1981, pp. 45-46). Não podemos desconsiderar, no entanto, a importância da pecuária e das atividades produtivas por ela desencadeadas.

⁷ Expressão do historiador Capistrano de Abreu, citado por Nobre (1989, p. 34).

durante o século XVIII, se desenvolveu o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, que dinamizaram durante muito tempo a economia colonial. O cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste, conforme já amplamente analisado por autores como Furtado (1981) e Ianni (1986), se expandiu consideravelmente, em especial com origem no século XVIII, ocupando grandes extensões de terra nos atuais Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Neles se localizavam a maioria das fazendas dedicadas exclusivamente à produção da cana e os engenhos de fabricação do açúcar (OLIVEIRA, 1981). Em razão do crescente índice de exportação para a Europa, o açúcar tornou-se o principal produto comercial brasileiro até meados do século XIX. A cana, no entanto, servia também à produção artesanal, com a fabricação da rapadura e da aguardente, reforçando ainda mais a propensão industrial dos produtos agrícolas.

Já a cultura do algodão teve maior impulso no final do século XVIII, com as exportações para Portugal e, no início do século XIX, para a Inglaterra, abastecendo a nascente indústria têxtil inglesa. As atividades de fiação e de tecelagem, no entanto, eram restritas até então no Brasil, limitando-se à manufatura de tecidos grosseiros para uso doméstico, enquanto os consumidores se abasteciam dos melhores tecidos vindos da Europa, cuja matéria-prima era oriunda, predominantemente, do Brasil.

Foi com a cultura algodoeira que o Brasil, nesse período, passou a fazer parte do circuito produtivo da nascente indústria têxtil, destacando-se dentre as principais regiões produtoras mundiais. A produção algodoeira do Nordeste, sobretudo na região que hoje corresponde aos atuais Estados do Maranhão e do Ceará, obteve significativo avanço, em decorrência da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, que aumentou a demanda desse produto no então mercado mundial (OLIVEIRA, 1981). Mesmo participando do circuito produtivo internacional, fornecendo a principal matéria-prima do produto têxtil, o Brasil não conseguiu, durante muito tempo, alavancar a indústria desse gênero em razão do grande peso do comércio importador de tecidos para a classe mais consumidora – a burguesia – e as restrições impostas pela Metrópole ao exercício e desenvolvimento da atividade fabril, tendo o setor têxtil brasileiro,

durante todo o século XVIII, ficado restrito à produção de tecidos e panos para a população menos abastada e para o ensacamento do açúcar.

O Nordeste algodoeiro foi, assim, capturado pelo mercado internacional, que buscava uma matéria-prima de qualidade, mas que fosse ofertada a um menor custo, para que não compromettesse a taxa de lucro das economias imperialistas e sua adaptação às novas exigências tecnológicas da nascente indústria têxtil.

Foi com essa dinâmica econômica baseada nas atividades agrária e pecuária que o Brasil adentrou o século XIX, voltando-se, quase que exclusivamente, para o comércio exportador. A economia brasileira, todavia, se apresentava pouco integrada regionalmente. Segundo Almeida (1984), ainda no século XVIII, existia um incipiente mercado interno entre as províncias, o que assegurava certa subsistência interna, principalmente para a classe de menor poder aquisitivo: o açúcar e o algodão circulavam entre as atuais regiões Nordeste e Sudeste; a carne era comercializada entre os estados nordestinos, com a participação do charque sulino e algumas manufaturas têxteis confeccionadas principalmente nos Estados da Bahia e de Pernambuco. Cada “região”, porém, tinha um papel mais direcionado à exportação internacional do produto, que dispunha em maior abundância e importando aquilo de que precisava e que não podia produzir, em razão, principalmente, dos impedimentos externos que se refletiam no desenvolvimento interno do setor produtivo.

Vale ressaltar a dinâmica comercial flutuante dos produtos regionais brasileiros no mercado internacional nesse período. Tanto o açúcar como o algodão, o ouro, o café e a borracha, principais produtos exportados, quando tinham maior destaque na economia colonial brasileira, este era determinado pelas flutuações do mercado internacional.

Podemos registrar, até então, entre as primeiras atividades produtivas no Brasil, ainda a importância do artesanato feito com insumos provenientes da agricultura e da pecuária⁸, além da utilização de equipamentos

⁸ Em relação ao Ceará, Nobre (1989, p. 47) destaca que: “O fabrico de açúcar (ou rapadura), da farinha (desmancha da mandioca) e de tecidos grossos de algodão, ofícios diversos e construção de edifícios públicos, igrejas (ou capelas) e casas de moradia foram, por

rudimentares para o beneficiamento de matéria-prima e o desenvolvimento de infraestruturas e de outras atividades que subsidiavam o escoamento da produção para a exportação.

De acordo com Oliveira, mesmo participando do mercado internacional como fornecedor de matérias-primas para os países europeus e os EUA e tendo forte inspiração artesanal e manufatureira, a reprodução desse modelo colonialista e exportador foi garantida, até os primeiros decênios do século XX, pela “submissão aos caprichos [...] do capital internacional comercial e financeiro, inglês e norte-americano”. (1981, p. 49).

No final do século XIX, o Brasil conseguiu sua independência política, mas não econômica. Alguns estudos acentuam que havia no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, um número considerável de estabelecimentos industriais de bens não duráveis que atendiam boa parte do consumo interno brasileiro, o que, de certa forma, indicava uma tendência à diversidade da indústria brasileira. Esses estabelecimentos industriais eram, na sua maioria, indústrias de alimentos, vestuário, calçados e bebidas, sendo constituídos, principalmente, por pequenos estabelecimentos que utilizavam métodos de produção semiartesaniais.

A indústria têxtil é, sem qualquer dúvida, a que apresenta maior destaque em uma realidade industrial nascente, haja vista o fato de que, em geral, foi uma das primeiras a se desenvolver, conforme nos ensinam Suzigan e Versiani (1990, p.1):

[...] a história das primeiras fases da industrialização -- definida como o desenvolvimento da produção fabril, como formas mecanizadas de produção -- é contada, em grande parte, pelo surgimento e expansão da indústria de tecidos, em especial de seu principal setor, a fiação e tecelagem de algodão.

Sabemos, porém, que se conta a industrialização do Brasil como originária na região Sudeste, coincidindo com a expansão do café no vale do Paraíba (Rio de Janeiro e São Paulo) e por ter sido este produto o propulsor de

consequente, naquele período de formação da gente cearense, atividades pré-industriais de relativa importância, pelo menos, predispondo uma parcela considerável da população a profissões qualificadas, que não as de agricultor, vaqueiro ou comerciante”.

um processo mais intenso de acumulação em virtude de uma série de fatores. Por isso, pouco se considera a existência de indústrias antes da hegemonia do café na economia brasileira.

A produção cafeeira no Brasil se desenvolveu muito intensamente no século XIX (SILVA, 1985, p. 49), figurando o café como um dos principais produtos de exportação. Inicialmente cultivado na região onde hoje é o Estado do Pará, a cultura do café somente se expandiu quando avançou para a região do vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro. Por ser uma cultura com maior poder de acumulação, modificou o quadro econômico regional brasileiro que tinha, até então, nas províncias da Bahia e Pernambuco, os lugares mais propensos ao desenvolvimento da indústria no Brasil (ALMEIDA, 1984).

Assim, a indústria passou a ser considerada, efetivamente, em desenvolvimento no Brasil como parte integrante da acumulação cafeeira e tendo como principais centros os Estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Podemos resumir, com base em autores como Silva (1985) e Ianni (1986), os fatores que contribuíram para que a cultura do café fosse considerada propulsora da industrialização brasileira:

- a utilização de mão de obra livre e migrante que, mesmo sem instrução, se apresentava mais qualificada do que a mão de obra escrava, anteriormente utilizada⁹;

- a intensificação da dinâmica dos centros urbanos em razão do estabelecimento de infraestruturas e de serviços que subsidiavam a comercialização do café;

- o total empenho da oligarquia cafeeira (barões do café) para o desenvolvimento da industrialização, trazendo para si todos os investimentos em detrimento de outras economias, o que comprometeu o desenvolvimento da diversificação produtiva no Brasil.

⁹ “[...] o café exigia muita mão-de-obra e essa, que a princípio era escrava, se transformou em mão-de-obra livre. Isso determinou, inclusive, a imigração de europeus, em grande quantidade. Estes eram gente rústica, mas, mesmo assim, com uma tradição cultural importante, inclusive com tradição artesanal. Eram o que poderíamos chamar de trabalhadores qualificados ou semi-qualificados”. (ALMEIDA, 1984, p. 66).

As condições que propiciaram o início da atividade manufatureira no País, entretanto, no último quartel do século XIX até as primeiras décadas do século XX, advêm de outras atividades agrícolas (FURTADO, 1981), mesmo se considerando que a indústria se desenvolveu desigualmente no Brasil, concentrando-se principalmente na região Sudeste.

Para compreendermos melhor como aconteceu a evolução da atividade fabril no Brasil, com seu *desenvolvimento regional desigual*, partimos das reflexões feitas por Mandel (1985) acerca das três fontes principais de superlucros do capitalismo¹⁰ e da compreensão que Oliveira (1981) faz desse processo.

Partindo de uma visão mais geral, Mandel assevera que o sistema capitalista mundial é integrado e hierarquizado, seja no nível internacional, nacional ou regional, seguindo a linha de um *desenvolvimento desigual e combinado*. Tal característica é inerente aos três momentos da história do capitalismo: a fase da *livre concorrência*, quando se estabelece a hierarquia mundial entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas; a do *imperialismo clássico*, em que a hierarquização regional se estabelece no contexto de países dominantes e dominados, e a fase atual de *capitalismo tardio*, que “reside na justaposição industrial global de desenvolvimento em setores dinâmicos e subdesenvolvimento em outros, basicamente nos países imperialista, mas também de modo secundário, nas semicolônias”. (MANDEL, 1985, p. 70).

Com esse raciocínio, podemos perceber que o Brasil passou por mudanças mais contundentes quanto à forma de acumulação do capital. De um país essencialmente agrícola, cujo papel na divisão internacional do trabalho era o de exportar insumos ao mercado internacional – embora já existissem pequenos estabelecimentos fabris – passou, de forma bem mais incisiva, do capitalismo mercantil para um capitalismo industrial. No século XX, quando ocorreu essa transformação, a economia brasileira investiu, mais intensamente, na produção de mercadorias.

A emergência do modo de produção de mercadorias pela indústria aconteceu no sentido da diferenciação espacial e social do trabalho. Segundo

¹⁰ Mandel, 1985, Cap. 3.

Oliveira (1981), houve um forjamento de uma divisão regional do trabalho, cujas pretensões eram promover uma integração das economias regionais, mas que, na verdade, resultou em uma expansão capitalista concentrada e hegemônica. Essa expansão do sistema capitalista no Brasil aconteceu por meio do dismantelamento das economias regionais, sendo o Nordeste o maior exemplo disso, pela quebra das barreiras alfandegárias e a intensificação da circulação de mercadorias, com destaque para aquelas produzidas no Sudeste. Assim, para o referido autor, houve uma “nacionalização” do capital, baseada na submissão das demais regiões à Região, que assumiu o controle do capital industrial, sobre o que trataremos mais especificamente adiante.

2.2 A industrialização brasileira e nordestina nas primeiras décadas do século XX

O Nordeste, do final do século XIX ao início do século XX, passou por importantes transformações em sua economia, quando ocorreram as primeiras conversões de engenhos de açúcar em usinas, além do surgimento da indústria têxtil fecundada pela retomada do desenvolvimento da cultura do algodão para exportação, em virtude da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861 - 1865) (OLIVEIRA, 1981). Tal fato, segundo Fontenele (2003), resultou, primordialmente, das vantagens comparativas locais da Região, como sua proximidade com a Europa e as boas condições naturais para o desenvolvimento de culturas que respondiam às demandas externas.

Retomando a discussão sobre a trajetória da industrialização brasileira e, portanto, sua inserção na dinâmica capitalista mundial, cabe ressaltar que, nos primeiros anos do século XX, o Estado estruturou-se a fim de reformular as condições e o funcionamento do mercado interno e das forças internas produtivas, reiterando as relações com a economia internacional (IANNI, 1986). Este debate toca em pontos importantes para o entendimento da gênese da industrialização no País, os quais tentaremos resumir aqui.

A I Guerra Mundial (1914 - 1918) foi para o Brasil a oportunidade de grande expansão de alguns setores industriais, na medida em que se tentava suprir a demanda interna de produtos, na maioria importados, e confrontavam-

se as consequências que as sucessivas crises na cafeicultura tinham ocasionado na economia do País. Da mesma forma, a restrição de importações durante o conflito indicou possibilidades de lucros na *produção substitutiva de importações*, dado o caráter também vulnerável da economia essencialmente exportadora susceptível às flutuações da demanda externa.

As indústrias que existiam no Brasil nos primeiros decênios do século XX, eram, na sua maioria, de pequeno porte, predominando o gênero alimentício e têxtil. Evidencia-se ligeira diversificação industrial com pequenas firmas oriundas de oficinas de conserto que, ao mesmo tempo em que mantinham os equipamentos anteriormente importados, improvisavam então outras peças, haja vista a dificuldade de importá-las no período da I Guerra Mundial¹¹. Somado a isso, o crescimento do mercado interno de produtos de consumo imediato também contribuiu para o desenvolvimento do então incipiente setor manufatureiro, conforme Ianni (1986).

Desse modo, a I Guerra Mundial propiciou um tímido mas importante avanço industrial no Brasil e uma leve diversificação produtiva. Há registros também da produção de ferro gusa, cimento, ferramentas elétricas, motores elétricos, máquinas têxteis, equipamentos para o refino do açúcar, implementos agrícolas, aparelhos de gás, relógios e instrumentos de medição (SUZIGAN, 1986).

Embora o advento da I Guerra Mundial tenha influenciado de forma significativa o desenvolvimento da indústria brasileira nos primeiros vinte anos do século XX, houve pouca participação do Estado na canalização desse processo. O desenvolvimento industrial só se deu, efetivamente, com a Revolução de 1930, quando se iniciou uma mais evidente transformação da economia brasileira tipicamente agrário – exportadora para uma estrutura produtiva com maior diversificação.

A era Vargas (1930 - 1945) significou intensa reorganização dos mercados de capital e da força de trabalho (IANNI, 1986), aparentando uma

¹¹ Alguns autores entendem a Guerra como outro "choque adverso" como fator que dificultou a importação, favorecendo o crescimento industrial (SIMONSEN, 1973; BAER, 1965 apud SUZIGAN E VERSIANI, 1990). Segundo Ianni (1986), da mesma forma, a Depressão econômica mundial dos anos 1929 -1933 despertou o interesse em resolver os problemas do setor produtivo brasileiro.

condenação explícita ao *liberalismo econômico* que regia a economia brasileira. Seguindo a tendência populista que predominava na América Latina no contexto da crise dos anos 1930, o governo Vargas adotou a política de “substituição de importações” que, segundo Lipietz (1988, p. 77), nada mais era do que “inverter a receita das exportações primárias na indústria de bens de consumo, ao comprar os bens de capital do centro e proteger, por fortes barreiras alfandegárias, as indústrias nascentes”.

Na década de 1930, o desenvolvimento industrial brasileiro começou a ser definido, do ponto de vista regional, tanto pelo “esforço nacionalista” do governo, como pelos sinais de decadência da cultura do café. Assim, a *divisão regional do trabalho nacional*¹² partia de um projeto de Estado Nacional unificado, onde o governo tratou de “estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar, e incentivar” a atividade industrial no Brasil. (IANNI, 1986, p. 34).

Dessa forma, ante a mudança na política comercial externa e do fortalecimento do mercado interno, houve um crescente avanço na industrialização brasileira iniciada com a política de substituição de importações, primeiro com a produção de alguns bens de consumo e, em seguida, pela fabricação de alguns poucos bens intermediários. Assim, podemos falar da “intencionalidade do governo” (FONSECA, 2003) em alavancar o crescimento industrial, fazendo com que este apresentasse uma taxa de crescimento de 11,2% entre os anos de 1933 -1939 (VILLELA E SUZIGAN, 1973, p. 211-2).

Com a II Guerra Mundial (1939 - 1945), a produção industrial no Brasil ganhou mais um impulso significativo e a sociedade brasileira, cada vez mais, apresentava características urbano-industriais. No entanto, o setor industrial brasileiro ainda não estava preparado para atender as exigências e as novas perspectivas de desenvolvimento econômico preconizado tanto pelo mercado mundial como pelas classes dominantes. Diante disso, o Estado passa a promover o incremento do setor produtivo brasileiro passando a cogitar investimentos no desenvolvimento da indústria pesada (siderurgia, petroquímica, mineração) e a planejar suas bases reforçando a infraestrutura

¹² Termo dado por Chico de Oliveira (1981).

energética e rodoviária, mediante as atividades exercidas pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934¹³.

As medidas que passaram a ser adotadas para desenvolver a industrialização brasileira, logo no início, se deram de forma territorialmente concentrada, acarretando um crescimento industrial em uma só região e a estagnação das demais. No caso do Nordeste, a indústria se tornava cada vez mais obsoleta e ameaçada pela concorrência dos produtos oriundos do Sudeste, que contava com uma indústria mais moderna e elevado grau de produtividade. Caso ilustrativo pode ser dado pela indústria têxtil, inicialmente desenvolvida na região Nordeste, que se encontrava, até o início da II Guerra Mundial, estacionada, passando por um período de “sobrevivência”, quando não se falava nem de crescimento nem de estagnação (FONTELES, 1999). Com o advento da II Guerra Mundial, a indústria têxtil passou a reagir incentivada pela demanda de tecidos de países que participavam do conflito. O eixo produtivo têxtil, no entanto, voltou-se para o Sudeste quando nesse mesmo período muitas indústrias têxteis, tecelagens e malharias foram se instalar em São Paulo, visando a beneficiar-se dos recursos que começavam a ser concentrados nessa região. Resultado disso foi um

[...] confronto desleal pela supremacia do mercado interno entre as fábricas nordestinas – obsoletas em maquinário – e as fábricas sulistas, melhor equipadas e com condições de competir dentro das áreas que, tradicionalmente eram mercados consumidores das indústrias têxteis nordestinas. (FONTELES, 1999, p. 24).

Assim, essa política de desenvolvimento via modelo industrializante levada adiante na década de 1930, intensificada com o advento da II Guerra Mundial, comprometeu o desenvolvimento de economias regionais como o Nordeste, em nome de uma integração do mercado nacional que, concentrando os recursos no centro-sul do País, mostrou seus efeitos perversos nos anos pós-guerra.

¹³ Atrelado ao discurso governamental que apregoava romper com esse quadro nacional de industrialização incipiente, foi criada a CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941 e a CVRD - Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, empresas estatais que visavam impulsionar o desenvolvimento de outros ramos industriais e promover um desenvolvimento mais autossustentável.

2.3 O “esforço nacional” de desenvolvimento industrial no pós-II Guerra e a emergência de territórios produtivos

Até o final da década de 1940, permanecia no Brasil um quadro econômico caracterizado por uma organização espacial em núcleos regionais pouco integrados entre si. O Brasil ainda dependia, significativamente, do mercado externo para a importação de bens de capital, o que, segundo Santos (1994), o caracterizava como um país de “industrialização restringida”. Este fato referenciava a economia brasileira como subdesenvolvida diante da economia mundial, o que passou a ser encarado, sobretudo a partir da II Guerra Mundial, como desafio a ser vencido.

Naquele momento, os países do capitalismo central passavam a vivenciar um novo período de expansão capitalista cujo regime de acumulação estava centrado no modo fordista de caráter intensivo de produção e consumo.

Sabemos que o papel dos países ditos subdesenvolvidos, nesse contexto, ficou limitado ao de fornecedores de insumos e, posteriormente, de mão de obra de baixo custo. Apesar disso, esses países tentaram adotar, de forma bem mais incisiva, o modelo de industrialização dos países centrais. Para Lipietz (1988), o modelo de industrialização adotado pelos países considerados periféricos fracassou por ter sido uma adoção incompleta do modelo central de produção e consumo, o que esse autor chama de “fordismo incompleto”.

Assim sendo, gerou-se um desenvolvimento desigual da economia mundial que, na vigência do capitalismo monopolista, promoveu uma nova configuração no cenário mundial: a divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Dessa forma, foram promovidas várias discussões sobre como incrementar o crescimento, o desenvolvimento e superar o subdesenvolvimento¹⁴ nos países havidos como periféricos. A conclusão seria a de que o desenvolvimento nesses países deveria ser pautado na

¹⁴ “A fim de realizar com sucesso a aventura da dominação econômica que de fato o planejamento representa, tinha-se, antes de tudo, que inventar o Terceiro Mundo. [...] O subdesenvolvimento foi, então, discutido, condenado, definido em um milhar de modos diferentes, tudo em tempo recorde... e os homens do mundo mais pobre esqueceram por algum tempo que pertenciam a um mundo explorado, convencidos de que estavam realmente num mundo subdesenvolvido”. (SANTOS, 2007).

intensificação da atividade industrial, sobretudo no setor interno de bens de capital.

Para tanto, foi estabelecida a metodologia do *planejamento*¹⁵, ou seja, estabelecida “uma técnica de aplicação de políticas” (PIQUET, 2007). Nesse intuito e no âmbito internacional, as nações mais ricas criaram, no pós-guerra, instituições que trabalhavam no sentido de planejar estratégias para superar o atraso econômico de outros países, dentre eles os latino-americanos, atraso este que aquelas próprias nações provocaram. Foram criados a Comissão Econômica para a América Latina¹⁶ (CEPAL), em 1948, o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1945, e o Banco Internacional de Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD), instituições basilares que serviram como suporte para os ideais de acumulação capitalista hegemônicos¹⁷.

O Brasil, marcado pela especialização de exportação de bens primários e por uma industrialização ainda dependente, encontrou, nesse contexto, o momento ideal para impulsionar o setor de bens de capital.

Já a estrutura econômica vigente no Nordeste, como destacado, apresentava “atraso” em comparação com a região centro-sul do País, levando em conta a modernização industrial e infraestrutural. No que se refere mais especificamente à economia cearense, esta se encontrava numa situação cujas principais atividades – agricultura e pecuária – vinham sendo constantemente abaladas pelas secas periódicas. Os estabelecimentos fabris, por sua vez, apresentavam-se também obsoletos em tecnologia empregada como também porque se viam prejudicados pela escassez de matéria-prima. Além disso, o deficit energético colocava o Ceará numa posição de desvantagem perante alguns estados nordestinos, como a Bahia

¹⁵ Milton Santos faz uma crítica ao Planejamento como instrumento do capital no primeiro capítulo do livro *Economia espacial – Críticas e alternativas* (Edusp, 2007- Coleção Milton Santos; 3).

¹⁶ A CEPAL “foi criada para coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, coordenar as ações encaminhadas para sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo” (<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em 29/10/2007).

¹⁷ “Recomendada, quer direta quer indiretamente, pelos planejadores, apresentada como um gesto generoso, a ajuda de fato nada mais é do que uma forma, insuficientemente disfarçada, de conquista dos países pobres pelo capital, e um veículo de dominação”. (SANTOS, 2007, p. 17).

e Pernambuco, que já se beneficiavam da energia produzida pela hidrelétrica de Paulo Afonso.

Dado o enfraquecimento da economia nordestina após a II Guerra Mundial, para essa região, foram adotadas medidas visando ao desenvolvimento, seguindo modelos adotados em outros países e que, com a criação de órgãos de planejamento, se caracterizavam pelo caráter regulador econômico, social e espacial.

2.3.1 O planejamento industrial como sinônimo de desenvolvimento para o Brasil: a inserção do Nordeste e do Ceará neste contexto - (1950 - 1970)

O planejamento foi uma ferramenta crucial na interferência do Estado brasileiro na economia, a partir da década de 1950. O intenso uso da *técnica do planejamento* já ganhara força no último governo Vargas (1951 - 1954). O planejamento tornou-se, portanto, sinônimo de desenvolvimento, porém, era a forma obediente de “seguir a cartilha” dos interesses estrangeiros e da burguesia industrial brasileira.

No âmbito nacional, planejou-se uma política econômico-financeira de estímulo ao setor industrial de bens duráveis. Nos primeiros anos da década de 1950, foram criados o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) e a PETROBRÁS¹⁸, entre outros órgãos de apoio ao desenvolvimento, bem como foram elaborados planos que abrangeram o setor energético e de transportes.

Foi, portanto, somente em meados de 1950, com a intervenção planejada, que o Brasil alavancou a sua indústria de base e de bens de consumo duráveis, reforçando, pois, o poder concentrador do capital. Estimulou-se, também, a entrada de capital estrangeiro, levando o setor produtivo à dependência tecnológica. Em consequência da concentração espacial de investimentos, agravaram-se as disparidades regionais, a

¹⁸ “[...] a criação da PETROBRÁS foi um ato típico nacionalista que o governo podia praticar. [...] Em consequência, a fundação da PETROBRAS não afetou os interesses econômicos estrangeiros pré-existentes; afetou apenas as suas pretensões [...] Nesse sentido, é que a criação da PETROBRAS foi um ato nacionalista ambíguo, e não apenas parcial. Estabeleceu o monopólio estatal da pesquisa, refino e transporte de petróleo e derivados mas não interferiu na sua comercialização”. (IANNI, 1986, p 136).

diferenciação da sociedade e do espaço brasileiro. Neste contexto, os centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro tornaram-se dominantes.

O Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956 - 1960)¹⁹ foi uma das mais significativas estratégias de desenvolvimento para a economia brasileira. No mandato de Kubitschek, foram feitas ações planejadas voltadas para a industrialização do Brasil, aprofundando, ainda mais, a relação do Estado com a Economia, porém sem o nacionalismo dos anos anteriores. Naquele momento, foram impulsionados tanto o capital privado nacional quanto o *know-how* estrangeiro

O Plano de Metas elegeu como prioridades a modernização dos setores de transporte, energético e a produção de bens de consumo duráveis. A política econômica adotada incentivou ao máximo a participação do capital estrangeiro que adentrou o País, colocando-o em evidência na economia mundial. Segundo Santos, esses Planos de Metas

[...] representavam para a economia brasileira a passagem para um novo padrão de acumulação, caracterizado: 1) pelo crescimento do departamento I e III (produção de bens de capital e de consumo duráveis); 2) por maciços investimentos públicos em energia e transporte; 3) pela intensificação da participação das empresas estrangeiras, notadamente no segmento de bens de consumo duráveis; 4) por uma integrada participação entre frações do capital estrangeiro, o Estado e o capital nacional; 5) pela crescente oligopolização da economia nacional, seja na unidade produtiva estatal ou do capital privado estrangeiro ou do capital privado internacional. (1994, p. 50).

Ao mesmo tempo em que foram criados outros setores industriais, outros se modernizaram, não se esquecendo de que também houve significativo avanço nas indústrias estatais, conforme alerta Ianni (1986). Ainda segundo esse autor, a industrialização promovida nesse período apresentava um caráter contraditório, pois promovia a substituição de importações de produtos básicos, ao mesmo tempo em que se criavam novas

¹⁹ “Na época em que Kubitschek assumiu o poder, o País já se encontrava razoavelmente preparado para pôr em prática uma política econômica relativamente planificada. O poder público havia incorporado os elementos essenciais da técnica do planejamento, conforme ela podia ser aplicada no Brasil. [...] esse Programa seria uma expressão possível das tendências do subsistema econômico brasileiro, em combinação com as tendências do sistema capitalista mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos”. (IANNI, 1986, p. 155).

exigências de importação de maquinaria e conhecimentos técnicos para dar continuidade ao próprio processo de industrialização²⁰.

Os investimentos previstos e os praticados pelo governo JK no Plano de Metas deram-se com um caráter concentrado regionalmente. Piquet (2007) ressalta que essa concentração ocorreu no tempo e no espaço, conforme ressaltado. No tempo, porque foi pensado para ser executado em menos de uma década (50 anos em 5) e no espaço porque o processo de acumulação exigia uma concentração espacial, criando economias de aglomeração subsidiadas pelo Estado, mas não controladas por ele.

Em suma, a distribuição espacial continuou sendo territorialmente concentrada na região Sudeste, que ampliava seu setor de bens de produção, os ramos mais dinâmicos da economia, enquanto que, nas demais regiões, principalmente no Nordeste, predominavam, ainda, indústrias voltadas para o aproveitamento da produção agropecuária²¹.

Com esse quadro, o Nordeste passou, também, pela adoção de medidas que tinham como diretrizes romper o atraso em relação ao Sudeste. Nesse contexto, destaca-se a criação do Banco do Nordeste do Brasil. Criado em 1954, o BNB tornou-se responsável por gerir as finanças que seriam aplicadas na região Nordeste e, mediante a capitalização de recursos, impulsionar as atividades econômicas, principalmente as voltadas para a industrialização. A transformação do panorama econômico e social da região era seu foco, a fim de superar o mal-estar gerado pelo sentimento de subdesenvolvimento e atraso que prejudicava a imagem brasileira no cenário internacional.

Da mesma forma, no mote da ideologia do planejamento, o Estado cearense começou, em meados dos anos 1950, a tomar uma série de medidas para alavancar as atividades econômicas em seu território, com foco

²⁰ “Em consequência, desenvolveu-se novo estágio no processo de internacionalização da economia brasileira. Isto é, a estrutura do setor industrial tornou-se amplamente integrada à estrutura econômica mundial, por intermédio das empresas multinacionais. Isto significa que as decisões sobre a política de produção, comercialização, novos investimentos etc. de muitas empresas deveriam ser tomadas no exterior”. (IBDEM, pp. 173 - 174).

²¹ Para detalhes, ver Santos (1994), que descreve a economia nordestina antes e depois da industrialização, demonstrando, posteriormente, a evolução desse processo nas Regiões metropolitanas da Bahia, Recife e Fortaleza.

também no fortalecimento do setor industrial. Por conseguinte foi instituído, em 1954, o Conselho Estadual de Economia e elaborado, em 1956, um estudo intitulado *Aspectos da economia cearense – contribuição para um Programa de desenvolvimento*. Um ano antes, foram criadas a Universidade Federal do Ceará - UFC e a Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Ceará - SUDEC²². A SUDEC passou a contar com a participação de professores da UFC na elaboração dos diagnósticos, planos de ação e pesquisas que subsidiariam a atuação do Governo, evidenciando o caráter indispensável do papel do Estado no desenvolvimento econômico. O setor privado, ao mesmo tempo, se inseriu neste âmbito, mediante um forte movimento, visando a alavancar a indústria no Ceará, o que Nobre (1989) expressa ser também uma pretensão dos empresários em influir nas decisões governamentais e assim promover uma reformulação política, destituindo as oligarquias tradicionais do poder.

O Nordeste ainda era, contudo, percebido como um entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro e, mais ainda, uma ameaça à hegemonia burguesa em escala nacional, pois “o conflito de classes que aparece sob as roupagens de conflitos regionais ou dos desequilíbrios regionais chegara a uma exacerbação cujo resultado mais imediato é a intervenção planejada do Estado no Nordeste [...]” (OLIVEIRA, 1981, p. 113).

Esses fatos resultaram numa intervenção estatal por meio da criação, dentro do Plano de Metas, de um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado. Os estudos realizados por esse grupo apontavam a falta de políticas industriais para o Nordeste como um dos fatores de seu “atraso”. Esse grupo pretendia intensificar os investimentos industriais, investir no papel integrador da economia nordestina e na modernização do parque industrial da região²³.

O GTDN deu origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, criada pela lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959,

²² Nobre, 1989.

²³ Segundo Amora (2005, p. 374), “recursos provenientes principalmente do Sudeste, onde se concentra a maior parte das indústrias, são canalizados para o Nordeste havendo assim uma integração espacial entre essas regiões, mediada pelo capital”.

“com o objetivo de superar as limitações que faziam do Nordeste uma região muito atrasada em relação ao resto do país”. (BENEVIDES, 1994, p. 61).

A SUDENE,²⁴ desde sua origem, traz consigo a marca da intervenção planejada que, na verdade, tentava superar o conflito de classes intrarregional que ameaçava se expandir para a região Centro-Sul. No seu programa de industrialização, a SUDENE criou o mecanismo de incentivos fiscais conhecido como 34/18 que, nada mais foi do que uma forma de promover a expansão, para o Nordeste, do capitalismo monopolista do Sudeste, promovendo uma “homogeneização monopolista do espaço nacional”. (OLIVEIRA, 1981). Houve ainda, com o mecanismo de incentivos fiscais e financeiros, o aumento dos investimentos em serviços e infraestrutura com o intuito de atrair indústrias para o Nordeste²⁵.

A partir da década de 1960 foram postos efetivamente em prática os planos diretores da SUDENE, os quais, no que tange à localização dos investimentos industriais atraídos por ela, estes se deram de forma concentrada, inicialmente nos Estados da Bahia, Pernambuco e, em menor escala, no Ceará (AMORA, 1978) ou respectivamente em suas capitais que apresentavam melhores vantagens locacionais.

No âmbito da política de planejamento e incentivo industrial promovida pela SUDENE, os governos estaduais nordestinos, por seu turno, promoveram ações com o desenvolvimento de projetos voltados à industrialização de seus respectivos estados. Nesse contexto, ocorreu a criação do I DIC, ainda no primeiro governo de Virgílio Távora (1963 - 1966). Antes mesmo de assumir o governo do Estado, Virgílio Távora já havia idealizado o I Plano de Metas Governamentais – PLAMEG, que trazia contido o planejamento de unidades operacionais denominadas **distritos industriais** não somente em Fortaleza, mas também nas cidades de Sobral, Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte, cujo sentido era dar ao Estado

²⁴ Consoante Mattos (2006, p. 138) a SUDENE foi inspirada no modelo italiano da *Cassa Mezzo-giorno*, que consistia na elaboração de um plano de incentivos fiscais para as indústrias.

²⁵ De acordo com dados fornecidos por Santos (1994, p. 58), a política de incentivos fiscais e financeiros da SUDENE resultou, no período de 1962 a 1970, na aprovação de 581 projetos industriais para a região Nordeste, sendo 448 novos projetos e 133 projetos de modernização. Semelhante estudo foi feito por Amora (1978) em relação aos investimentos da SUDENE para Fortaleza.

[...] uma participação maior ao referido processo – o de atração industrial – **cabendo-lhe instituir os distritos com aquelas condições de implantação racional de estabelecimentos fabris, atraídos pelas vantagens locacionais**, entre essas, o custo reduzido da terra, além da participação no capital, assegurada pelos “bancos de desenvolvimento”, instituídos para concessão de crédito especial aos investidores (NOBRE, 1989, p. 268, Grifamos).

O I PLAMEG tinha como meta mudar o perfil econômico do Ceará mediante a atração de mais indústrias para o território cearense (ALBUQUERQUE, 2005, p. 16). As políticas do PLAMEG referentes à atração de indústrias previam o estabelecimento de distritos industriais e a concessão de incentivos às empresas que aqui se instalassem. No tocante à criação de distritos industriais, a ideia era propiciar uma *concentração geográfica das atividades*, de forma a gerar *economias de aglomeração* entre as empresas a serem atraídas pelo Estado (PONTES, 2002). Este modelo de industrialização já era aplicado em muitos países e em outros períodos, porém, para os responsáveis por sua implantação, no Ceará, foram necessários estudos preliminares de modo a adequá-lo à realidade brasileira e cearense, em particular²⁶.

As ações para implementação de um distrito industrial no Ceará começaram já no segundo ano do primeiro governo de Virgílio Távora, quando este criou a CODEC (Companhia de Desenvolvimento do Ceará)²⁷ também idealizada por ele antes de sua eleição. A CODEC encomendou à Montreal S. A., empresa pioneira no planejamento e instalação de distritos industriais, um estudo de uma área no Ceará que fosse ideal para receber o primeiro distrito industrial. Tal empreendimento propagava a ideia de que um distrito industrial induziria a desconcentração econômica e disciplinaria o uso do solo por meio do ordenamento urbano, além de criar polos de desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 2005).

A área escolhida para implantação do I DIC foi em Maracanaú, que ainda era, àquela época, Distrito do Município de Maranguape. A área definida

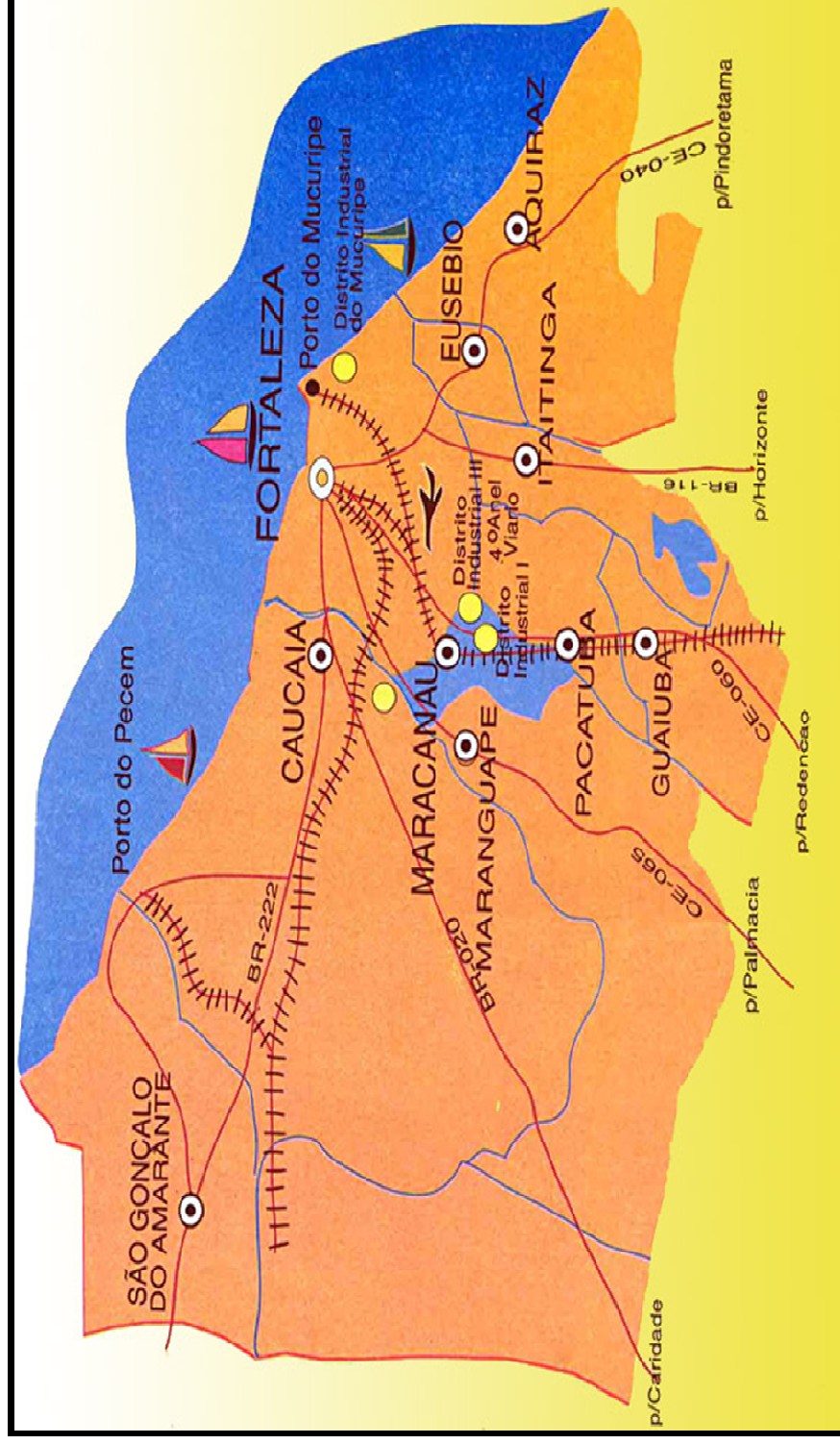
²⁶ Quando o I Distrito Industrial do Ceará foi criado, o estado vizinho, Pernambuco, já contava com três distritos, denotando, de certa forma, o processo retardatário da industrialização cearense.

²⁷ A CODEC poderia entrar com participação acionária nas indústrias que viessem se instalar no futuro distrito industrial.

atendia os pré-requisitos apontados pela Montreal S. A. para a instalação do distrito industrial, tais como: acesso rápido ao porto do Mucuripe; pouca atividade agropecuária nas imediações; movimentação eólica favorável, não contribuindo para que os ventos levassem a poluição das fábricas para Fortaleza. Ainda atendia aos requisitos exigidos pela SUDENE no sentido de que as indústrias que viessem a ser instaladas no Nordeste ficassem fora das capitais metropolitanas, mas mantendo uma relativa proximidade com elas.

O I DIC nasceu como objeto planejado, obedecendo a um planejamento institucional e com infraestrutura capaz de suportar um grande contingente industrial. Além do mais, Maracanaú apresentava uma distância de apenas 15 km da cidade de Fortaleza, 22 km do porto do Mucuripe e 12 km do aeroporto Pinto Martins e estando no centro de convergência das rodovias CE – 060 e 065 e das BR's – 316 e 222 (cf. FIG. 1), vantagens não encontradas em outras áreas do Ceará próximas à Capital. Desta forma, Maracanaú concretizou-se como território ideal para a instalação do I DIC.

FIGURA 1 – O I DIC no contexto da RMF: proximidade com os principais aportes técnicos do estado



Fonte: PMM

Em 31 de dezembro de 1964, foi assinado o decreto de desapropriação da área escolhida para a instalação de indústrias. O terreno onde deveriam ser assentadas as indústrias apresentava uma feição irregular, contando com 1.100 ha, correspondendo a 12,35% da área total de Maracanaú, nas proximidades da Estrada do Algodão (rodovia Fortaleza – Baturité – CE - 060) e da linha férrea em direção ao sul do Estado. Àquela época, ainda viviam ali mais de 100 proprietários de terra que foram indenizados, de modo que o terreno ficasse livre para os novos fins²⁸. O I DIC foi inaugurado somente em março de 1966²⁹, sob a administração da CODEC³⁰.

Albuquerque (2006), ao recobrar a história do I DIC, conta que, com o objetivo de atrair as primeiras indústrias para aquela área, a CODEC abriu uma concorrência, estabelecendo critérios, nos quais, dado o grande número de detalhes, não nos aprofundaremos aqui. Cerca de 30 empresas, a maioria de estados do Sudeste e Sul, adquiriram terreno no I DIC, porém, menos de 50% das intenções de implantação foram concretizadas³¹ nos primeiros anos de sua implantação e o Distrito Industrial não apresentou de imediato os resultados esperados.

²⁸ A área era ocupada por fazendas e pequenas propriedades, além de casas que foram desapropriadas. Depois vieram o levantamento topográfico, arruamento e acesso viário. Em alguns trechos foi preciso realizar aterros, pois o terreno era bastante irregular. As máquinas trabalhavam noite e dia porque havia um prazo marcado pelo Governador para a inauguração do Distrito Industrial (ALBUQUERQUE, 2005).

²⁹ A inauguração do I DIC contou com a presença do então presidente da República, o general Humberto de Alencar Castello Branco, o primeiro presidente a assumir o governo militar iniciado em 1964.

³⁰ A CODEC administrou o I DIC até 1969. Em 1970, a CODEC foi transformada em BANDECE, ficando o I DIC sob a administração do mesmo até 1979, quando foi criada a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Ceará – CDI, que assumiu a administração do I DIC até 1989. Segundo o diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Maracanaú, Sr. Antonio Filho, até 1992, a CODITUR administrava o I DIC, passando a partir de então a ser administrado pela CODECE.

³¹ A primeira indústria a se instalar no I Distrito Industrial foi a Ceará Laminados e Compensados S. A. (CELACO), no início de 1967, e que teve apoio da SUDENE; porém, já existia uma indústria em funcionamento antes dessa data, uma fábrica de postes da Companhia de Eletricidade do Ceará (CELC), que produzia este material para atender a demanda da região. Mesmo assim, a CELACO é considerada a primeira indústria implantada resultado de projeto aprovado pela SUDENE. Esta indústria pertencia a um grupo dinamarquês que também era um dos maiores acionistas da cervejaria Antarctica no Brasil (ALBUQUERQUE, 2005).

Apesar de contar com as condições locacionais favoráveis para a instalação de indústrias, segundo orientações técnicas, muitos empresários preferiram instalar seus empreendimentos em Fortaleza, alegando uma série de fatores como deficiência no abastecimento de água³², distância do centro da Cidade, preço dos terrenos e, até mesmo, falta de mão de obra³³ nas proximidades do Distrito³⁴. De fato, poucas indústrias se instalaram na área criada para esse fim, até cerca de dez anos após a sua criação, como detalharemos mais adiante. Empresários que tiveram seus projetos aprovados pela SUDENE nos anos que se seguiram à criação do I DIC preferiram instalar seus empreendimentos industriais em Fortaleza, notadamente nas áreas da av. Francisco Sá, Parangaba, Mucuripe e Antonio Bezerra (AMORA, 1978; MENDES, 2006).

No que tange à infraestrutura, indispensável ao funcionamento das indústrias no I DIC, cabe ressaltar que foram sendo “resolvidas” as deficiências ao longo do tempo, como o abastecimento de energia elétrica. O I DIC passou a ser abastecido pela energia elétrica oriunda da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, que chegou ao Ceará em 1964. Foram, em princípio, 800 km de rede de eletrificação quando da inauguração da estação Abaixadora de Milagres, primeiro local por onde a energia vinda dessa hidrelétrica entrou em solo cearense. Paralelamente, o governo do Ceará garantiu áreas para os empresários, possibilitando, ainda, acesso viário; o tratamento dos resíduos industriais por meio de lagoa de oxidação; instalação de linhas telefônicas,³⁵ além de outros empreendimentos.

³² “A grande crítica ao projeto do I DIC era o de que não havia água suficiente para atender às indústrias. Mas essas críticas, cujo foco eles concentravam na nova zona industrial, era, na verdade, feita contra o próprio Ceará, posto que o Estado encontra-se com praticamente 95% de sua área inserida no semi-árido. Já havia grandes açudes, mas não havia interligação, o que só veio a acontecer no governo Tasso Jereissati”. Trecho de uma entrevista feita por Albuquerque (2005, p. 15) com Pádua Ramos, então presidente do Bandece.

³³ Nesse sentido, o I DIC recebe incentivos para atrair os investimentos como a melhoria de sua infraestrutura, principalmente quanto ao abastecimento de água, a construção do primeiro conjunto habitacional, em 1970, com 5.000 residências. A SUDENE também tentou corrigir a portaria 133/73, fixando os preços dos terrenos de Fortaleza com base nos terrenos do Distrito Industrial.

³⁴ Sobre esse assunto, ver Amora (1978).

³⁵ A equipe responsável pela implantação das primeiras linhas telefônicas em Maracanaú e no I DIC foi a Citelc – Companhia Telefônica do Ceará, que solicitou uma linha telefônica em direção a Maranguape; mas Albuquerque (2005) nos conta que ligar para Maranguape seria caracterizado como interurbano, o que poderia ser mais um empecilho para as empresas não se interessarem em se instalar no I DIC, por ser mais oneroso. Os técnicos da CODEC, então,

Cabe ressaltar que uma das principais ações do governo de Virgílio Távora foi, sem dúvida, a implantação de infraestrutura subsidiada pelo Estado, visando à atração de investimentos industriais o que implicou uma reconfiguração do território cearense, principalmente no entorno da Capital³⁶. Nesse sentido, o I DIC, como um dos principais agentes dinamizadores do espaço metropolitano, passou receber um aporte infraestrutural para alavancar sua industrialização induzida, conforme assinala Silva (2005, p. 115):

O Distrito Industrial vai promover, num desenrolar de uma série de políticas, grandes alterações no arranjo sócio-espacial metropolitano. Na fase inicial, o DI atravessou um período de sérias dificuldades para se firmar. O quadro infra-estrutural incompleto, com abastecimento irregular de água, retarda o adensamento demográfico no seu entorno. A partir dos anos 1970, inicia-se a construção de grandes conjuntos habitacionais ao longo da linha tronco-sul do setor de trens suburbanos da Rede Ferroviária Federal – RFFSA e nas imediações do Distrito Industrial.

Podemos inferir que, não obstante a instalação de indústrias com recursos da SUDENE em Fortaleza, o fato de o I DIC não ter atraído maior número de indústrias nos primeiros anos de sua criação frustrou, de certo modo, as propostas do governo cearense no que tange à política industrial para o Ceará, que se pautava na atração de investimentos nacionais e estrangeiros, assim como locais. Convém destacar a limitação de recursos que vinham para o Ceará, diferentemente da Bahia e de Pernambuco, que apresentavam mais vantagens do que o Ceará naquele momento. O primeiro Estado contava com um pólo petroquímico, o segundo, com um tradicional setor têxtil, e os dois com o fornecimento de energia pela hidrelétrica de Paulo Afonso, ficando o Ceará para trás na corrida pelo capital industrial.

foram falar com o prefeito de Fortaleza, na época, José Walter Cavalcante. Ele sugeriu entrar com um processo para trazer Maracanaú a Fortaleza, desmembrando-o de Maranguape para, então, puxar uma linha do Mondubim para Maracanaú, o que significava quatro mil metros de fiação entre as duas áreas. O prefixo utilizado foi o 215, que apareceria como sendo de Fortaleza. Apesar do prefixo do I DIC ser 371, ainda existem telefones com numeração iniciada em 215. Para a Telemar, atualmente, existem áreas (aquelas mais próximas aos limites com Fortaleza) cujo CEP é de Maracanaú, mas são consideradas de Fortaleza, fazendo com que a ligação não seja interurbana.

³⁶ Ainda sobre o Estado como fornecedor de infraestruturas, incentivando a industrialização, Milton Santos (2004, p. 169) nos diz: “A criação de infra-estrutura é uma maneira de financiar indiretamente [...] a implantação das indústrias modernas. Sem dúvida, é necessário distinguir as infra-estruturas indispensáveis à modernização de um Estado daquelas que são criadas com o objetivo deliberado de atrair investimentos”.

Como a ocupação do território pela indústria, desencadeada pela política industrial pós-II Guerra Mundial, aconteceu de forma concentrada no Sudeste, estabeleceu-se, portanto, a necessidade de redistribuir as indústrias concentradas para as demais regiões. A SUDENE tornou-se, com efeito, instrumento de viabilização da “desconcentração territorial da indústria” para a região Nordeste, propiciando condições necessárias a inserção efetiva desta no processo maior de acumulação capitalista brasileiro e, ainda, seu enquadramento aos interesses externos.³⁷

Portanto, há uma tendência seletiva quanto à organização setorial da indústria no território brasileiro, o que repercute, sobremaneira, na base produtiva do Ceará e do I DIC, conforme veremos mais adiante.

2.3.2 O Nordeste na nova configuração territorial brasileira com a SUDENE

Na segunda metade da década de 1960, o planejamento regional foi efetivado pela SUDENE. Os encaminhamentos dados pelo programa de industrialização desse órgão de desenvolvimento, sob a égide dos incentivos com base no 34/18 (1961/1963), eram no sentido de atrair empresas nacionais e estrangeiras para o Nordeste.

Além dessa política de incentivo não ter acarretado o incremento industrial idealizado para a Região Nordeste, no entanto, ainda os projetos viabilizados se deram de forma concentrada em alguns estados nordestinos, exatamente aqueles que já apresentavam vantagens para o desenvolvimento industrial.

Além disso, a desconcentração industrial do Sudeste para o Nordeste não implicou, no primeiro momento, uma diversificação produtiva da estrutura industrial nordestina, havendo avanços no que tange ao crescimento no número de estabelecimentos e do capital investido, porém

³⁷ Segundo Santos (1994), a SUDENE polarizou ainda mais a produção industrial em algumas áreas do Nordeste. Assim, os estados da Região que apresentavam maiores vantagens aglomerativas (condições infraestruturais, dotação de matéria-prima etc) como Pernambuco, Bahia e Ceará, concentrou a maior parte do processo de industrialização baseada nos incentivos. Tais incentivos foram responsáveis pela expansão no número de empresas que, no período de 1978 a 1986, fizeram com que as RM's de Salvador, Recife e Fortaleza fossem responsáveis por 47% do total de empreendimentos incentivados (cf. SANTOS, op. cit. pp. 98-106).

mantendo-se o perfil da indústria existente, ou seja, com o predomínio de produtos básicos, de bens de consumo imediato, caracterizada por um maior aproveitamento da mão de obra local ³⁸. De fato houve, pouco a pouco, uma desconcentração das indústrias no território brasileiro com a expansão em direção ao Nordeste, mas não se pode dizer que houve uma descentralização produtiva, na medida em que permaneciam no Sudeste as empresas mais modernas e dinâmicas, bem como os escritórios comerciais e gerenciais que comandavam as indústrias migrantes. Para Piquet (2007), a desconcentração da indústria foi limitada e não alterou a posição hegemônica da região Sudeste no cenário nacional, como podemos perceber ao analisar a TABELA 1 relativa à participação na produção industrial das regiões no Brasil.

TABELA 1

Participação na produção industrial de transformação – Brasil e regiões selecionadas
– 1970, 1975, 1980, 1985, 1990 e 1997.

REGIÃO	1970	1975	1980	1985	1990	1997
Sudeste	69,78	75,67	71,61	69,21	71,07	69,23
Sul	12,86	14,88	16,18	16,84	16,29	18,29
Nordeste	6,43	6,61	8,21	8,93	8,28	8,08
Demais regiões	10,93	2,83	4,00	5,02	4,36	4,40
Brasil	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Censo Industrial 1970 a 1985 e Pesquisa industrial mensal, 1990 e 1997.
Adaptada de Rosa & Alves, 2001, p. 28.

Mesmo tendo apresentado pequena queda na participação industrial brasileira entre 1960 e 1970 (de 8%³⁹ para 6,4%), a região Nordeste passou, a partir de então, a apresentar um leve crescimento (cf. TAB. 1), apesar desse acréscimo ter se dado mediante a predominância da indústria de bens de consumo não duráveis como o têxtil e o alimentício. Contribuiu também para esse incremento, sem dúvida, a criação de *Complexos*

³⁸ “Apesar de vários planos regionais de desenvolvimento, dos incentivos fiscais como força de atração industrial, dos recursos do BNDES e do BNB, o processo de industrialização nordestino beneficiou-se com a transformação de empresas oligopolizadas em busca de novos mercados e de fontes de matérias-primas”. (FONTENELE, et. al. 2003, p.56).

³⁹ Esse dado de 1960 foi obtido em Holanda (2007, p.95), não apresentando o mesmo dado para as demais regiões.

Industriais no Nordeste que seguiam a orientação nacional de expansão da atividade industrial e de especialização produtiva de bens intermediários (petroquímica, química, metalurgia, borracha, plástico). ⁴⁰ Mesmo esses complexos, no entanto, não apresentaram o resultado intencionado (SANTOS, 1996).

Assim, a industrialização do Nordeste, com base na política da SUDENE, se desenvolveu, desde o início, de forma concentrada, sinal da reprodução de uma política industrial sem consonância com a equidade, tanto econômica quanto social, na Região, concentrando a “indústria incentivada” em alguns estados. A partir de 1970, porém, se observa a maior participação industrial em outros estados nordestinos, como o Ceará, o Maranhão e o Rio Grande do Norte, o que, de certa forma, promoveu maior participação percentual desses estados no total do PIB nordestino, o que não significou uma distribuição harmoniosa das atividades industriais intrarregionais, como demonstra a TABELA 2, referente ao Produto Interno Bruto (PIB) dos estados nordestinos no período de 1970 – 1996.

TABELA 2

Região Nordeste – Participação percentual dos estados no PIB a preços correntes

REGIÃO/ESTADO	1970	1996
Maranhão	5,99	9,02
Piauí	2,97	4,43
Ceará	11,72	16,26
Rio Grande do Norte	4,4	6,72
Paraíba	6,22	6,89
Pernambuco	25,43	17,02
Alagoas	5,34	5,36
Sergipe	4,12	3,57
Bahia	33,82	30,72
Nordeste	100	100
Nordeste/Brasil	12,34	15,62

Fonte: SUDENE. Adaptado UECE, 2006.

⁴⁰ Assim, na década de 1970 foram criados o Complexo Petroquímico de Camaçari (BA), o Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe, o Pólo Cloroquímico de Alagoas, o Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte e o III Pólo Industrial do Nordeste.

A chegada de novas indústrias passou a ser um atrativo para a população que na década de 1970 passou a migrar mais intensamente para as metrópoles nordestinas. Esse processo foi observado com maior intensidade nas metrópoles Salvador, Recife e Fortaleza, fato que contribuiu para acelerar o ritmo de crescimento dessas cidades e de suas regiões metropolitanas, oficialmente instituídas em 1973. A metrópole Fortaleza, assim como as demais metrópoles nordestinas, passou a despontar no panorama nacional como local atrativo para investimentos públicos e privados (TELES, 2005).

Convém exprimir que, diferentemente do que ocorreu nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador, a Região Metropolitana de Fortaleza, só veio a apresentar maior dinamismo a partir da década de 1980, quando recebeu maior número de investimentos industriais, destacando-se, nesse contexto, o I DIC. Até então, as indústrias concentravam-se em Fortaleza, onde os fatores locais continuavam sendo atrativos, resistindo a outras possíveis localizações, mesmo aquelas que haviam sido criadas para esse fim, como o I DIC.

De fato, o Ceará como um todo só foi desenvolver uma industrialização mais efetiva com a instituição do III Polo Industrial do Nordeste, em 1978.

Com a implantação do III Polo Industrial do Nordeste, alterou-se o sistema produtivo cearense com a entrada de capitais extrarregionais em seu território. Esses capitais direcionaram-se para a Região Metropolitana de Fortaleza passando a ser considerada a área planejada do I DIC. Este teve sua infraestrutura melhorada a partir de então.

2.4 A reestruturação econômica brasileira e sua repercussão na política industrial cearense e no desenvolvimento do I DIC

As ações políticas instituídas e postas em prática, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970 demonstram claramente que os objetivos do Poder Público estavam voltados para o ajustamento do território para o uso do

capital industrial. Nos anos que se seguem a essas décadas, os objetivos não são diferentes, pelo contrário, ganham maior impulso, haja vista o discurso globalizante da economia mundial que tende a acirrar o papel competitivo dos territórios.

Nesse sentido, os novos ideais da política industrial brasileira, a partir de meados da década de 1980, apontaram para a modernização do parque industrial no livre jogo das forças de mercado. Para isso, o papel do Estado precisava ser reduzido, a fim de permitir o livre uso do território pelo mercado internacional (HOLANDA, 2007). Nesse sentido, os ideais “modernizantes” ou “liberalizantes” provocaram uma abertura econômica e uma desregulamentação da economia com a desculpa da retomada do desenvolvimento, abalado pela crise dos anos 1970.

No âmbito mundial, a produção industrial passou por um decurso de reestruturação que antes se baseava, predominantemente, na produção em massa e especializada. As mudanças instituídas pela reestruturação produtiva mundial fizeram com que as atividades produtivas mudassem principalmente seu padrão de organização e localização. “Flexibilidade” e “descentralização” constituem palavras de ordem, o que significou, em linhas gerais, uma fragmentação do processo de produção das empresas, uma modernização tecnológica e um uso mais racional do território. Quanto à localização, o foco está na transnacionalização de capitais produtivos e na reconcentração espacial da produção que faria surgir formas específicas de aglomeração, tais como os *tecnopolos* e os novos distritos industriais (PIQUET, 2007).

Dematteis (apud SAQUET, 2007, p. 74) avalia bem esse movimento desenvolvimentista, quando escreve que, entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, “altera-se o modo de ver o território, ou seja, permanece a atenção às políticas públicas e às intervenções, mas aumenta a atenção às diferenças e às especificidades dos lugares”.

Segundo a periodização de Amora (1978), este é o terceiro período da industrialização cearense, quando se presenciou uma abertura política e econômica no âmbito nacional, “[...] a redução do estado interventor e uma maior autonomia dos governos estaduais caracterizam esse período e

interferem diretamente no processo de industrialização cearense”. (BESERRA, 2007, p. 27).

Para entender como o Ceará se insere nesse novo momento da economia cearense, e compreender o I DIC nesse contexto, remontaremos ao segundo mandato de Virgílio Távora à frente do Estado do Ceará (1979-1982) quando este estabeleceu o II Plano de Metas Governamentais (II PLAMEG), que contemplava propostas de ação visando a transformar o Ceará num dos principais polos industriais do Brasil. Para Beserra (2007), foi exatamente durante os governos dos “coronéis” que o Ceará recebeu um aporte infra-estrutural significativo, sobretudo no governo Virgílio Távora. Assim sendo, o Plano de Metas previa a expansão do I DIC, que passou, então, por uma ampliação.

Como vimos, o I Distrito Industrial do Ceará, mesmo tendo sido inaugurado em 1966, não atraiu, de imediato, as indústrias que se instalaram no Ceará naquele momento. Como podemos observar no GRÁFICO 1, sob a administração da CODEC, até meados da década de 1970, o I Distrito Industrial do Ceará registrou um número pouco significativo de estabelecimentos industriais em funcionamento. Somente em meados dos anos 1980, o I Distrito Industrial passou a incorporar maior número de estabelecimentos industriais em virtude das políticas de atração de indústrias para o Ceará, que, beneficiadas pelos incentivos fiscais e pela infraestrutura disponível, passaram a considerar a área planejada. Desde então, o número de indústrias em funcionamento no I DIC elevou-se até 2004 passando por uma queda drástica, fato que detalharemos mais adiante.

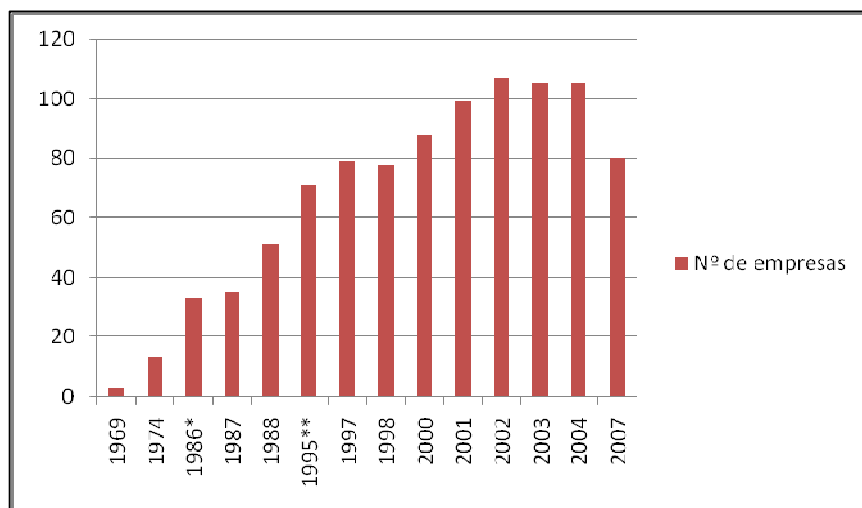


GRÁFICO 1 – Evolução do número de empresas em funcionamento no I Distrito Industrial do Ceará – 1969 – 2007.

Fonte: AEDI e ASDEC. Elaboração da autora.

O momento em que o I DIC apresenta uma elevação no número de indústrias em funcionamento, mais precisamente em 1987, coincide com a ascensão ao poder de uma nova classe política⁴¹ que insere o Ceará em uma política pautada na reestruturação das relações socioeconômicas, a fim de situar o Estado nos circuitos mais dinâmicos do País.

Um novo impulso é dado à industrialização do Estado, considerada ainda a principal vertente para o desenvolvimento, porém, não mais baseado nas políticas de centralização. Tasso Jereissati⁴², eleito primeiro governador “mudancista”, adotou um “pacote” de medidas pautadas em parcerias entre o público e o privado, o que de certa forma aproveitava a atuação de alguns

⁴¹ O período do Centro Industrial do Ceará - CIC (1978 - 1986) que culminou com o chamado “Governo das Mudanças” já foi exaustivamente analisado por inúmeros autores, por isso, não cabe nos aprofundarmos aqui; no entanto, mesmo tendo nosso objeto a indústria e o I DIC, achamos essa discussão pertinente, funcionando como pano de fundo para o delineamento de nossa problemática de estudo. Os empresários que formavam o Centro Industrial do Ceará - CIC (1978 - 1986) usavam um discurso pautado em um “capitalismo humanitário” e encontraram na mídia um veículo maciço para a propagação de suas ideias baseadas, implicitamente, na ideologia do modo de produção capitalista. Na verdade, a intenção era legitimar a livre empresa e as condições favoráveis ao consumo rompendo com as práticas conservadoras vigentes e o domínio das oligarquias cearenses que, segundo eles, impediam o desenvolvimento e a modernização do Estado.

⁴² Em 1986, assumiu o governo do Ceará o empresário Tasso Jereissati, oriundo de uma das famílias mais tradicionais do Ceará. Em oposição à intervenção patrimonialista, seu governo continuou sendo interventor, mas de natureza burguesa, de essência urbana, mercantil e universalista (AMARAL FILHO, 2003).

grupos empresariais que já atuavam no Nordeste com a política de incentivos fiscais. O planejamento levado adiante por esse novo governo, no entanto, baseava seu planejamento em “recortes no território”, ou seja, “os territórios aparecem estáticos, circunscrição política administrativa, sítio sem o político e sem o teórico”. (HOLANDA, 2007, p. 109).

O governo de Tasso Jereissati (1986-1990), com o intuito de atrair investimentos, principalmente externos, promoveu intensa reforma fiscal, fenômeno que exerceu grande influência na atração de investimentos industriais para o Ceará. O Estado passou, portanto, por uma reestruturação política e econômica baseada no ajuste das contas públicas estaduais e em investimentos públicos (incentivos fiscais e na ampliação de investimentos voltados para dotar o Estado de melhor infraestrutura) e privados. Todas essas ações evidenciaram o Ceará no Nordeste e no Brasil, tornando seu território atrativo pelas vantagens locacionais apresentadas, atraindo os tão desejados capitais internos e externos.

A TABELA 3 mostra a participação do Ceará no Produto Interno Bruto brasileiro, que, a partir de 1988, passou a obter variações positivas com momentos de significativos avanços, acumulando um crescimento, em relação ao Brasil, de 54,8%. Isso demonstra, portanto, que “no sistema capitalista, em particular, a reprodução dos grupos dominantes estará centrada em torno da acumulação do capital”. (BARRIOS, 1986, p. 5).

TABELA 3

Variação do PIB do Brasil e do Ceará – 1988 – 1997

ANOS	BRASIL – VARIAÇÃO ANUAL (%)	CEARÁ – VARIAÇÃO ANUAL (%)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PIB DO CEARÁ NO PIB NACIONAL
1988	-0,1	6,7	1,60
1989	3,3	7,6	1,67
1990	-4,3	0,2	1,75
1991	0,3	3,0	1,78
1992	-0,8	1,2	1,82
1993	4,2	4,8	1,82
1994	5,9	6,2	1,90
1995	4,2	5,4	1,94
1996	2,9	5,3	2,05
ACUMULADO 1988 - 1997	20,0	54,8	

Fonte: IBGE e IPLANCE (adaptado de CHUMVICHITRA e TELES, 2000, p. 137).

O Estado concebeu um “poderoso” programa de atração industrial, visando à diversificação do setor produtivo e à interiorização da indústria. A concessão de incentivos fiscais, contudo, ensejou a chamada “guerra fiscal” ou “guerra dos lugares”, que situou os estados nordestinos em disputa por recursos financeiros na tentativa de compensar a sua escassez (BESERRA, 2007). Com a decadência progressiva da SUDENE e o esgotamento dos fundos públicos lançados por ela, essa guerra fiscal foi estimulada⁴³.

A isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) constituiu um dos principais mecanismos de atração de indústrias para o Ceará. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) recebeu a maioria dos investimentos, contudo, algumas cidades médias, como Crato, Juazeiro do Norte e Sobral também atraíram investimentos industriais significativos⁴⁴.

⁴³ Firkowski (2001), citando Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996), acentua que é fundamental sublinhar a conotação decisiva que a ação do Estado passou a ter nos anos 1990, particularmente quando da deflagração do que ficou conhecido como “guerra fiscal”, ou seja, a corrida desenfreada dos diferentes estados na concessão de incentivos fiscais, financeiros e físicos, de modo a atrair, para os territórios estaduais, parcelas dos novos capitais, em sua maioria transnacionais, interessados em localizar suas plantas no Brasil.

⁴⁴ Os incentivos fiscais seriam estabelecidos com base em renúncias diferenciadas de ICMS, podendo chegar até 75%. Para as empresas que se situassem na RMF, o financiamento parcial era de 45% recolhido mensalmente pela empresa, com carência de 36 meses. Também

A Região Metropolitana de Fortaleza, no período de 1989 a 2000, registrou aumento nos postos de trabalho em razão das políticas de atração industrial conforme mostra a TABELA 4. Enquanto isso, nas demais regiões metropolitanas constantes na mesma tabela, entre as quais as de intensa industrialização, houve queda nesse mesmo segmento. Por outro lado, podemos concluir que, mesmo com os incrementos à indústria no Brasil, o mercado de trabalho industrial passou por uma reestruturação, repercutindo no aumento do desemprego, precarização e crescente aumento da informalidade do trabalho.

TABELA 4

Evolução dos postos de trabalho na indústria em algumas das principais regiões metropolitanas brasileiras (1989 e 2000)

RM's	Postos de trabalho	
	1989	2000
Fortaleza	91.764	102.036
Recife	122.690	70.784
Belo Horizonte	181.824	152.160
Rio de Janeiro	475.160	231.792
São Paulo	1.758.559	940.375
Porto Alegre	294.886	217.625
Total	2.924.883	1.714.772
Brasil	6.300.903	4.994.969

Fonte: MTE - RAIS

O Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimentos, administrado pelo FDI, que fora criado em 1979 por Virgílio Távora, objetivava promover o desenvolvimento das atividades industriais no Ceará, quer por meio de incentivos à instalação de indústrias, quer pela ampliação e modernização das existentes. Nesse âmbito, inseriam-se, também, ações de incentivo à criação de minidistritos industriais e a organização de arranjos produtivos locais que passaram a compor a política industrial a partir da década de 1980.

Desse modo, a estrutura produtiva do I DIC, cuja criação data de meados da década de 1960, resultante de planejamento e ação do Estado,

estariam associados a estes incentivos aqueles oferecidos por mecanismos de caráter regional para o Nordeste, merecendo destaque o FINOR – Fundo de Investimentos para o Nordeste, e o FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial, liberados para empresas que atendessem ao perfil exigido pelos programas do Estado (BESERRA, 2007).

conforme já destacado, somente se consolidou em uma fase mais recente, tendo novamente o Estado como principal agente.

Como, porém, o I DIC evoluiu no contexto da política de industrialização cearense, a partir do final dos anos 1980, que considerava a necessidade de interiorização da indústria?

A chegada de grandes investimentos ao Ceará consolidou cada vez mais o espaço produtivo planejado, mantendo-se a concentração espacial da indústria. Portanto, podemos inferir que, depois de 30 anos de sua criação, o I DIC se insere em momentos distintos do ajustamento da política industrial no Ceará, ainda que elementos de um momento estejam presentes no outro.

Em síntese, na instalação e dinamização do I Distrito Industrial, podemos evidenciar dois momentos: o primeiro, a partir dos anos 1960, quando se iniciou o período de atração de indústrias para o Ceará com os incentivos fiscais da SUDENE. O segundo, iniciado na década de 1980, com a melhoria da infraestrutura e o aumento populacional e dos serviços em seu entorno – fatores que detalharemos em outra parte deste trabalho.

Em nossa interpretação, o segundo momento corresponde, como também destaca Amaral Filho (2003, pp. 375-376), à fase das *políticas de segunda geração*, representadas pelos instrumentos estruturantes do aparelho produtivo que proporcionaram um aumento do capital físico e da demanda local, “bem como a geração de economias externas para o setor privado”. Essas políticas baseavam-se em cinco vetores, dentre os quais, segundo o citado autor, estavam: a atração de capitais externos e a concessão de capital de giro às empresas; oferta de terrenos, infraestrutura e treinamento de mão de obra; incentivos a interiorização da indústria; criação de *minidistritos industriais*; expansão da infraestrutura, não só universal, mas também específica.

No contexto dessas políticas, o I DIC tornou-se mais atrativo, não obstante as políticas de interiorização da indústria. Com efeito, ao analisar o exposto de forma processual, percebemos que a dinâmica da acumulação capitalista tem como principal faceta adequar espaços, lugares e territórios, de forma a garantir sua acumulação. Interessante é notar que tal adaptação decorre, principalmente, da destruição e reconstrução de elementos

anteriormente criados pelo capitalismo que serviram a um período posterior de adaptação. A força dessa modernização capitalista (re) cria organizações territoriais em busca de maior agilidade e comodidade das relações de produção e de troca.

Nesse sentido, nosso estudo caminha na direção do entendimento de como essa dinâmica de organização do capital, que abrange questões políticas e econômicas, repercute no desenvolvimento do I DIC. E, ainda, como esse território vem se (re) definindo em virtude das transformações pelas quais passa a indústria atualmente, o que trataremos mais especificamente no Capítulo 4 deste trabalho.

QUADRO 1

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E NORDESTINA – SÍNTESE – PERIODIZAÇÃO ELABORADA PARA O I DIC DENTRO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E CEARENSE.

1º PERÍODO Séculos XVIII e XIX Período pré-técnico e técnico	2º PERÍODO Primeira metade do Século XX Período técnico-científico	3º PERÍODO Segunda metade do século XX (até década de 1990) Período técnico-científico-informacional
Brasil e Nordeste: economia agrária – extrativista desde o início da colonização; agrário – exportadora até metade do século XIX; primeiros indícios de mecanização, pequenos estabelecimentos fabris e primeiras infraestruturas. (contexto do advento da Máquina a vapor e da estrada de ferro); Final do século XIX: economia de transição para o trabalho assalariado e aumento da infraestrutura urbana, principalmente quanto ao sistema de fluxos de transporte.	Transição para o sistema industrial, produção fordista em massa; Revolução de 1930; intensificação dos sistemas viários; Vargas: modernização com claros interesses nacionais; investimentos na indústria de base.	Política desenvolvimentista de JK (1956 - 1960): Incentivo à participação da economia transnacional para a estruturação do território. O capital externo é considerado essencial para a expansão das atividades produtivas (IANI, 1989); Criação de grandes objetos técnicos que proporcionam aumento dos fluxos em escalas mais amplas do território, principalmente na região Sudeste, caracterizando ainda mais o desenvolvimento regional desigual; Criação da SUDENE; Expansão da indústria fordista, tida como sinônimo de desenvolvimento; Globalização e novos usos do território (HOLANDA, 2007) 1965 - 1980: Primeira fase das políticas de incentivo industrial da SUDENE – investimentos fora do eixo Rio – São Paulo: Bahia, Pernambuco e Ceará; 1966: no âmbito da política de desenvolvimento industrial da SUDENE, criou-se o I DI do Ceará; Criação dos Complexos Industriais no Nordeste. O Ceará tornou-se o III Polo Industrial do Nordeste; Década de 1970: segunda fase de

			industrialização na região Nordeste pela SUDENE (HOLANDA, 2007). Dificuldade de expansão do I DIC; Questão regional toma novos rumos com a implementação de ações de maior envergadura com o discurso de integração do País (PND's) e da defesa do território;
	Quanto à estruturação do território cearense – consolidação do I DIC		1980: incorporação da política neoliberal, novo modelo de política externa. Através desse novo modelo, as corporações mudaram as próprias normas do uso do território; Modernização do parque industrial do Estado; Livre uso do território pelo capital internacional; Ocorrem novas formas de organização da produção (reestruturação produtiva), modernização dependente; Reforço as formas específicas de aglomeração, no caso, os distritos industriais; Reformulação da política cearense de incentivos fiscais; Parceria público-privado; O I DIC beneficia-se com a chegada de um maior número de indústrias atraídas por essa nova política industrial cearense.

Elaboração: Keane Carvalho (baseada em HOLANDA, 2007 e PIQUET, 2007).

3. DISTRITO INDUSTRIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE CONCEITO E SUA APLICABILIDADE NO BRASIL

No âmbito das discussões que envolvem a industrialização contemporânea, este capítulo aborda, *grosso modo*, as formas de organização territorial da indústria, mais especificamente as que chamamos de *territórios produtivos*. Estes são considerados aqui como apropriações do espaço pela dinâmica capitalista no movimento de ampliação das condições gerais de sua reprodução.

A discussão sobre as diversas interpretações acerca do conceito de distrito industrial visa a compreender regularidades e diferenças entre as abordagens, principalmente as formuladas nas últimas décadas.

As aglomerações produtivas representadas pelos distritos industriais inserem-se na lógica capitalista e entendê-las requer considerá-las como materialidade, tanto no que tange às formas de uso, com base na divisão do trabalho, quanto no que se refere às políticas públicas de natureza mais localizada. Neste sentido, os distritos industriais no Brasil são formas de intervenção planejada nos espaços regionais, cabendo apreendê-los nessa nova dinâmica espacial, baseada na fragmentação dos sistemas produtivos, que enseja “um mosaico de territórios diferenciados”. (BENKO, 1996, p. 30).

Entendemos que o objeto de estudo em apreço pode ser pensado na perspectiva da Geografia, levando em conta a intrínseca relação entre indústria e espaço geográfico. Cabe ressaltar, porém, que a relação indústria e território está presente em todo este trabalho, de forma particularizada, tendo por enfoque específico o I Distrito Industrial do Ceará.

Por conseguinte, nosso desafio consiste em entender até que ponto o I DIC corresponde, de fato, a um distrito industrial, levando em conta as abordagens teóricas aqui apresentadas. Considera-se, pois, o contexto de sua criação, principais características e dinâmica atual, sempre na perspectiva de se verificar se as noções de distrito industrial aqui apresentadas se aplicam, de

alguma forma, ao objeto empírico deste estudo, ou se este não segue nenhuma definição estrita.

Iniciamos a reflexão destacando os aspectos relacionados à dinâmica territorial com arrimo no par indústria e território.

3.1 Indústria e Território: reflexões para o entendimento dos distritos industriais

A criação do I Distrito Industrial do Ceará aconteceu em consonância com a industrialização cearense, intimamente ligada à expansão capitalista sobre os espaços, e seguiu os rumos tomados pela industrialização brasileira e nordestina a partir de 1960.

A ideologia do crescimento e do desenvolvimento, que influenciou a economia política cearense desde meados do século XX, propiciou mudanças nos equipamentos e nos fluxos urbanos desde o momento em que o Ceará passou a conformar seus espaços, favorecendo exclusivamente a reprodução da acumulação capitalista. A indústria passou a ser considerada o principal vetor de desenvolvimento que evidenciou o Estado na dinâmica da economia nordestina e brasileira mediante sua inserção no *circuito superior da economia*, de acordo com a expressão de Santos (2004).

Assim, a conformação de *espaços produtivos industriais* segue a estratégia da acumulação capitalista que, segundo Fischer (1981, *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008)⁴⁵, funciona sob um regime de manipulação que envolve diversos atores, dentre os quais se destacam o *Estado* e as *empresas*. No âmbito brasileiro e cearense, mais especificamente, o Estado passa a ter papel destacado nesse processo.

É seguindo essa lógica que nascem e se consolidam os distritos industriais no Brasil, como formas de intensificar a industrialização no âmbito

⁴⁵ FISCHER, André. Zones industrielles et stratégies économiques et spatiales, 1981. IN : SPOSITO, Eliseu. FIRKOWSKI, Olga. *Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer*. Expressão popular, 2008.

territorial local, com apoio em políticas de atração, ou seja, em incentivos e desconcentração industrial, promovidas pelo Estado, com o pretexto do desenvolvimento e da independência econômica. As empresas, por outro lado, utilizam-se dos “benefícios” ofertados pelo Poder Público, dos equipamentos de infraestrutura e da manutenção destes, de modo a reduzir, ao máximo, o montante de seus investimentos iniciais.

Na concepção de industrialização formulada no âmbito da política cearense, a indústria é tida como forma de viabilizar a inserção do lugar em uma dinâmica mais ampla, ou seja, em uma economia mundializada. O entendimento dessa lógica requer o resgate do conceito de indústria para a Geografia, considerando-se a relação da indústria com o espaço e o território.

A indústria, se considerada em seu sentido mais amplo, poderia ser definida apenas como a soma das atividades humanas, que resulta na produção de mercadorias desde a transformação de objetos da natureza. Tal definição, no entanto, não dá conta da complexidade das relações que a estabelece com o espaço geográfico.

André Fischer, geógrafo que estuda as relações da indústria com o espaço geográfico, em sua obra *Industrie et espace géographique* (1994), acentua que tanto a Geografia das Indústrias como a própria atividade industrial podem ser estudadas segundo duas abordagens: a *setorial*, que abrange os ramos da atividade industrial, e a abordagem *espacial* buscando entender a interdependência da atividade industrial em relação ao espaço geográfico. Esse autor entende que o espaço geográfico é um componente essencial para o processo industrial e não um mero suporte para este. Com base nesse raciocínio, basilar para nosso estudo, buscamos compreender a dinâmica de localização das indústrias do I DIC.

Ao longo da evolução dos estudos da Geografia Econômica, a Geografia Industrial desenvolveu inúmeras formas de abordagem, visando à compreensão das relações entre a atividade industrial e o espaço. Dentre elas, prevaleceram, durante algum tempo, as concepções da Geografia clássica, que entendia a atividade industrial como inerte no espaço, sendo

apreendida pelo método das descrições contidas nos inventários e nas monografias que tratavam das áreas industriais e seus fatores de localização, sendo concebida sempre como materialidade das áreas centrais (FISCHER, 1994; AMORA, 2005). Em razão das mudanças estruturais nos meios de produção capitalista, a indústria passou a ser compreendida como promotora de novas dinâmicas espaciais, que não mais se prendem aos fatores de localização tradicionais, mas que, por outro lado, estabelecem novas estratégias abrangendo as diferentes escalas geográficas.

De fato, a indústria continua ganhando destaque, nas últimas três décadas, quanto aos seus efeitos no ordenamento do território e no desenvolvimento regional. As mudanças ocasionadas por ela, contudo, são regidas também pelas estratégias espaciais dos atores sociais que se adaptam rapidamente às transformações da própria indústria no que tange a sua organização espacial e as suas novas formas de localização (FISCHER, 1994).

A localização da atividade industrial e as relações que mantém com o espaço e o território, nesse sentido, se tornaram complexas cada vez mais, com o aumento das técnicas, com a redefinição dos fatores de localização pelas empresas e as mudanças no papel do Estado, principalmente. Foi da década de 1960 em diante que houve, mais intensamente, uma mudança no papel da atividade industrial sobre o ordenamento do território, no Brasil, que tinha nesse tipo de atividade o alicerce para o crescimento e para a geração de riquezas.

Com a internacionalização das empresas, dos mercados e a crise das antigas áreas industriais, houve a preocupação, por parte do Poder Público – e pautado no discurso de reduzir os desequilíbrios espaciais – de transferir as atividades industriais para fora do espaço urbano central por meio de políticas de desconcentração, organizando *espaços industriais periféricos* que, dependendo da forma de organização industrial, se configuram sob diversas denominações: zonas industriais, parques industriais, distritos industriais e *tecnopolos*.

Os espaços industriais estão cada vez mais concentrados em áreas distantes dos grandes centros urbanos. Mantêm ainda, entretanto, intensa conexão com as cidades, sejam próximas ou distantes. Essas áreas industriais periféricas servem, a maioria delas, à desconcentração da atividade fabril das grandes metrópoles quando se tornam também atrativas para os investimentos industriais por apresentarem possibilidades de acesso ao mercado, terrenos amplos e de fácil aquisição, mão de obra barata, entre outros. Essas *externalidades*⁴⁶ são formuladas, na grande maioria, por políticas de incentivos, sejam por parte dos governos estaduais sejam por parte dos governos municipais.

O fenômeno de desconcentração/concentração da atividade industrial, no entanto, não pode ser tomado de modo uniforme, mas sim entendido como dialético que envolve também outro fenômeno: o da centralização/descentralização. Se tomados de forma aparente e analisados separadamente, esses fenômenos tornam-se falácias, enganam por não apresentarem a totalidade. Primeiramente, deve-se entender que, ao mesmo tempo em que há uma desconcentração da atividade industrial nos lugares centrais, há uma concentração desta em outras regiões. Um exemplo disso é dado por Firkowski (s. d., p. 69), quando analisa que os setores que passaram por tal desconcentração, mais intensivamente no período de 1980 a 1997, foram os de calçados, o têxtil, o de produtos alimentares e o de bebidas⁴⁷. Muitas empresas que mantêm suas indústrias no ramo de bens de consumo não duráveis, utilizando-se de baixa tecnologia e do uso intensivo da mão de obra, direcionaram suas plantas industriais para fora das áreas

⁴⁶ Esse termo “externalidade” é usado também por Chesnais no seu clássico livro *A mundialização do capital* (1996). Segundo ele, “incluem-se aí as infra-estruturas e serviços públicos, o nível de qualificação da mão-de-obra, e a qualidade dos sistemas de pesquisa (centros de pesquisa públicos ou universitários) e das infra-estruturas científicas. Essas externalidades são, em grande parte, resultado da ação e dos investimentos do Estado, bem como dos governos regionais e locais. Resultam também do comportamento e dos investimentos da própria companhia”.

⁴⁷ Ainda segundo análise de Firkowski (s. d.), os setores de Química, papel e celulose e extração de minerais tiveram seu período de desconcentração, que foi de 1970 a 1985. Já os setores mais especializados, como os de material de transporte, mecânica, materiais não metálicos, metalurgia e material elétrico e de comunicações tiveram uma desconcentração restringida aos estados do Sul e Sudeste. Estes últimos setores e suas formas de expansão deram origem a estudos sobre a “desconcentração concentrada”, seja por autores que concordam, seja por aqueles que não concordam com esse processo, entre eles Azzoni (1985) e Pacheco (1999).

centrais, instalando-as, principalmente, em regiões que oferecem maiores incentivos, infraestrutura e abundância de mão de obra. O Ceará adaptou-se bem a esse contexto, recebendo grandes estabelecimentos fabris dos principais oligopólios industriais dos setores calçadista e têxtil que se instalaram em municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e também em cidades médias do interior a exemplo de Sobral, Crato e Iguatu e, ainda em outros centros menores.

Concomitante à concentração/desconcentração, há outro processo, o de centralização. Isso significa que, mesmo as unidades fabris se desconcentrando territorialmente, os lugares de comando permanecem os mesmos, ou seja, as atividades relacionadas à gestão e à decisão, bem como de produção baseada em sofisticados processos produtivos que demandam mais inovação e informação⁴⁸, permanecem centralizadas em poucos lugares. Portanto, formam-se “espaços do mandar” e “espaços do fazer”, na expressão de Santos (2004).

Quando as unidades fabris se concentram em uma mesma área, como no caso do I DIC, percebe-se ainda mais fortemente essa distinção entre os espaços da produção, propriamente dito, e os espaços de comando. Aqui se encerra a distinção entre a empresa e o estabelecimento industrial, este como unidade necessariamente inscrita no espaço geográfico concreto. Entender essa diferença permite compreender melhor essa crescente centralização dos lugares de comando e a organização dos estabelecimentos produtivos em espaços periféricos na forma de territórios produtivos (FISCHER, 1996 *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008). Nossa pesquisa de campo revelou que o número de estabelecimentos industriais que possuem sua gestão fora do território cearense se torna cada vez mais expressivo. Até mesmo empresas que se formaram com base nos capitais locais fundem aos *holdings* internacionais. Portanto, o I DIC é exemplo claro de um espaço produtivo, o que detalharemos adiante.

⁴⁸ “A distinção entre o estabelecimento e a empresa não é um discurso vago de escola: ela permite melhor compreender a combinação entre uma concentração geográfica cada vez mais forte de poderes de comando e uma dispersão de atividades cada vez mais dependentes nos espaços periféricos; reencontra-se, por conseguinte, a dupla abordagem, a metropolização e o dualismo dos territórios”. (FISCHER, 1996 *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008, p. 66).

Não obstante, espaços produtivos industriais se tornam cada vez mais densos e complexos não só pelas formas contidas neles, mas também por fazerem parte de um processo mais amplo que envolve um jogo de escalas (local – regional – nacional - mundial), onde o que importa são os circuitos de troca que, graças à *ubiqüidade do capital*⁴⁹, acontecem de forma multiescalar.

A redefinição da escala local é outro fator importante para a compreensão desses espaços produtivos. Ao se adequar a um cenário de maior competitividade ante a dinâmica nacional e mundial, a escala local ganha outra perspectiva, influenciando e sendo influenciada por outros níveis escalonares.

Utilizando-se do instrumento da gestão e não mais do planejamento (PIQUET, 2007), os lugares buscam atrair maiores investimentos e, para isso, o Estado auxilia a expansão do capital de forma sutil, eliminando normas, estabelecendo acordos, diminuindo exigências legais e oferecendo incentivos. De fato, parece normal aos poderes públicos conceder recursos para que o capital possa se reproduzir mais rapidamente, mesmo considerando o fato de que a mais-valia possa desertar desses lugares sem prestar nenhuma satisfação. O importante é a carga de capital que esses lugares passam a apresentar, o que resulta em uma competição entre eles e em uma luta desigual pela atração de capital (SANTOS, 2007).

Em face dessa lógica, o território pode ser considerado de forma estratégica, tornado-se *locus* de produção de bens e de reprodução do capital. Como unidade espacial, compõe um meio socioeconômico, ou seja, uma totalidade, abrigando recursos e potencialidades, e se adaptando às flutuações das atividades econômicas, servindo ao modo de produção dominante (FISCHER, 1996 *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008; SANTOS, 2007). Enfim, o território é algo que comporta permanências e temporalidades definidas pelos seus diferentes usos, pelos seus variados atores.

Para Di Méo & Barnèche-Miqueu (1996, p. 134), o território, em sua forma de espaço contíguo de proximidade e socialmente apropriado,

⁴⁹ Piquet, 2007, p. 24.

resiste bem as diversas apropriações sociais, às mudanças socioeconômicas e à emergência de uma nova era das redes, que agora são o ponto de partida para a organização do espaço⁵⁰.

Um território produtivo se manifesta por arranjos institucionais do poder constituído, abrigando conflitos de interesse e formas de ação coletiva e de coordenação. É, portanto, um território não neutro, concentrador e disseminador dos fluxos materiais e imateriais, que envolvem a dinâmica geográfica industrial. Nessa perspectiva, concordamos com Cocco (2005, p. 175) que entende território produtivo como sendo

[...] um espaço econômico socialmente construído dotado de recursos físicos, mas também de história construída pelos homens que nele habitam através de convenções de arranjos institucionais que lhes dão expressão e formas sociais de organização e produção.

Assim, o jogo de interesses estabelecido pelo Estado e as empresas tende a viabilizar a implantação industrial em áreas criadas especificamente para este tipo de atividade, o que não deixa de ser uma forma de apropriação do território, tornando-o essencialmente produtivo. Esse é o caso dos distritos industriais, territórios produtivos criados por arranjos institucionais dentro de uma divisão administrativa e de uma lógica fordista de produção que resistem aos novos paradigmas do modo de produção, como veremos a seguir.

3.2 Distritos Industriais: considerações conceituais

Achamos imprescindível fazer breve recuperação conceitual sobre distrito industrial, abordando suas principais características e quando este ressurge como nova forma de organização industrial, servindo às novas estratégias de acumulação capitalista. Grande parte da literatura que trata do tema considera a aplicabilidade desse conceito nos países desenvolvidos, por isso, acreditamos que

⁵⁰ “[...] de départ repose sur lê sentiment que le territoire, dans as forme d’espace contigu de proximité, socialement perçu et approprié, résiste assez bien aux changements sócio-economiques et à l’émergence d’une ére dès réseaux dont on nous dit partout qu’elle régit sans partage l’organisation de l’espace”.

entender como se aplica esse conceito no Brasil é de suma importância, haja vista a escassez de estudos relacionados a essa problemática em países em desenvolvimento.

O debate teórico sobre o conceito distrito industrial e sua aplicação como forma de organização produtiva está bastante atrelado, na literatura mais conhecida, ao surgimento de um padrão de produção industrial conhecido como *especialização flexível*, expressão criada por Piore e Sabel (1984), ou seja, à emergência de um novo paradigma que obedece a padrões mais flexíveis de acumulação (HARVEY, 1992).

Assim, insiste-se na oposição entre o modo de produção em massa, caracterizado pelo modelo *fordista-taylorista*, e a especialização flexível. Sabemos, entretanto, que ambas as formas de produção capitalista apresentam características distintas, o que não significa, necessariamente, um rompimento rígido entre um e outro. Para Kumar (1997), essa aparente transição pode ser interpretada como manifestação de um dinamismo tecnológico e de inovações revolucionárias constantes na produção inerentes à Revolução Industrial⁵¹.

Nessa perspectiva, entendemos que considerar os distritos industriais apenas do ponto de vista desse novo modelo de flexibilização é algo que deve ser, de certa forma, repensado.

Ainda segundo Kumar (1997, p. 70), o ressurgimento dos distritos industriais “não os tornam, como tais, arautos de um novo mundo”, ou seja, as experiências dos distritos industriais mais amplamente discutidos (Terceira Itália, entre outros) não podem ser tidas como um fenômeno de padrão mundial. Como destaca Araújo (2005), as origens dos distritos industriais são bastante diferenciadas, dependendo do lugar e do surgimento desses aglomerados.

Os estudos acerca dos distritos industriais partiram das reflexões feitas por Alfred Marshall, no final do século XIX e início do século XX, com

⁵¹ “A denominada Escola da Regulamentação de teóricos franceses – destacando-se Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz – não vê, sob qualquer forma, uma transição para uma sociedade pós-fordista potencialmente promissora. O que outros descrevem como estratégias pós-fordistas eles consideram como *neofordistas*, formuladas para dar meios ao capitalismo a fim de superar sua atual crise”. (KUMAR, 1997, P. 67).

base em observações feitas por ele em algumas aglomerações industriais comuns na Inglaterra desse período.

Segundo Becattini (2002, p. 10-11), Marshall, ao observar com atenção a realidade da indústria britânica, chegou à conclusão de que existem, pelo menos, dois grandes modos de produção eficientes: um baseado na grande indústria verticalizada em seu interior; e outro, que consistia na concentração de um grande número de pequenas fábricas especializadas em diferentes fases de um processo produtivo, geralmente de ramos mais tradicionais, como o têxtil e o gráfico. De certa forma, Marshall caracterizava os distritos industriais e demonstrava que algumas vantagens da produção em grande escala, característica da grande indústria, poderiam ser obtidas também por pequenas e médias empresas, desde que concentradas territorialmente (ARAÚJO, 2005).

As formulações de Marshall a propósito dos distritos industriais serviram de base para muitos estudiosos, que passaram a observar outras características dos distritos industriais marshallianos, tanto na Inglaterra quanto em outros países industrializados. Precisamente no final da década de 1960, alguns economistas perceberam a existência de outras aglomerações industriais e passaram a reformular o conceito marshalliano distrito industrial haja vista seu surgimento sob novas formas de produzir na tentativa de superar a rigidez fordista. Assim, “l’analyse marshallienne est de retour dans la période après fordisme sous différentes formes”. (BENKO, 2004, p. 18).

A *Terceira Itália*⁵² é a experiência mais emblemática com distritos industriais na atualidade. O paradigma tecnológico e o novo modo de regulação que emergiram na Itália permitiram reintroduzir o conceito marshalliano distrito industrial.

As mudanças ligadas à crise das grandes empresas fordistas de capitais mais densos, o surgimento de pequenas e médias empresas especializadas em determinados ramos produtivos, localizadas em regiões

⁵² A expressão Terceira Itália surgiu em oposição a Primeira Itália, representada por empresas cuja produção era em massa e em grande escala e a Segunda Itália do Mezzogiorno, ou seja, a parte sul da Itália economicamente subdesenvolvida. A Terceira Itália passou a ser considerada a região dinâmica desse País, localizada no centro-norte oriental italiano (Região de Toscana, Úmbria, Marche, Emilia – Romagna, Vêneto, Friuli e Trentino Alto Ádige).

consideradas economicamente atrasadas, a proximidade geográfica entre elas e a divisão do trabalho em que cada firma se especializava em um segmento do processo produtivo, constituem as principais características dos distritos industriais da Terceira Itália. Perante tal realidade, estudiosos, como Arnaldo Bagnasco, Carlos Trigilia e Sebastiano Brusco, perceberam o caráter socialmente endógeno do desenvolvimento proporcionado por esse tipo de organização produtiva e repensaram o conceito marshalliano distrito industrial (BENKO, 1996; 1998; BECATTINI, 2002).

Le mode de régulation et le paradigme technologique de ce milieu productif ont permis de réintroduire un vieux concept: le <<district industriel>> décrit par Alfred Marshall en 1900, c'est-à-dire la coordination, par le marché et **par une réciprocité fondée sur la proximité géographique, d'une division sociale du travail (désintégration verticale) entre les petites firmes se spécialisant dans un segment du processus productif**". (BENKO, 1998, p. 96. Grifamos).

Destarte, observando essa nova configuração territorial das pequenas e médias empresas no norte oriental da Itália, Becattini (1987, apud BENKO, 2004, p. 18), outro estudioso do fenômeno da Terceira Itália, traduz, em termos contemporâneos, as características dos distritos industriais italianos, como sendo:

[...] coexistence singulière de concurrence et de solidarité entre les entreprises qui réduit les coûts de transaction du marché local; pléthore d'innovations qui viennent de la base, favorisées par le "*climat industriel*" régnant dans le district; grande mobilité, tant horizontale que verticale, des postes de travail; émulation que se communiquent les membres du district, tant pour atteindre les objectifs économiques que, parfois, pour améliorer et parfaire l'environnement géographique et social du district proprement dit.

Resta claro, portanto, que os distritos industriais, analisados inicialmente no começo do século XX por Marshall, reaparecem na atualidade, atrelados às novas tecnologias e às novas condições de mercado (KUMAR, 1997), o que, no caso da Terceira Itália, parece beneficiar apenas as pequenas e médias empresas. Convém, no entanto, considerar que as grandes empresas, principalmente os monopólios, não se restringiram

apenas ao modelo fordista de produção, beneficiando-se também de algumas formas mais flexíveis de produção (um exemplo disso é a *terceirização*).

Por outro lado, alguns questionamentos afloram mediante o quadro da divisão do trabalho nos distritos industriais, principalmente quanto à transição entre fordismo e especialização flexível. Hissa (2008), baseando-se em Schmitz (1997), ressalta que, **partindo de uma concepção fordista de produção**, os distritos industriais são territórios que obedecem a uma lógica de produção baseada na divisão do trabalho setorialmente especializado e verticalizado, o que implica maior possibilidade de cooperação entre as empresas.

Será que o que entendemos como organização flexível da produção, descentralização produtiva, desverticalização da grande indústria, pode ser considerado resultado de uma nova forma de organização territorial do fordismo? A resposta a esta pergunta demanda mais aprofundamento, portanto, maior reflexão.

O que percebemos no caso dos distritos industriais de países como o Brasil é que estes recebem a influência do que a Escola da Regulamentação chama de *Fordismo Global* (KUMAR, 1997, p. 68). Esses distritos recebem a produção que se descentraliza não só no plano nacional, mas também no plano internacional, ao mesmo tempo em que convivem com certos empregos de flexibilização como parte de uma estratégia para reduzir os encargos das grandes empresas.

De fato, “não estamos testemunhando o fim das poderosas empresas de grande porte, mas estamos, sem dúvida, observando a crise do modelo corporativo tradicional baseado na integração vertical e no gerenciamento funcional hierárquico”. (CASTELLS, 1999, p. 178). As recentes proposições sobre distritos industriais e sua vinculação à acumulação flexível, tanto no caso das pequenas e médias empresas, quando das grandes organizações, carecem de maior profundidade teórica.

O que, porém, envolve a retomada do conceito distrito industrial são suas constantes adaptações, que levam à necessidade de diferenciá-lo

de outras formas de aglomerações industriais, a exemplo dos *clusters*⁵³, arranjos produtivos locais e sistemas industriais localizados. Não pretendemos aqui discorrer detalhadamente sobre as diferenças entre essas formas de aglomerações, porém queremos destacar algumas características principais dos distritos industriais, decorrentes da análise de realidades concretas que ensejam compreender o caráter diverso e a amplitude das formas de organização dos distritos industriais, importantes para a compreensão dos estudos de casos no Brasil.

No que tange a sua aplicabilidade, ou seja, ao modo como eles são vistos, sejam pautados no modelo tradicional marshalliano, sejam a partir da óptica da racionalidade produtiva ou das tendências relacionadas a uma nova geografia da acumulação flexível, podemos destacar as seguintes características dos distritos industriais, dentre as mais relevantes:

- podem ser compostos por organizações de empresas em forma de redes em um determinado espaço geográfico (ARAÚJO, 2005);
- essas empresas tendem a ser especializadas em determinados ramos industriais;
- apresentam uma divisão produtiva do trabalho entre elas;
- existência de valores de confiança e de atitudes de cooperação⁵⁴;
- densidade institucional, ou seja, presença de uma rede de informação entre as empresas, representada por organização de

⁵³ Os *clusters* são as formas de aglomeração industrial mais parecidas com os distritos industriais no que tange à contemporaneidade desse conceito. Os *clusters* podem ser caracterizados, de modo mais geral, como formas de concentração setorial e espacial de indústrias. O termo *cluster* passou a ser utilizado também, na década de 1970, para caracterizar todos os distritos industriais da Europa e outros que começavam a surgir em outros continentes e países, a exemplo do Brasil, tendo como pressuposto “uma aglomeração de tamanho considerável de firmas numa área especialmente delimitada com claro perfil de especialização e na qual o comércio e a especialização inter-firmas é substancial”. (ALTENBURG; MEYER-SATAMER, 1999 apud SUZIGAN, 2008).

⁵⁴ Segundo Hissa (2008), o fator cooperação refere-se às relações interempresariais que acontecem de forma articulada, por meio da ação conjunta dos agentes econômicos e sociais que, mesmo coexistindo em um ambiente de competição entre as empresas locais, existe uma colaboração entre as empresas, onde são desenvolvidas sinergias positivas, principalmente de inovação coletiva.

trabalhadores, grupos comunitários, entidades regionais e locais, instituições de ensino, pesquisa e prestação de serviços (ARAÚJO, 2005).

Essas características expõem como, de fato, é compreendido um distrito industrial na atualidade. A maioria dos distritos estudados no Brasil, contudo, não abrange totalmente todas essas características o que, no caso estudado, torna-se ainda mais evidente a não-vigência da totalidade dessas características.

Guardando essas características, os distritos industriais passaram a ser considerados como “instrumentos poderosos, seja para revitalização de áreas geograficamente deprimidas com forte tradição industrial em países desenvolvidos, seja para o desenvolvimento de nações economicamente atrasadas”. (GALVÃO, 2000, p. 8). Pode-se inferir, a partir do exposto por Galvão, que os distritos industriais se apresentam como dispositivos de mitigação dos efeitos das crises de acumulação capitalista e de elevação das taxas de produtividade, assim como de redução dos custos de produção e expansão dos mercados.

Corroboramos o pensamento de Schimtz (1997, apud ARAÚJO, 2005), quando assere ser fundamental reconhecer as especificidades desses aglomerados em países em desenvolvimento como o Brasil. Aqui destacamos o Nordeste brasileiro que tem, entre suas especificidades, como vimos, o fato de apresentar dificuldades para desenvolver as próprias forças produtivas. Por isso, acreditamos que a criação de distritos industriais representou uma tentativa de superação dessas dificuldades, resultando na aplicação de um modelo sem suas características principais.

3.3 Especificidades dos distritos industriais no Brasil

Não é tarefa simples definir um distrito industrial, principalmente porque corremos o risco de fazer generalizações excessivas, entretanto, não pretendemos aqui estabelecer uma conceituação própria de DI. Intentamos,

neste subitem, discurrir a propósito da configuração de alguns distritos industriais no Brasil, tecendo considerações sobre o papel do Estado no contexto industrial de criação desse tipo de aglomeração industrial.

Os estudos de casos de DI, em países em desenvolvimento como o Brasil, ainda são bastante escassos. O distrito industrial estudado aqui pode servir como contribuição a esses estudos, no âmbito geográfico, à medida que se procura averiguar algumas semelhanças e diferenças com outros distritos industriais, ressaltando suas especificidades e relações territoriais.

Ressaltamos, ainda, a dificuldade de uma bibliografia que trate de estudos de casos relacionados a distritos industriais e, também, mais especificamente, abordando essas aglomerações industriais no Brasil. Para esta discussão, baseamo-nos, principalmente, nos estudos de Galvão (2000), Mattos (2006) e Hissa (2008), que apresentam significativas contribuições para o entendimento da aplicabilidade do conceito distrito industrial no Brasil.

Vimos que os distritos industriais italianos que formam a Terceira Itália são basicamente constituídos por pequenas e médias empresas que se organizam produtivamente em um dado território. Vimos também que o desenvolvimento de DI's na Itália está relacionado ao surgimento de formas produtivas mais flexíveis focadas em pequenas empresas, com um número reduzido de funcionários e, não necessariamente, em empresas multinacionais (CARMONA, 2006).

Singer (2004), ao discutir o desenvolvimento capitalista e a economia solidária, aponta outro fator que explica o sucesso dos distritos industriais, também presentes na Terceira Itália: a **cooperação** entre as empresas. Outro fator é a **complementaridade** em que cada distrito especializado em determinado ramo produtivo funciona mediante uma divisão de trabalho em que grupos de empresas se encarregam de variadas etapas da cadeia produtiva. É uma característica peculiar dos distritos industriais italianos, por exemplo, gerar redes locais de organização produtiva. Nesses distritos, o projeto do produto final é elaborado por todas as empresas envolvidas. Daí considerar-se os distritos industriais de enorme importância para o desenvolvimento econômico local, como foi no exemplo italiano, quando o País passava por tempos de crise na década de 1970. O distrito

industrial italiano tornou-se equivalente a uma grande firma, capaz de competir com grandes empresas multinacionais. Isso o tornou conhecido internacionalmente e fez com que diversos países capturassem o modelo na perspectiva de terem o mesmo desenvolvimento econômico.

A criação de DI's no Brasil, segundo Mattos (2006), pode ser associada a estratégias de *desenvolvimento local*, mas que, no nosso caso específico de estudo, não acontece. Ainda segundo essa autora, os recursos locais poderiam ser aproveitados e articulados com os regionais a fim de definir a melhor aplicabilidade dos distritos industriais, conferindo ao local o caráter de território produtivo. O que de fato acontece, porém, não se caracteriza como desenvolvimento local com base em suas potencialidades, mas um desenvolvimento calcando na atração de grandes investimentos externos, o que contribui para que esses distritos se tornem produtivos, mas voltados para os interesses externos.

Baseamo-nos em Fischer (1994) quando acreditamos que a estratégia espacial de localização industrial nos distritos industriais se apoia em duas lógicas simultâneas. A primeira envolve o Estado e as coletividades que, se colocando como responsáveis singulares pelo desenvolvimento, passam a decidir que tipos de recursos devem ser direcionados para seus territórios, estabelecendo-se uma guerra fiscal pautada na oferta de incentivos de toda ordem a fim de atrair investimentos nacionais e internacionais.

Dessa forma, acreditamos que a implantação de DI's no Brasil e, mais especificamente no Nordeste, pauta-se na transplantação de modelos, copiados ou criados por decretos. Assim, concordamos com Araújo (1995) quando diz que, seguindo essa lógica, dificilmente essas aglomerações industriais contribuirão para o desenvolvimento endógeno.

Pode-se constatar, no Brasil, a existência de alguns distritos industriais que se configuram como concentração de empresas de um mesmo ramo produtivo e que contam com um conjunto de instituições e serviços complementares às fases de produção, à semelhança do caso italiano. Um exemplo é o Distrito Industrial de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, descrito por Galvão (2000).

O Município de Cachoeiro de Itapemirim apresenta forte tradição na extração e beneficiamento mineral desde o início do século XX. É, hoje, um dos principais polos produtores de rochas ornamentais de mármore e granitos do País e serve, principalmente, à construção civil.

Em meados da década de 1950, a região de Cachoeiro de Itapemirim passou a desenvolver atividades industriais voltadas à extração e beneficiamento de mármore que, em razão da abundância dessa matéria-prima, passou a atrair capital e mão de obra, *o que proporcionou a criação de pequenas e médias empresas especializadas nesse setor*. Já na década de 1970, com a descoberta do granito, a indústria extrativista mineral da região é fortalecida e aumenta suas exportações para o mercado externo (GALVÃO, 2000, p. 17-20).

As pequenas e médias empresas concentraram-se, portanto, próximas às matérias-primas constituindo, a presença destas, principal fator de localização industrial. Em razão das novas exigências externas, essas empresas adotaram estratégias visando a melhorar a qualidade do produto. Para tanto, desenvolveram um regime de *cooperação* entre si, o que proporcionou a modernização da tecnologia utilizada e atraiu diversos serviços complementares à produção. Com essa forma de organização produtiva, a região passou a ser denominada *distrito industrial*.

Acerca do fator cooperação, Hissa (2008, p. 11-12) assevera que essa é uma característica ainda pouco desenvolvida entre as empresas que compõem a maioria dos distritos industriais no Brasil. Esse autor cita o caso do *distrito industrial calçadista de Franca*, São Paulo, onde, apesar de certa complementaridade entre as indústrias alocadas, faltam atividades cooperativas e ações conjuntas entre as empresas. Há, sim, certo “clima de competição” entre as firmas, o que não chega a ser um elemento desestabilizador nos distritos.

Em se tratando especificamente do setor calçadista, nos indagamos: podemos falar em distritos industriais desse ramo no Brasil? Caso afirmativo, em que perspectiva?

Com base no histórico da indústria calçadista no Brasil e apoiando-nos, sobretudo, nos relatos de Galvão (2000), tudo indica que não há como categorizar os aglomerados industriais calçadistas como distritos industriais, haja vista as principais características contidas nesse conceito.

A indústria calçadista no Brasil baseia-se, essencialmente no regime fordista, predominante durante quase todo o século XX. No início dos anos 1990, essa indústria buscou a descentralização da atividade produtiva, não no sentido da desintegração vertical do grande estabelecimento produtivo e da formação de pequenas e médias firmas autônomas dependentes entre si e especializadas, cada uma delas, em determinadas fases da produção, o que seria um exemplo de *complementaridade*. Com a crise do setor calçadista nesse período, contudo, decorrente da queda das exportações e do aumento da concorrência internacional, este setor deslocou parte de seu parque industrial, concentrado no Sul e Sudeste do País, para regiões que oferecessem menos custo à produção, estabelecendo, nessas regiões, formas próprias de organização produtiva, guardando tanto características fordistas como adotando certas características de maior flexibilização. Esse foi o sentido dado à descentralização nesse setor. As tradicionais regiões calçadistas do vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, e Franca, em São Paulo, entretanto, ainda se desenvolveram “de forma espacialmente concentrada e setorialmente especializada”, formando verdadeiros complexos industriais calçadistas, abrigando fábricas complementares ao processo produtivo, como componentes e acessórios; insumos químicos; máquinas e equipamentos; curtimento e beneficiamento de couro; artefatos diversos, além de expressiva presença de firmas prestadoras de serviços técnicos e assessoramento tecnológico, todas ligadas diretamente ao setor de calçados (GALVÃO, 2000).

As indústrias calçadistas que buscavam reduzir seus custos com a produção como forma de escapar da crise, direcionaram, em grande maioria, seus estabelecimentos fabris para a região Nordeste, onde se encontrava uma mão de obra barata, sem qualificação e baixa organização sindical. Acrescenta-se a isso o fato de essas empresas receberem grandes incentivos

fiscais por parte dos governos, principal característica na conformação de DI's nessa região.

O Estado teve, historicamente, papel determinante na industrialização do País e, conseqüentemente, na criação e desenvolvimento dos distritos industriais, principalmente na década de 1960, quando teve início o discurso do planejamento como principal instrumento para o desenvolvimento de regiões que apresentavam “atraso econômico”.

No final da década de 1950, efetivou-se no Nordeste, conforme já comentado, uma complexa atividade intervencionista do Estado no desenvolvimento do setor industrial, mediante a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e inspirada no exemplo italiano da *Cassa Mezzogiorno*. Segundo Bursztyn (1985, p. 23), é nesse período que o “Estado começa a agir mais sistematicamente, de forma planejada, no Nordeste”, o que resultou em mudanças significativas ao longo do tempo para a região Nordeste e sua inserção na divisão internacional e nacional do trabalho.

O planejamento e a criação de áreas industriais no Nordeste foram os principais mecanismos de desenvolvimento industrial na região. A Bahia, por exemplo, segundo Pimentel (2002), foi o Estado que mais se beneficiou dos incentivos fiscais e financeiros da SUDENE e, também, dos recursos do Banco do Nordeste. Nesse Estado foi criado o primeiro grande centro industrial planejado do País, o *Centro Industrial de Aratu*, na Região Metropolitana de Salvador⁵⁵.

O Distrito Industrial de Aratu foi criado por decisão governamental, visando à atração e instalação de muitas indústrias⁵⁶. O Município de Aratu, na Bahia, à semelhança do I DIC, já contava com as condições favoráveis (fatores de localização) para a instalação de um distrito industrial, tais como: energia elétrica abundante da Companhia Hidroelétrica de São Francisco; um grande porto; grande área disponível, suprimento de água abundante;

⁵⁵ Ressaltamos que, em Pimentel (2002), fala-se ora em centro industrial, ora em distrito industrial. Sejam aqui considerados as duas expressões como sinônimos.

⁵⁶ O Distrito Industrial de Aratu, na Bahia, foi oficializado pela lei nº 2.321 de 11 de abril de 1966.

proximidade com as BR's 324, 116 e 101, além de linha férrea (PIMENTEL, 2002).

Ainda consoante Pimentel (2002), o Distrito Industrial de Aratu manteve-se na posição de maior parque industrial do Nordeste nos primeiros anos de sua efetivação, tanto em número de estabelecimentos fabris como em quantidade de investimentos e absorção de mão de obra.

No território baiano, também foram criados outros distritos industriais, atualmente incentivados pelo Estado por meio da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia (SUDIC). Esses distritos, segundo informações desse órgão estadual⁵⁷, baseiam-se na interação das empresas que exercem atividades complementares.

Em países como o Brasil, teoricamente, os distritos industriais *poderiam ser* a alternativa para o desenvolvimento local. O surgimento dessas aglomerações industriais, porém, e a conformação de territórios produtivos dependem, principalmente, de iniciativas governamentais regionais, estaduais e locais voltadas para o desenvolvimento de vantagens locais territoriais ou, nas palavras de Cataia (2001), esses governos preparam seus territórios com *sistemas de engenharia*, como se pode observar nos diversos planos de governo, ao longo de décadas, e em programas de atração de investimentos de muitas instituições que, em parceria com outras internacionais, promovem, ainda, atração de empresas estrangeiras.

Os casos de DI's observados no Nordeste nos fazem corroborar o conceito de *território alienado* desenvolvido por Cataia (2001)⁵⁸. Segundo esse autor, ao se criar uma atmosfera favorável ao desenvolvimento de atividades econômicas a fim de dar oportunidade a polos dinâmicos de atração de investimentos e de inovação, os territórios estão promovendo o desenvolvimento de forças exógenas em detrimento da economia local e das

⁵⁷ Informações obtidas na página da SUDIC: <www.sudic.ba.gov.br/infra_estrutura.htm>. Acesso em: 23 out. 2008.

⁵⁸ Isnard (1979, apud HOLANDA, 2007), baseado em Marx, compreende o *espaço alienado* como sendo "regiões que devem ao exterior não só sua criação e sua integração no mercado mundial, mas ainda a sobrevivência da sua organização [...]".

questões sociais. Em Pernambuco, por exemplo, um dos primeiros estados nordestinos a criar distritos industriais, desenvolve-se atualmente uma política de reestruturação dos distritos industriais “em sintonia com a necessidade das empresas locais, nacionais e internacionais”. (ADDiper, 23 out. 2008)⁵⁹.

Nos meados da década de 1980 o Brasil se inseriu em uma lógica de produção cada vez mais mundializada. Esta atende prontamente as exigências da acumulação do capital, que tem como corolário a adaptação dos diferentes lugares aos interesses hegemônicos do capitalismo.

Assim, considerando o contexto de uma economia mundializada, podemos falar de um uso diferenciado dos territórios e da incorporação de novos conteúdos ao espaço, o que, de forma alguma, deixa de atender ao processo de acumulação. Pelo contrário, o uso intenso do território se dá agora de forma mais incisiva, comandado por normas e exigências externas, ou seja, regulado cada vez mais pelos interesses capitalistas hegemônicos.

Nosso intuito, contudo, é entender como se configura no presente o I DIC que, na nossa compreensão, não se apresenta como forma rígida de organização industrial que obedece a um determinado modelo de produção, mas, sobretudo, como forma de *organização territorial da indústria*, que se aglomera atendendo a outros princípios, os quais procuraremos evidenciar através nesse estudo. A carência de estudos sistemáticos e aprofundados que considerem as especificidades desses aglomerados industriais nos impulsiona a contribuir com o debate, principalmente quanto à análise de casos de DI's em países ditos “em desenvolvimento” como o Brasil.

Conscientes de que discutir o conceito distrito industrial envolve reflexões mais aprofundadas sobre as formas de organização econômica e social no mundo, esperamos ter elucidado os principais pontos da discussão conceitual, para que possamos passar à etapa seguinte, ou seja, a abordagem do caso empírico por nós estudado.

O capítulo que segue trata, mais especificamente, da análise do I DIC, tendo como princípio o entendimento das questões concernentes a sua

⁵⁹ Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (ADDiper). Informações contidas no site <www.addiper.pe.gov.br/distritos_industriais.php>. Acesso em: 23 out. 2008.

evolução industrial de acordo com os diferentes momentos da recente política de industrialização cearense e a caracterização da indústria nele alocada.

4. O I DISTRITO INDUSTRIAL DO CEARÁ: TERRITÓRIO VOLTADO PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL

4.1 O I Distrito Industrial do Ceará e a dinâmica de Maracanaú

4.1.1 A evolução urbana de Maracanaú e a importância do comércio

Como já mencionado, Maracanaú, após estudos técnicos, foi escolhido como sendo o lugar ideal para a implantação do I DIC em razão de uma série de fatores de localização já apontados em passagem anterior. Para entendermos como este se configura territorialmente, porém, torna-se necessário situá-lo no contexto histórico e espacial onde se inseriu e evoluiu, de modo a se apreender sua relação com o lugar.

Os estudiosos que se debruçaram sobre a evolução urbana de Maracanaú, dentre eles Silva (1992), Sousa (1996), Brito (2000) e Almeida (2005), consideram que o Município passou por dois momentos históricos que explicam sua atual configuração urbana: o primeiro momento, chamado de *ocupação espontânea*, que remonta aos primórdios da ocupação pelos povos indígenas até sua ascensão como Distrito do Município de Maranguape, em 1906; o segundo momento, chamado de *ocupação induzida*, relacionado à fase em que foi decretada a desapropriação da área para a criação do I Distrito Industrial do Ceará nos anos 1960 e a instalação dos conjuntos habitacionais no final da década de 1970.

Podemos inferir, baseada em informações históricas fornecidas por Sousa (1996), que, de fato, a produção do espaço do atual Município de Maracanaú se iniciou ainda no século XVIII, quando a região onde hoje se localiza o Município se tornou, sob a administração portuguesa no Brasil, mediante o regime de capitanias hereditárias, a *Sesmaria Aldeia Nova*, concedida ao aldeamento indígena dos Pitaguaris em 1722. Esse povo, que já habitava aquela região, com a chegada dos portugueses, foi submetido a um espaço restrito que até o final do século XVII lhe pertencia totalmente.

Com o apaziguamento dos índios na Sesmaria Aldeia Nova e para garantir a posse e o domínio da região, os colonizadores iniciaram a fixação das primeiras habitações às margens das principais lagoas e rios, dando início a uma tímida ocupação das terras indígenas.

Assim sendo, não consideramos como espontânea a forma como se iniciou a apropriação das terras onde hoje se encontra Maracanaú, pois, visando aos seus interesses, os colonizadores estimularam a ocupação destas, afixando as primeiras habitações em lugares estratégicos e de forma que pudessem se expandir, o que de fato ocorreu anos depois. Destarte, uma incipiente urbanização só ocorreu mais de um século depois, estimulada pela chegada da estrada de ferro em 1875 que, partindo de Fortaleza, cortava o Município de Maranguape⁶⁰, passando pela localidade de Aldeia Nova em direção a Baturité. Nessa época, era pela via férrea que escoavam as principais matérias-primas vindas do interior do Estado em direção a Fortaleza para serem exportadas pelo porto, principalmente o algodão, que tinha como mercado a Inglaterra. Sendo assim, podemos considerar que foi com a chegada desse primeiro aporte técnico à localidade de Aldeia Nova e, também, atendendo os interesses de seus poucos habitantes, que esta passou à condição de vila do Município de Maranguape, tornando-se, em 1882, a *Vila de Santo Antônio dos Pitaguaris* (SOUSA, 1996). Mais uma vez, houve um *processo de ocupação induzido* pelo fluxo gerado pela estrada de ferro e, conseqüentemente, pela estação ferroviária constituída na localidade, e que se tornou referência para os demais estabelecimentos que vieram se afixar na então vila.

A expansão da *linha férrea* (1880 - 1926) assumiu importância fundamental para a produção do espaço urbano da vila de Santo Antonio dos Pitaguaris, evidenciando a localidade no contexto estadual e regional por ser parte do trajeto de escoamento de produtos de exportação cearense. Além disso, a estrada de ferro foi construída passando perto da principal lagoa da localidade, em cujas proximidades já se haviam estabelecido os primeiros aglomerados habitacionais, fazendo com que estes se expandissem, tornando

⁶⁰ Maranguape tornou-se município em 1865 (SOUSA, 1996).

a área um centro dinâmico e em expansão. Em 1906, a então vila passou à condição de Distrito do Município de Maranguape, recebendo o atual nome de Maracanaú (SOUSA, 1996).

Quando foi criado o I Distrito Industrial do Ceará, na década de 1960, Maracanaú ainda era distrito do Município de Maranguape, apresentando uma incipiente feição urbana, caracterizada ainda por alguns poucos aglomerados habitacionais e equipamentos urbanos essenciais à população, todos eles localizados às margens da estação ferroviária. Podemos chegar a um maior detalhamento na periodização da evolução urbana de Maracanaú, considerando não apenas dois, mas três momentos. O primeiro momento, iniciado com a chegada dos colonizadores portugueses, que estabeleceram as primeiras habitações às margens das lagoas e rios. O segundo momento, quando é construída a estrada de ferro de Baturité, que, passando por Maracanaú, intensificou a formação de aglomerados populacionais no seu entorno. E o terceiro, compreendendo nosso recorte temporal de análise, com a criação do I DIC, conforme trataremos a seguir. Ainda inclui-se no último momento a construção dos conjuntos habitacionais, porém não será aqui objeto de análise específica.

A criação do I Distrito Industrial do Ceará em Maracanaú representou um marco na sua evolução urbana. Maracanaú, antes de sua ascensão a distrito, apresentava uma dinâmica urbana muito aquém da realidade atual. Foi somente na década de 1980, com a consolidação do I DIC, ou seja, com a perspectiva do aumento substancial no número de estabelecimentos industriais naquela área planejada, como podemos observar no GRÁFICO 1, que Maracanaú passou a apresentar maior dinamismo. O incremento infraestrutural e a chegada de aportes técnicos, que tinham como objetivo maior subsidiar a indústria que se implantava, trouxeram novo dinamismo ao espaço metropolitano.

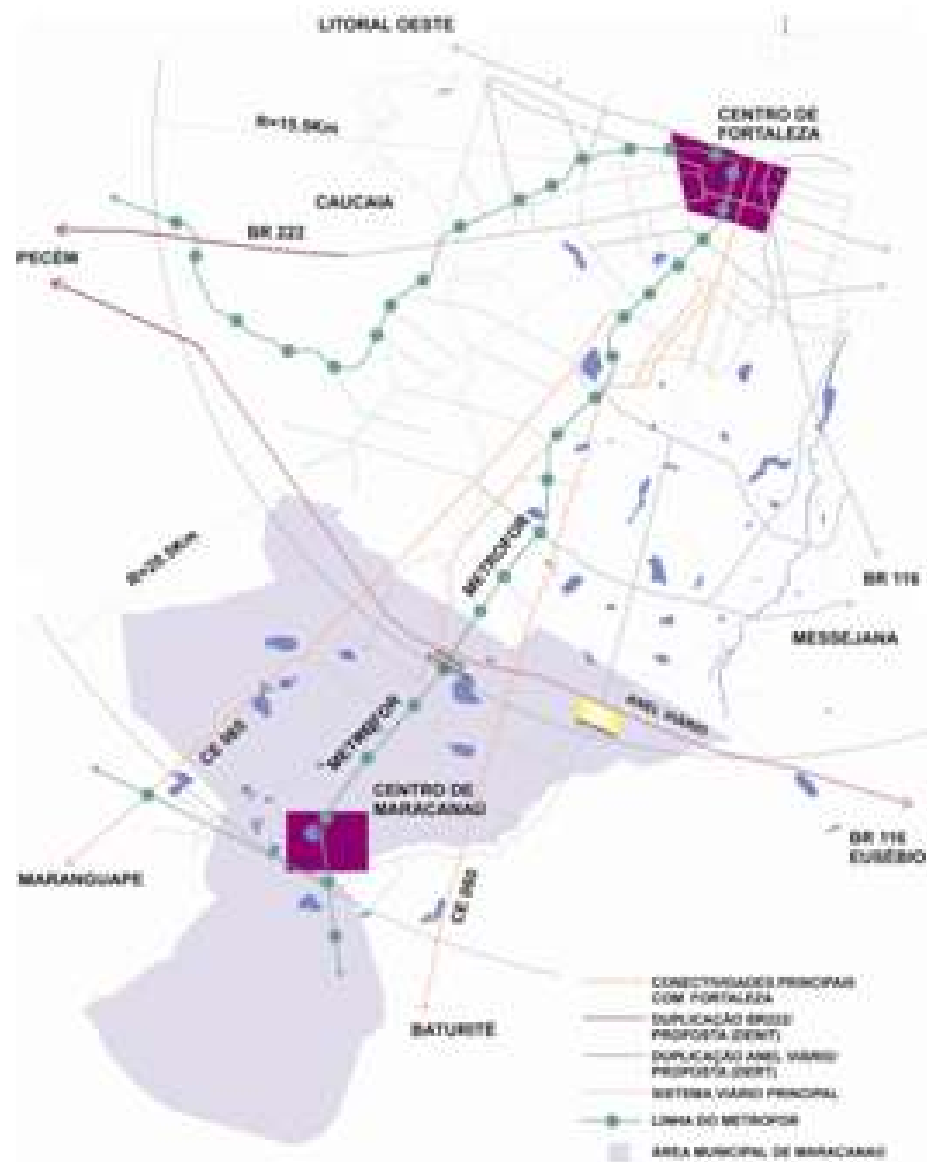
Os mesmos fatores que fizeram com que o território do então Distrito de Maracanaú fosse escolhido para a localização do I DIC e a sua efetiva concretização favoreceram, também, a instalação de estabelecimentos comerciais e de serviços, como a Central de Abastecimento do Ceará – CEASA, de expressividade regional. Este foi o primeiro grande

empreendimento comercial a se localizar em Maracanaú, mais precisamente às margens da CE-060, nas proximidades do I DIC.

Maracanaú apresenta uma situação privilegiada, não somente por estar próximo a Fortaleza, mas também por estar no centro de convergência das principais rodovias que cortam o Estado – CE's 060, 065 e BR's 222 e 316 - sendo que uma delas, a CE 060, corta o Município ligando-o diretamente a Fortaleza, assim como a via férrea, conforme se observa na FIGURA 2.

A implantação e a consolidação do I DIC e da CEASA propiciaram a intensificação dos fluxos (de pessoas, capitais, mercadorias e informação) demandando a ampliação e melhoria da infraestrutura, principalmente quanto às vias de acesso e às redes de comunicação, entre outros equipamentos urbanos que implicaram o aumento da fluidez e do uso do território pelo capital. A formação de um “corredor” comercial e financeiro ao longo da CE 060 é consequência desse processo. Também conhecida como avenida Mendel Steinbruch, essa rodovia, que passa às margens do I DIC e da CEASA, é hoje uma das principais vias de fluxo de matérias-primas e de produtos, além de rota obrigatória da linha de ônibus metropolitano de Maracanaú. Até o final da década de 1990, antes de novos empreendimentos comerciais se instalarem no centro de Maracanaú, esse corredor era considerado o centro econômico do Município, onde ainda hoje se encontram agências bancárias, estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas, cartórios, agência dos correios, escritórios comerciais e prestadoras de serviços, bem como oficinas e pontos de paradas, servindo ao transporte rodoviário de cargas que passa pelo local (cf. FIG. 3 e 4).

FIGURA 2 – Maracanaú e sua contiguidade urbana com Fortaleza



Fonte: PDDU/Maracanaú.



FIGURA 3 – CE 060 – Corredor comercial em frente à CEASA no sentido Maracanaú – Fortaleza.
Foto: CARVALHO, Keane. Maio/2009.



FIGURA 4 – CE 060 – Corredor comercial em frente à CEASA no sentido Fortaleza - Maracanaú.
Foto: CARVALHO, Keane. Maio/2009.

Nos últimos anos, o centro da Cidade expandiu-se, dinamizou-se, formando outro corredor de comércio e de serviços na av. Central, nas proximidades do I DIC. É notória a nova dinâmica da produção, de acumulação de riqueza e de consumo, o que aponta para a emergência de elementos que redefinem, cada vez mais, o território.

Antes da chegada de grandes estabelecimentos comerciais ao centro da Cidade, o setor comercial de Maracanaú restringia-se à oferta de bens imediatos e a estabelecimentos, como padarias, açougues, mercadinhos, farmácias, armarinhos, lanchonetes e bares, que caracterizavam o comércio local. Em 2003, foi implantado o *Shopping Center Maracanaú* (hoje, North Shopping Maracanaú, cf. FIG. 5), o que significou um marco na estrutura comercial do município, tornando-o o único da Região Metropolitana (com exceção de Fortaleza) a contar com um empreendimento desse porte.



FIGURA 5 – Entrada do *North Shopping Maracanaú*, localizado no início da av. Central, no Centro de Maracanaú (av. Senador Carlos Jereissati). Foto: CARVALHO, Keane. 2009.

A presença do *shopping* contribui para a diversificação do comércio, congregando lojas que vendem produtos de bens de consumo duráveis, como móveis, eletrodomésticos, motocicletas, telefones celulares e até máquinas industriais. Registra-se, ainda, a presença de lojas com roupas “de marca”, além de financeiras, dentre outros serviços (cf. FIG. 6 e 7).



FIGURAS 6 e 7 – Grandes estabelecimentos comerciais no centro de Maracanaú (av. Central), nas proximidades do *Shopping*. Fonte: Carvalho, Keane. 2008.

O *shopping*, ao atrair grandes lojas e serviços diversos, alterou a composição comercial local. Cabe, portanto, indagar-se: até que ponto a oferta de bens como eletrodomésticos, móveis e serviços mais especializados está associada, de certo modo, à presença da indústria e, portanto, à massa de recursos provenientes dos salários pagos pela indústria. O estoque de empregos formais, porém, no setor terciário, nos últimos anos, cresceu substancialmente, o que acreditamos ter contribuído em muito para o dinamismo do setor comercial.

Observa-se que, desde meados da década de 1980, quando a indústria no I DIC teve maior impulso, este setor passou a apresentar crescimento quanto ao número de empregos, sendo que, em cada quinquênio, o acréscimo foi mais do que o dobro do anterior, como demonstra a TABELA 5. Embora seja difícil estabelecer parâmetros mais precisos, é evidente que há relação entre a massa de salários pagos e o dinamismo do setor terciário. Deve-se, contudo, também levar em consideração a centralidade exercida por Maracanaú em relação a outros centros metropolitanos, como Pacatuba, Guaiúba, Maranguape e, até municípios mais distantes, como Itaitinga e Pacajus, além de bairros de Fortaleza que estão mais próximos de Maracanaú do que do centro de Fortaleza.

TABELA 5

Número de trabalhadores, por setor da economia, segundo IBGE em Maracanaú
(1985-2006)

Setores da economia	Anos				
	1985	1990	1995	2000	2006
Extrativismo mineral	0	8	80	51	175
<u>Indústria de transformação</u>	<u>1.643</u>	<u>6.816</u>	<u>14.253</u>	<u>15.919</u>	<u>21.436</u>
Serviço industrial	0	0	85	56	56
Construção civil	0	123	900	570	392
Comércio	104	365	922	1.877	3.488
Serviço	0	395	1.135	2.454	3.407
Administração pública	0	0	2.837	3.363	4.746
Agropecuária	175	593	319	333	140
Ignorados	0	323	210	0	0
Total	1.922	8.623	20.741	24.623	33.830

Fonte: RAIS – MTE. Organização da autora.

Ao mesmo tempo em que o comércio do centro de Maracanaú se dinamiza, a informalidade marca presença com a concentração de vendedores ambulantes em vários pontos centrais da Cidade. A tradicional “feira dos ambulantes”⁶¹ vem resistindo à expansão urbana ou, até mesmo, se beneficiando dela, embora os espaços ocupados pelo comércio informal tenham sido reduzidos. Muitos ambulantes armam suas tendas no canteiro, conhecido como “calçadão”, na avenida Central que corta o centro da Cidade, bem em frente às grandes lojas e ao lado do *Shopping Center* (cf. FIG. 8). Não tivemos condições de conversar com os ambulantes, pelo menos para efeito dessa pesquisa, porém consideramos instigante um estudo que dê conta dessa realidade, assunto esse que intentamos aprofundar em outra pesquisa que estamos realizando sobre o centro de Maracanaú, iniciada há mais de dois anos.

⁶¹ Antes do início das obras do METROFOR, existia na rua do Trilho e na praça da Estação, em frente à igreja matriz, uma tradicional feira onde os ambulantes armavam suas barracas e vendiam seus produtos, desde frutas e legumes, a roupas e outros utensílios domésticos e artesanatos. Com a desativação da estação e a interdição da rua do Trilho, os feirantes espalharam-se por outras ruas e lugares centrais do centro de Maracanaú. Com a constante reconfiguração urbana que o Município vem passando, os feirantes apresentam uma certa mobilidade, o que cabe ser estudado em pesquisas posteriores.



FIGURA 8 – Vendedores ambulantes expondo seus produtos no Calçadão da av. Central, próximo às grandes lojas e do *Shopping Center*. Fonte: Carvalho, Keane. 2008.

4.1.2 A população, a presença do I DIC e os conjuntos habitacionais

Segundo dados de 2002 (IBGE), Maracanaú apresenta um total de 194 mil habitantes, sendo que 179.170 habitantes (99,6% do total) residem na área urbana e 562 habitantes (0,4% do total) vivem na zona rural. Em relação à RMF, Maracanaú é o terceiro município em população residente, ficando atrás apenas de Fortaleza e de Caucaia. É o segundo em densidade demográfica, apresentando uma taxa de urbanização de 99,7%, conforme dados do IBGE para 2000.

Abrigando um território exclusivamente industrial e apresentando um elevado contingente populacional, Maracanaú emancipou-se de Maranguape já integrado à Região Metropolitana de Fortaleza, instituída em 1973. Tornou-se, imediatamente, o Município, depois da Capital, de maior expressão socioeconômica do Estado por abrigar o I DIC e, portanto, a principal concentração industrial do território cearense. Como vimos, Maracanaú passou por transformações que sucederam a criação do I DIC, fazendo com que ficasse conhecido como cidade industrial. Além da presença da indústria, o Município tornou-se praticamente todo urbano.

Os conjuntos habitacionais, construídos em Maracanaú, a partir do final da década de 1970, atrelados às políticas de industrialização, visando à consolidação do I DIC, tornaram-se basilares para a sua dinâmica urbana.

A localização de trabalhadores próximos ao I DIC, concretizada com a construção dos conjuntos habitacionais no seu entorno (cf. FIG. 9), foi, em princípio, uma forma de resolver o problema da proximidade de mão de obra já que muitos empresários colocavam a ausência de mão de obra nas proximidades do I DIC como obstáculo para instalarem suas indústrias naquela área. Alguns autores, dentre eles Sousa (1996), atrelam a evolução demográfica de Maracanaú ao “inchaço” populacional da metrópole Fortaleza que, pouco a pouco, apresentava “incompatibilidade de coexistência de atividades industriais e habitacionais em um mesmo espaço”, o que, ainda segundo esse autor, “induziu a criação de áreas especialmente reservadas às indústrias” fora da capital (SOUSA, 1996, p. 77). Fortaleza, até 1970, era responsável pela maior parte da produção industrial do Ceará⁶². A indústria concentrava-se na Capital, principalmente ao longo da avenida Francisco Sá e adjacências, que ficou conhecida, até aquele momento, como a principal área da cidade.

Os conjuntos habitacionais mudaram a paisagem urbana de Maracanaú. Constituem-se em uma massa uniforme de moradias que contornam o I DIC, concentrando a população e elevando a densidade demográfica do Município. Os conjuntos habitacionais de Maracanaú, construídos entre os anos de 1979 e 1983, são os seguintes: Conjunto Jereissati, este dividido em cinco setores: A, B, C, D e E, constituindo o maior aglomerado populacional do Município, com cerca de 40 mil habitantes; Conjunto Novo Maracanaú, com uma população de aproximadamente sete mil pessoas; Conjunto Industrial, com uma média de sete mil moradores; Conjunto Acaracuzinho, por volta de oito mil habitantes; Conjunto Timbó, quase doze mil

⁶² Antes da criação do I DIC e até mesmo da sua dinamização nos anos 1980, a indústria concentrava-se em Fortaleza, principalmente ao longo da avenida Francisco Sá e bairros adjacentes, que ficou conhecida como principal zona industrial da cidade. Para a zona oeste, onde se concentrava a indústria, direcionou-se grande parte dos fluxos migratórios, oriundos da zona rural do Estado, para Fortaleza em busca de maiores opções de sobrevivência, em razão das severas condições climáticas e sociais do sertão cearense (SILVA, 1992).

peessoas; e Conjunto Novo Oriente, o menor deles, mas com uma população na ordem de quatro mil habitantes⁶³.

⁶³ A Lei municipal de 13 de julho de 2000 considera ainda esses como conjuntos habitacionais, não obstante, ao longo dos anos, eles terem perdido suas principais características.

FIGURA 9 – Município de Maracanaú

Fonte: PMM

WARRAGANAG



PREFEITURA DE
MARACANAÚ

Il Futuro comincia oggi

2005/08



Na década de 1980, conforme registra o GRAFICO 1, em capítulo anterior, o I DIC passou a receber o maior número de indústrias. A construção dos conjuntos habitacionais, atrelados à consolidação do I DIC, provocou, de fato, um surto demográfico em Maracanaú, conforme nos mostra o GRÁFICO 2. Interessante é notar, ao comparar os dois gráficos, que tanto o surto industrial como o populacional estão intimamente ligados, apresentando, nos mesmos períodos, comportamentos semelhantes. A prova disso é que, no final da década de 1980, segundo Sousa (1996, p. 100), o I DIC que já contava com 32 indústrias, empregava diretamente 4.521 trabalhadores.

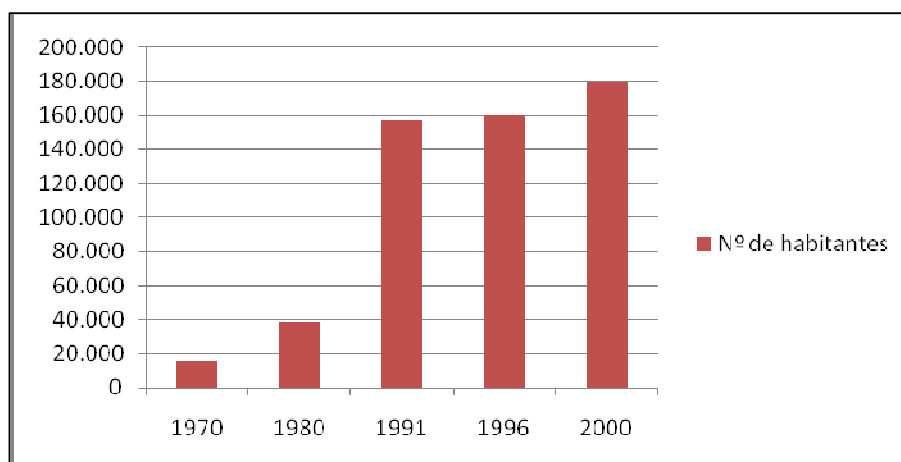


GRÁFICO 2 - Evolução do número de habitantes em Maracanaú, 1970 – 2000.

Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e Contagem da população de 1996.

A concentração industrial e a construção dos conjuntos habitacionais em Maracanaú funcionou, por sua vez, como atrativos para a população migrante procedente de fora da capital do Ceará que, a partir da década de 1980, passou a se fixar mais na Região Metropolitana de Fortaleza, consequentemente, ocasionando um aumento mais intenso da população em Maracanaú, conforme dados do IBGE tratados no GRÁFICO 2. O crescimento verificado não implicou necessariamente uma consequente absorção desse

excedente populacional pela indústria instalada em Maracanaú, mais especificamente no I DIC, que passou, então, a funcionar como cidade-dormitório, haja vista que a maior parte da população ainda trabalha em Fortaleza.

A crescente implantação de indústrias no I DIC, a partir da década de 1980, e a construção dos conjuntos habitacionais, foram responsáveis por um aumento populacional de 405% somente em uma década (1980-1990) (SOUSA, 1996), o que, somado a outros fatores e interesses, culminou com a emancipação de Maracanaú em 1983. Dessa forma, podemos inferir que a evolução do sistema urbano e a criação do próprio município constituíram um *subproduto* do processo de industrialização, de articulações e interesses políticos. A intervenção estatal em localidades como Maracanaú, dotando-as de economias externas, significou, objetivamente, um conjunto de ações que buscou viabilizar a industrialização cearense.

4.2 O I DIC no contexto econômico do Estado do Ceará e a criação de outros distritos industriais

A evolução do ICMS de Maracanaú, por ser denotativo do papel da indústria no contexto municipal, merece análise. A participação da indústria na arrecadação de ICMS é preponderante, da mesma forma que o peso da participação das indústrias em funcionamento no I DIC no montante da arrecadação. Na TABELA 6, estão expostos os dados referentes à arrecadação de ICMS de Maracanaú, no período de 1997 a 2007, demonstrando um constante aumento da arrecadação desse imposto. Maracanaú é o maior arrecadador de ICMS do Estado, ficando atrás apenas de Fortaleza. Dados apresentados pela Prefeitura de Maracanaú assinalam que a indústria é, hoje, responsável por cerca de 82,9% dessa arrecadação, sendo que 75% ficam ao cargo das indústrias localizadas no I DIC. Assim, podemos perceber a importância que a indústria tem para o Município, não obstante as isenções de impostos concedidas a elas, bem como a importância que um território

reservado exclusivamente para uso industrial representa para o Município em termos de arrecadação fiscal.

TABELA 6

Valores de arrecadação de ICMS em Maracanaú – 1997 – 2007

Ano	Valores (R\$ mil)	
	Maracanaú	Fortaleza
1997	629.483.929,12	3.741.484.522,23
1998	666.904.964,85	3.959.459.063,08
1999	900.885.265,14	4.080.953.088,88
2000	868.280.286,45	4.861.187.231,81
2001	948.124.854,61	5.471.536.935,20
2002	975.814.442,45	6.025.068.594,19
2003	1.271.489.880,69	6.679.304.351,19
2004	1.636.936.227,06	9.341.358.661,82
2005	1.698.795.444,87	9.562.384.406,01
2006	1.847.923.188,83	10.329.726.145,00
2007	2.150.630.108,79	11.527.949.956,34

Fonte: SEFAZ

Segundo dados do IPECE e IBGE, no intervalo de 2002 a 2006, o Produto Interno Bruto de Maracanaú situou o Município entre as cinco maiores economias do Ceará (TAB. 7). A indústria, mais uma vez, é a maior responsável pelo montante desse valor, como podemos observar na TABELA 8. O setor secundário tem também o maior peso na composição do PIB municipal. Em 2006, último dado divulgado pelo IPECE, do total do PIB de Maracanaú, 58,02% foram gerados pela indústria, 41,85% pelo setor de serviços e apenas 0,13% pela agropecuária; ou seja, mesmo que o número de indústrias em funcionamento no Município e, conseqüentemente, no I DIC, apresente relativa queda, a indústria ainda continua sendo a responsável pelo maior índice de desenvolvimento econômico do Município, com base nesse parâmetro, o que explica ainda o empenho dos agentes sociais para a atração de mais indústrias para o Município, fato esse materializado na criação de outros distritos industriais.

TABELA 7

Produto Interno Bruto das cinco maiores economias do Ceará – 2002 – 2006

Municípios	PIB				
	2002	2003	2004	2005	2006
1 Fortaleza	14.412.101,00	15.303.784,00	17.217.737,00	19.675.992,00	22.537.716,00
2 Maracanaú	1.401.527,00	1.669.130,00	2.038.658,00	2.158.987,00	2.381.473,00
3 Sobral	934.927,00	1.108.993,00	1.385.161,00	1.522.354,00	1.527.504,00
4 Caucaia	636.785,00	796.075,00	942.773,00	988.101,00	1.358.955,00
5 Juazeiro do Norte	678.685,00	757.812,00	879.645,00	982.997,00	1.098.232,00

Fonte: IPECE e IBGE, 2008

TABELA 8

Participação percentual dos principais setores da economia na composição do Produto Interno Bruto de Maracanaú – 2002 – 2006

Setor da economia	Anos				
	2002	2003	2004	2005	2006
Agropecuária	0,10	0,09	0,09	0,12	0,13
Indústria	77,81	73,52	79,07	60,81	58,02
Serviços	22,09	26,39	20,84	39,08	41,85
Total	100	100	100	100	100

Fonte: IPECE – Perfil Básico Municipal de Maracanaú

OBS. Segundo metodologia do IPECE, o Setor Serviços abrange também o Setor Comercial

Com o objetivo de trazer mais indústrias para o Município, a Prefeitura de Maracanaú insiste na criação de áreas denominadas distritos industriais, mas que, como podemos observar, fogem à lógica norteadora desse conceito. Assim, além da aglomeração industrial representada pelo I DIC, Maracanaú conta ainda com outras quatro áreas denominadas distritos industriais: o Distrito Industrial III, o Distrito Industrial 2000, o Distrito Industrial de Alto Alegre II e o Distrito Industrial de Piratininga (cf. ANEXO I).

O *I Distrito Industrial do Ceará – I DIC* (cf. FIG. 10), como vimos, é a maior área industrial do Ceará e de Maracanaú, com 1.013 hectares. Possui infraestrutura de água bruta e tratada, rede coletora de esgotos com cinco lagoas de estabilização, gás natural, energia e fibra óptica. É no seu entorno que estão localizados os conjuntos habitacionais e é o que tem o melhor acesso aos transportes coletivos rodoviário e ferroviário, apesar de ainda

deficientes. Conta com sete agências bancárias, duas agências de correios e um moderno sistema de comunicação interligando-o, por meio da Embratel/Oi Fixo, ao País e ao Mundo. Mesmo já consolidado, esse distrito ainda é o mais procurado por empresários que pretendem instalar suas indústrias, seja por aquisição de área ou por locação de galpões de terceiros.

O *Distrito Industrial de Fortaleza III – DIF III* (cf. FIG. 11), criado em 1998, é o segundo em número de indústrias em funcionamento, porém o acesso ao transporte é considerado um entrave a ser enfrentado. Possui área total de 164 hectares e dispõe de sistema de esgoto com tratamento também em lagoa de estabilização, sistema de abastecimento de água e de energia elétrica, porém não conta ainda com as condições de infraestrutura que possam se equiparar às encontradas no I DIC. Atualmente, esse Distrito passa por problemas quanto ao uso e ocupação do solo. Com uma área destinada exclusivamente para fim industrial, seus espaços são ocupados por outros tipos de estabelecimentos, conforme informações dos agentes públicos estaduais e municipais. As invasões, contudo, não são feitas por grupos populares e sim por grandes empreendimentos privados dos mais diversos gêneros. Tal fato resulta de questões jurídicas que envolvem desentendimentos sobre a propriedade dos terrenos. De acordo com informações obtidas em Audiência Pública, o Estado – por meio da CODECE - não quitou o valor exigido pelos antigos donos dos terrenos e, com isso, nenhuma indústria pode ter posse ou propriedade deles, o que, segundo opinião de alguns empresários, está acarretando o desinteresse de novos investidores por aquela área. Por esse motivo, afirmam, não foram instaladas, no local, a Zona de Processamento de Exportação – ZPE, e uma Termelétrica, que deveria ir para esse Distrito ⁶⁴.

⁶⁴ Essas informações foram obtidas por nós em Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Ceará no dia 30 de março de 2009, que tratava das ocupações ocorrentes nos terrenos do DIF-III.

FIGURA 10 – Imagem panorâmica do I DIC.



Fonte: Google Earth

O *Distrito Industrial Municipal – DI- 2000*, com 40,54 hectares, foi uma iniciativa local, criado pela Lei nº 308 de 28 de junho de 1993. Portanto, foi uma iniciativa da Prefeitura de Maracanaú. Com a mesma infraestrutura que o DIF III, apresenta ainda um quadro industrial bastante incipiente com apenas cinco indústrias em funcionamento, sendo estas dos gêneros têxtil e de construção civil.

O *Distrito Industrial Alto Alegre II* é um dos mais recentes e possui área total de 46 hectares, sistema de esgoto, via férrea e sistema de abastecimento de água e energia elétrica. Inicialmente, a Prefeitura tinha a intenção de fazer desse Distrito um Polo Atacadista, no entanto, a estratégia inicial foi modificada, passando a ser destinado à implantação de um “condomínio de galpões multiuso”, construídos por um grupo espanhol e pela Prefeitura.

O *Distrito Industrial de Piratininga* é um espaço reservado para receber empresas do setor têxtil e de confecções. Nas proximidades deste distrito, foi instalada a *Feira Center Ceará* (cf. FIG. 12), um polo de moda que ocupa extensa área do perímetro urbano de Maracanaú. Sua área fazia parte do terreno do I Distrito Industrial do Ceará, de propriedade de um grande grupo empresarial nacional. Mediante negociações, este grupo vendeu o terreno à Prefeitura de Maracanaú para que fossem construídas o Feira Center e uma unidade do CEFET, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – (IFET-CE).



FIGURA 12 – *Feira Center Ceará* em Maracanaú (primeira parte já em funcionamento). Fonte: CARVALHO, K., 2008. Trabalho de Campo.

Comparando os três distritos industriais que possuem indústrias em funcionamento, podemos constatar, no GRÁFICO 3, que o I DIC é o que apresenta maior número de indústrias em funcionamento e, portanto, uma maior complexidade quanto ao perfil industrial e relações territoriais. É também o que exibe maior número de empresas paralisadas e de terrenos à espera de indústrias⁶⁵. Constatamos em pesquisa de campo que um número considerável de empresas não esclarece, junto à Prefeitura, sua situação atual⁶⁶.

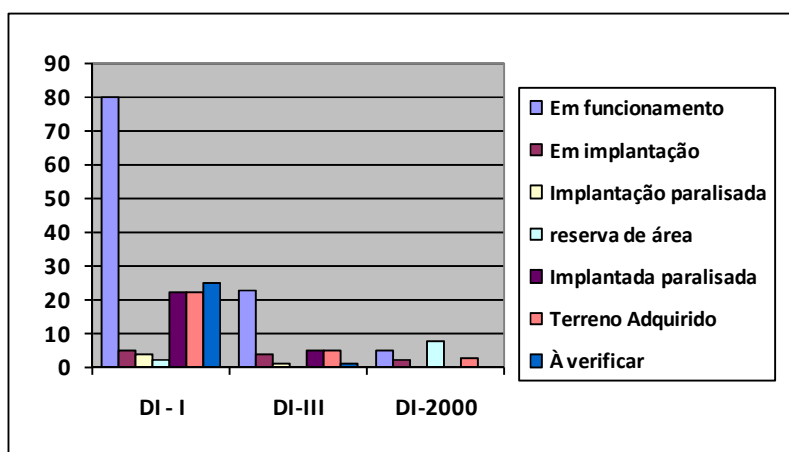


GRÁFICO 3 - Situação das indústrias nos três principais distritos industriais existentes em Maracanaú – abril/2007.
Fonte: SDE/PMM

As empresas que se instalaram no I Distrito Industrial do Ceará, as que estão em processo de instalação e as que têm protocolos de intenções firmados

⁶⁵ O programa de atração de empresas para os distritos industriais por meio de incentivos fiscais da própria Prefeitura municipal, envolve a doação de galpões desapropriados para pré-instalação de empresas e a melhoria na infraestrutura dos distritos, apontado como um dos principais entraves, principalmente do DIF III e do DI 2000. Estes dois distritos ainda não apresentam toda a infraestrutura consolidada sem gasoduto, áreas ainda não asfaltadas, presença de vegetação alta, difícil acesso, entre outras deficiências.

⁶⁶ De acordo com informações retiradas de uma entrevista feita com funcionários da Secretaria de Indústria e Comércio de Maracanaú, existe uma grande dificuldade de contato com as empresas, pois elas resistem em fornecer dados para atualização de cadastro na própria Secretaria, seja por telefone ou *e-mail*, seja pelo acesso à empresa diretamente. Das reuniões que são feitas periodicamente para discutir assuntos relacionados ao Distrito, o número de representantes de empresas nele alocadas é cada vez mais reduzido.

estão sob a gerência de órgãos da administração, tanto estadual (CODECE) como municipal (SDE). A Prefeitura de Maracanaú, por meio da SDE, tanto pode doar terrenos como conceder o direito real do uso sem contar com a disponibilização de infraestrutura fora dos limites do estabelecimento fabril, necessária ao projeto industrial. O Município também celebra seus protocolos de intenções (principalmente quanto ao DI-2000), assegurando incentivos fiscais municipais (redução do ISS e do IPTU, pelo período de cinco anos, conforme lei nº 1.160, de 20 de dezembro de 2006) e estabelecendo os compromissos da empresa referidos anteriormente.

Com efeito, destaca-se o papel dos agentes sociais locais no sentido de atrair novos investimentos externos por meio de ações que se desenvolvem, entre as quais mencionamos a disponibilização de áreas exclusivas para instalação de indústrias, deliberadamente chamadas distritos industriais. Maracanaú situa-se perante um paradigma que tenta evidenciá-lo dentre os outros municípios metropolitanos como *locus* de uma dinâmica inovativa em meio a uma nova lógica que não prende mais os grandes investimentos às vantagens locacionais.

A criação do I Distrito Industrial do Ceará estava inserida em um planejamento que, segundo o discurso, visava a atender aos anseios de melhor colocar este Estado no cenário industrial brasileiro, e nordestino, em particular. A mesma linha de raciocínio é seguida pelos gestores de Maracanaú que, ao criarem áreas denominadas distritos industriais, parecem dar continuidade à política de atração de investimentos, difundindo-se uma *ideia de virtuosidade* proporcionada pelas vantagens locacionais já existentes e as também criadas. Nesse sentido, Fernandes e Cano (2005, p. 254) salientam:

Difunde-se, à amplitude, a correspondência entre o êxito dos distritos industriais em termos de dinâmicas inovativas e taxas de lucro e produtividade, naquela conjuntura, e *uma idéia de virtuosidade que só o ambiente social local proporcionaria [...] sua atratividade, suas vantagens competitivas, em meio à crescente flexibilidade de movimento dos investimentos no território.* (Grifamos).

Refletindo-se sobre a importância da indústria para a economia do Município e o peso que esta exerce na economia cearense, como podemos

constatar nos indicadores já apresentados, é evidente o papel de destaque exercido pelo I DIC haja vista ser este um território que concentra elevado número de empresas de grande e médio porte e que exercem força dinamizadora, articulando-o com outras parcelas do Globo, como veremos mais adiante.

4.3 O perfil produtivo do I DIC: racionalidade econômica e territorial

No item 4.1.1 deste capítulo, tratamos, mais especificamente, de Maracanaú, onde está inserido o I Distrito Industrial do Ceará. Neste item, abordamos a racionalidade econômica e territorial da indústria concentrada e sua dinâmica ao longo dos anos de sua consolidação. Analisamos, portanto, como o I DIC se organiza como território produtivo, tentando responder, também, até que ponto este território produtivo pode ser entendido como um distrito industrial e que características apresenta que o evidenciam no quadro produtivo local.

Visando a compreender melhor essa problemática, adotamos uma metodologia que tem por base a observação direta e a coleta de dados junto às empresas. Tais procedimentos implicaram um risco, haja vista que os dados coletados diretamente não correspondem, muitas vezes, exatamente àqueles dados fornecidos por fontes secundárias. Isso não significa, porém, acreditamos que tanto os dados primários como os dados secundários não expressem a realidade do objeto, pelo contrário, são complementares entre si. Mantemos, todavia, o cuidado com possíveis distorções.

As informações foram estruturadas com amparo em procedimentos de coleta de dados quantitativos, aplicação de questionários e, de caráter mais qualitativo, com entrevistas e observações em campo. Vale ressaltar que a carência de dados mais antigos que, de algum modo, poderiam proporcionar maior entendimento da evolução do I DIC, não nos impediu de apreender a sua realidade atual, tampouco os diferentes tempos em que os dados secundários foram coletados.

A composição e a estrutura industrial do I DIC constituem o ponto de partida de nossa análise, considerando-se, sempre, o papel dos atores sociais na conformação do território, principalmente o Estado. Em seguida, ao tratarmos da dinâmica territorial atual, reconstituímos a evolução industrial do I DIC durante os mais de quarenta anos de seu funcionamento.

Nosso entendimento sobre as formas de atuação dos atores sociais baseia-se em Fischer (1992⁶⁷; 1994). A análise desse autor, entretanto, é pautada no contexto francês de desenvolvimento industrial que, nas últimas décadas, considera os avanços das pequenas e médias empresas na economia e no espaço geográfico. Consideramos aqui os mesmos atores destacados por Fischer - o Estado, as empresas e as coletividades, bem como a atuação destes, principalmente do Estado, na industrialização do Nordeste, em geral e do Ceará, em especial, situando o surgimento de DI's na região.

Pautado no discurso do desenvolvimento econômico como forma de responder as necessidades sociais, o Estado é o principal agente promotor da adequação territorial para a atração, efetivação e atuação da atividade produtiva industrial no Nordeste e, sobretudo, no Ceará. Nas últimas décadas, teve papel decisivo na conformação territorial da indústria por intermédio de uma política industrial baseada no peso das externalidades e nos atrativos fiscais para os grandes empreendimentos industriais, alegando serem estes capazes de empregar maior quantidade de mão de obra e com menor qualificação.

Dados mais recentes do setor industrial ressaltam que o Ceará registra um total de 7.766 estabelecimentos industriais, correspondendo a 195.288 empregos formais, sendo a maioria das indústrias composta por micro e pequenas empresas (7.516, ou seja, 96% do total). A média e a grande indústria representam

⁶⁷ FISCHER, André. *Stratégies de développement des collectivités et stratégies industrielles des firmes: réflexions à propos de La pertinence de l'échelle locale. Développement et ensemble de PME.* Lyon, GLIS, 1992, 8 p. Tradução: Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski. In: FIRKOWSKI, O. L. C. de F; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.) **Indústria, ordenamento e território: a contribuição de André Fischer.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008 (Geografia em movimento).

apenas 4%, mas são as responsáveis por 62% da mão de obra empregada e elas também é que respondem pelo maior valor exportado, evidenciando, com efeito, o interesse que os agentes sociais representam na atração desse tipo de empreendimento. Cabe destacar o fato de que o parque industrial cearense é composto predominantemente por indústrias dos gêneros têxtil, vestuário e artefatos de tecidos e de produtos alimentícios e bebidas. Esses setores respondem por 54,91% do número de estabelecimentos da indústria de transformação do Ceará (FIEC, 2008).

As grandes indústrias instaladas no Ceará estão, em sua maioria, no I DIC, formando a maior aglomeração industrial do Estado. Fora do I DIC, outros municípios metropolitanos destacam-se quanto à atividade industrial, como Horizonte e Pacajus, e as cidades médias do Estado conforme veremos mais adiante.

4.3.1 A estrutura industrial do I DIC

O contato direto com a realidade estudada foi de significativa importância para o esclarecimento de dúvidas, permitindo-nos dispor de informações além das encontradas nos dados secundários.

Ressaltamos ainda que os dados extraídos das observações empíricas relativos à situação dos estabelecimentos industriais registram diferenças em relação aos apresentados por fontes secundárias, conforme já mencionado; porém, queremos deixar claro que isso não compromete a compreensão do objeto e, de forma alguma, significa que tanto uns como outros dados são inverídicos. Tais dessemelhanças são, contudo, consequência da dificuldade de se obter informações junto às empresas e/ou instituições públicas.

Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Maracanaú, apresentados em relatório que cobre o período de 2008-2009, estão em funcionamento 87 indústrias, 12 em fase de instalação e 15 paralisadas (cf. TAB. 9).

Dados obtidos em pesquisa de campo, no entanto, detectaram 76 indústrias em funcionamento e que estão listadas no QUADRO 2 na página seguinte.

TABELA 9

Situação dos estabelecimentos industriais do I DIC no período 2008-2009

Situação	Nº de estabelecimentos
Em funcionamento	87
Em implantação	12
Com terreno adquirido	16
Desapropriadas	6
Paralisadas	15

Fonte: SDE – PMM. Elaboração da autora.

O trabalho de campo nos possibilitou espacializar a situação dos estabelecimentos industriais no I DIC. Na FIGURA 13, podemos observar a quantidade de indústrias em funcionamento, muitas delas dispendo de grandes plantas industriais. Além das indústrias em funcionamento, existem, embora em pequeno número, estabelecimentos industriais ainda em implantação, além de galpões à disposição para venda ou aluguel, entre os quais alguns estão em péssimo estado de conservação. Há ainda galpões sem nenhuma identificação e galpões de antigas indústrias desativadas, como podemos observar nas FIGURAS 14 a 16.

QUADRO 2

Estabelecimentos industriais em funcionamento no I DIC – 2009

Nome do estabelecimento	Nome do estabelecimento
ABL têxtil	Matrix
Aganor	Metal Bacê
Asfalto nordeste	Metalic
Avon	Moveis Confiança
Belgo Arcelormittal	MTC
Bermas	Nordal
Big Brilho	Norsa
C&L	Nova Fase
Capital	Nufarm
Celene	Ortobom
Ceplal	Pacel
Cerâmica Santa Aliança	Pelágio Oliveira (Fábrica Estrela)
Cimplast	Pemalex
Cobap	Phoenix
Cotece	Pole
Da Ferro	Pólo calçados
Delfa	R. Shuch
DR lingerie	Rihomo
Durametal	São José
Engepack	Sopet
Esmaltec	Tarc química
Facepa	TBM (unid. 2)
Fevisa	TBM (unid. 4)
Filati têxtil	Tecmix
Fiotex	Tecnoforma
Fort Plast	Termisa
Frevo	Termowall
Gerdau	Têxtil União
Greca asfaltos	Ultrambiental
Hidracor	Vicunha têxtil (unid. 1)
Hidrotintas	Vicunha têxtil (unid. 5)
Ibap	Virkler
Inapi	Von Roll
Inelsa	Yoshida
Ipiranga	-
IQL	-
Isoplast	-
J. Brandão	-
Jangadeiro têxtil	-
Juliette	-
Karsten	-
Macavi	-

Fonte: Pesquisa direta da autora.

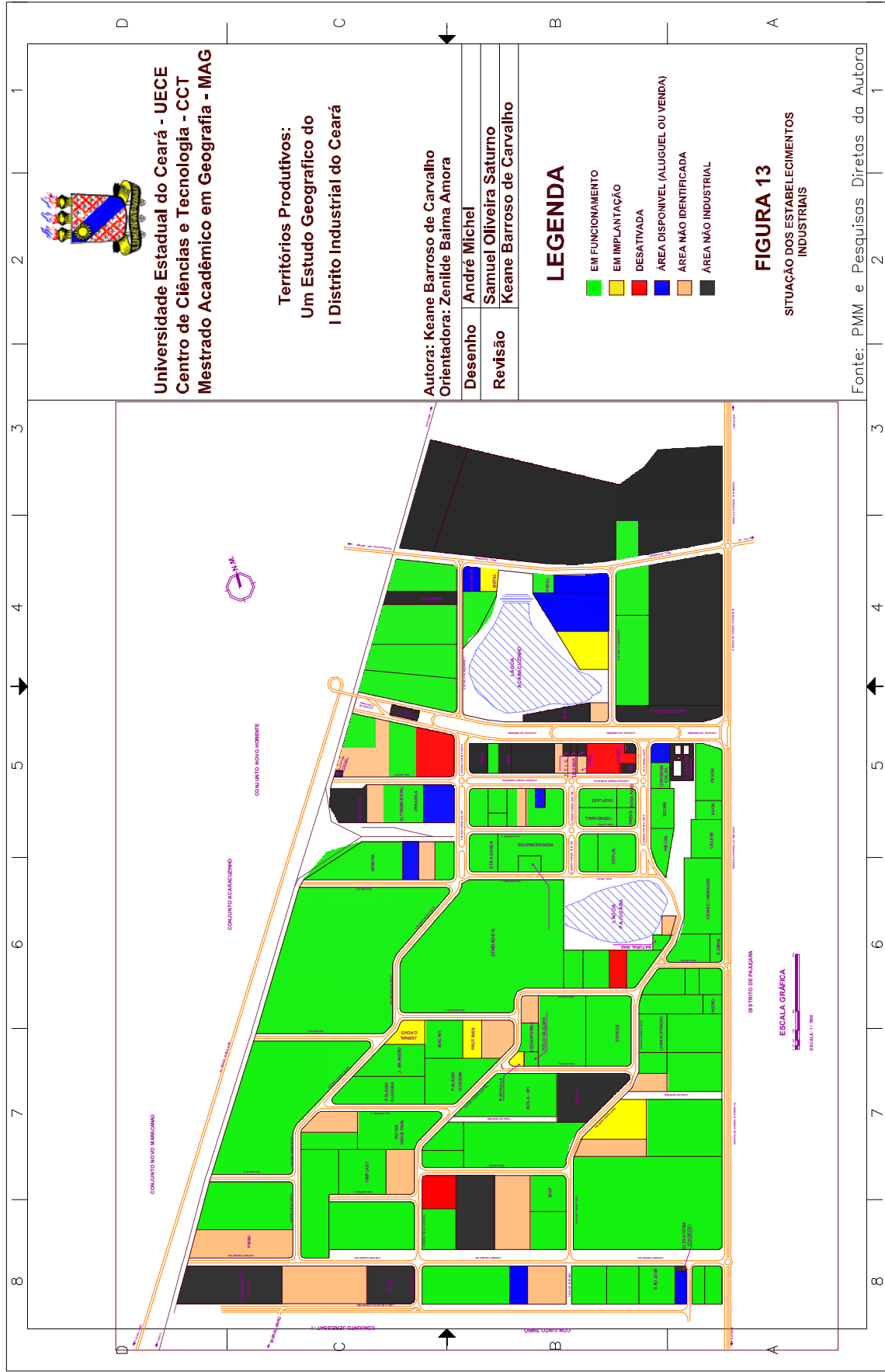




FIGURA 14 – Galpão abandonado no I DIC.
Foto: CARVALHO, K. (fev/2009)



FIGURA 15 – Galpão disponível para venda no I DIC.
Pessoas habitam no local. Foto: CARVALHO, K. (fev/2009)



FIGURA 16 – Indústria desativada no I DIC.
Foto: CARVALHO, K. (fev/2009)

Dos 76 estabelecimentos industriais em funcionamento, constatamos que 66 deles são indústrias de transformação de gêneros diversos. Os demais compreendem atividades como: reciclagem de produtos descartáveis; distribuição de produtos, tais como alimentos, cosméticos e componentes siderúrgicos; prestadoras de serviço para a construção civil; logística voltada para o transporte de produtos, tanto aqueles produzidos por algumas indústrias instaladas no I DIC como também por empresas de outros estados.

A indústria de transformação em funcionamento no I DIC está distribuída dentre os ramos produtivos de bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de consumo não duráveis, sendo este último o que agrega o maior número de indústrias, como demonstra a TABELA 10.

TABELA 10

Indústrias de transformação em funcionamento no I DIC – Distribuição por gênero produtivo – 2009.

Tipo de indústria	Gênero produtivo	I DIC
Bens de consumo não duráveis	Alimentos	4
	Bebidas	2
	Vestuário	8
	Têxtil	12
	Plástico	7
Subtotal		32
Bens de consumo duráveis	Móveis	1
	Couro	1
	Metalurgia	11
	Minerais não metálicos	2
Subtotal		15
Bens intermediários	Componentes elétricos	2
	Papel/Papelão/celulose	3
	Química	13
Sub-total		17
Total		66

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração da autora.

Tomando-se por base o número de estabelecimentos por gêneros produtivos, são as indústrias têxteis, químicas e metalúrgicas responsáveis pelo maior número de estabelecimentos industriais, sendo também as maiores plantas fabris, como podemos observar na FIG. 17. Assim, os gêneros predominantes são: o Químico (18,18%), o Têxtil (16,67%), a Metalurgia (15,15%), Plástico (10,61%) e o de Confeção (9,09%). As demais indústrias (30,3% do total) distribuem-se entre os outros gêneros, tais como: Alimentos, Artefatos de papel e celulose, Bebidas, Couro, Minerais não metálicos, Móveis, Material elétrico e Componentes de calçados. A diversidade de produtos fabricados por essas indústrias é ampla, como demonstra a TABELA 11.

TABELA 11

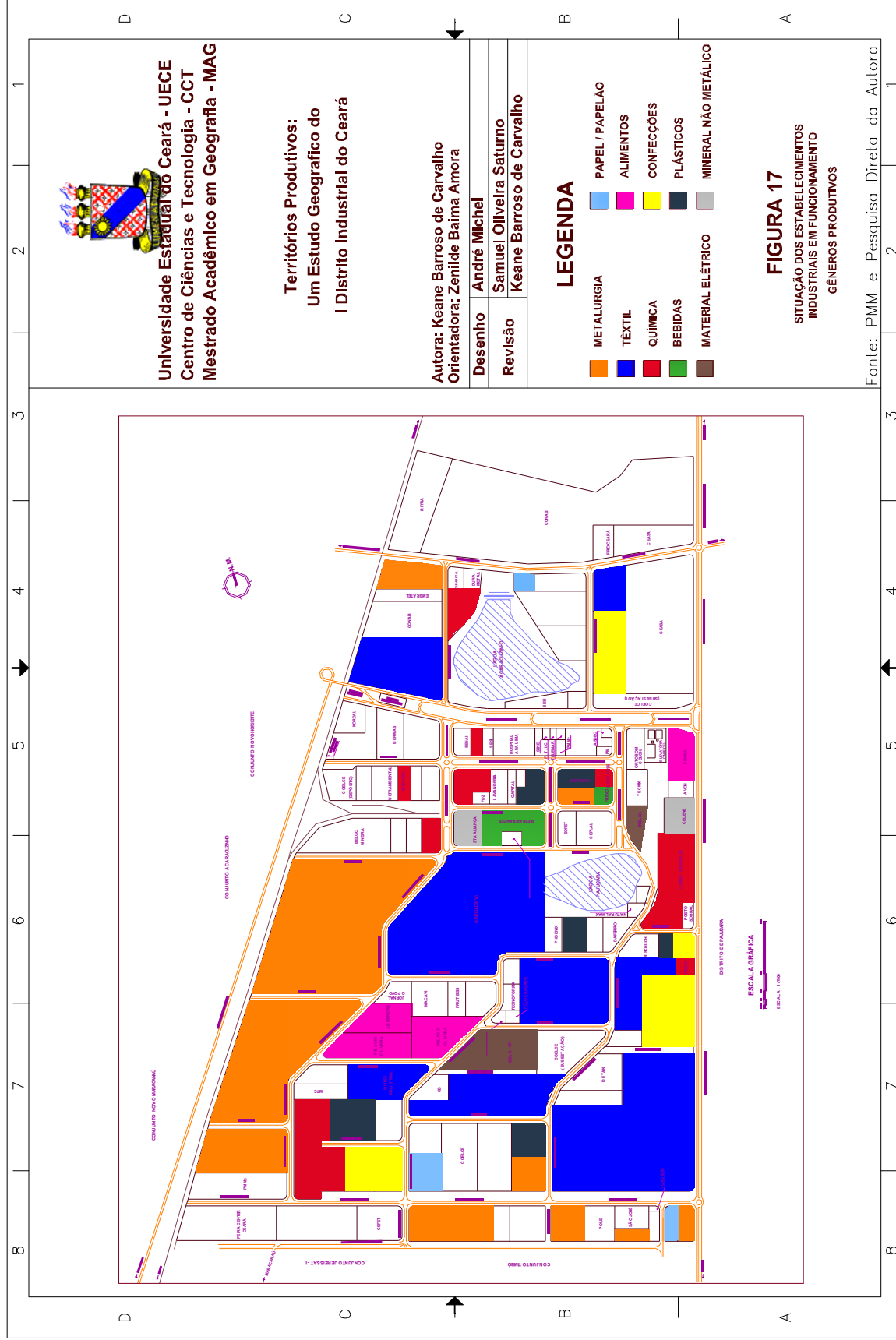
Indústrias em funcionamento no I DIC – Distribuição por gênero produtivo e produtos fabricados – 2009.

GÊNERO	PRODUTOS FABRICADOS	Nº DE INDÚSTRIAS
Têxtil	Fios de algodão e poliéster; fabricação tecidos malha; fabricação fios de viscose; redes e acessórios de sustentação e expositores; tipo modal e tercel;	12
Vestuário	Calças, bermudas; peças íntimas; moda praia; Confecção e componentes de calçados;	8
Química	Tinta hidrossolúvel, esmaltes, corantes, solventes; produtos de limpeza; Emulsões asfálticas; Aditivos químicos orgânicos, catalisadores, síntese de produtos de química fina	13
Mineral não metálico	Pisos e revestimentos cerâmicos; Materiais cerâmicos diversos; pias e bacias sanitárias;	2
Papel, papelão, celulose/madeira	Papel higiênico, guardanapos e caixas de papelão; reciclagem; papel em bobina.	3
Alimentos	Beneficiamento de milho; de cera de carnaúba; farinha; biscoito;	4
Metalurgia	Latas de aço, tampas metálicas; aros de alumínio, quadro para bicicletas; fabricação de bombas e carneiros hidráulicos; aros de alumínio, calotas automotivas; eletrodomésticos; Peças para eletrodomésticos; Aço cortado e dobrado; vergalhão, cantoneira e barras chatas;	11
Mobiliário	Colchões, bicamas, travesseiros, almofadas	1
Materiais elétricos	Quadro de subestação elétrica e fiação;	2
Plásticos	Laminados e materiais plásticos, isopor	7
Bebidas	Refrigerantes	2
Couro	Revestimento para móveis, calçados e automóveis	1
Outros produtos/serviços	Distribuição de produtos cosméticos, transportadora e logística, armazenagem de produtos não inflamáveis, reciclagem distribuidora de combustíveis, armazenamento frigorífico, construção civil fornecimento de mão de obra para operações de armazenamento.	10
TOTAL		76

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração: CARVALHO, K.

Procedida a essa caracterização, podemos constatar que o I DIC não é um distrito industrial especializado em determinado gênero produtivo. Em sua área, funcionam estabelecimentos industriais pertencentes a diferentes ramos e gêneros que não apresentam nenhuma racionalidade organizacional que leve em conta a proximidade entre os estabelecimentos, a fim de promover a complementaridade

dos processos produtivos, uma das características predominantes dos distritos industriais em sua concepção.



Outro fator que caracteriza o distrito industrial cearense – e que evidencia o papel do Estado como ator social – é a promoção de fatores de localização que fazem com que algumas empresas instalem suas fábricas no I DIC. Dentre as empresas pesquisadas, os motivos que fizeram com que instalassem suas unidades fabris no I DIC vão desde o interesse por incentivos fiscais à possibilidade de mão de obra, proximidade com o mercado consumidor e disponibilidade de terreno para a ampliação de suas plantas industriais. Este último fator foi preponderante, principalmente para que algumas poucas empresas saíssem de Fortaleza e adquirissem terreno no I DIC a fim de ampliar suas unidades fabris.

Outros exemplos podem ser citados no que se refere à permanência de indústrias no I DIC, como é o caso de uma empresa de confecção que denominamos de empresa A. Esta empresa é um bom exemplo de como o capital industrial usufrui do território e articula os atores sociais, a fim de obter a satisfação de seus interesses. Esta empresa de confecção oriunda de São Paulo, fabricante de importantes marcas de *jeans* nacionais e internacionais, instalou sua única unidade fabril no I DIC em 1997. Em 2007, com o fim dos incentivos fiscais e a não-renovação destes, entre outros fatores não informados, a empresa transferiu a referida unidade fabril para São Paulo.

Há outros casos onde existia certa complementaridade produtiva entre as indústrias do I DIC, algo bastante contingencial, o que não chega a ser um fator de atratividade nem de permanência.

Outra empresa a ser destacada refere-se ao ramo da lavagem, tingimento e acabamento de *jeans* e que é de capital português. Essa empresa possuía uma moderna fábrica no I DIC. Localizando-se ali, beneficiava-se de uma economia de escala, fornecendo produtos para indústrias próximas ligadas ao setor. Recentemente fechou o estabelecimento industrial e o fato de as empresas não estabelecerem um vínculo com o lugar faz com que essa dinâmica de implantação e desinstalação seja mais rápida e intensa, muitas vezes sem a percepção da gestão local.

Ao longo dos anos de desenvolvimento do I DIC, foi intensa a dinâmica industrial no que tange ao número de indústrias em funcionamento, como veremos a seguir.

O quadro industrial do I DIC, criado em 1966, representado aqui pela taxa de crescimento industrial, passou por períodos de evolução e involução que implicaram, ao longo dos anos, o incremento do perfil produtivo do número de estabelecimentos industriais em funcionamento, como podemos observar no GRÁFICO 4.

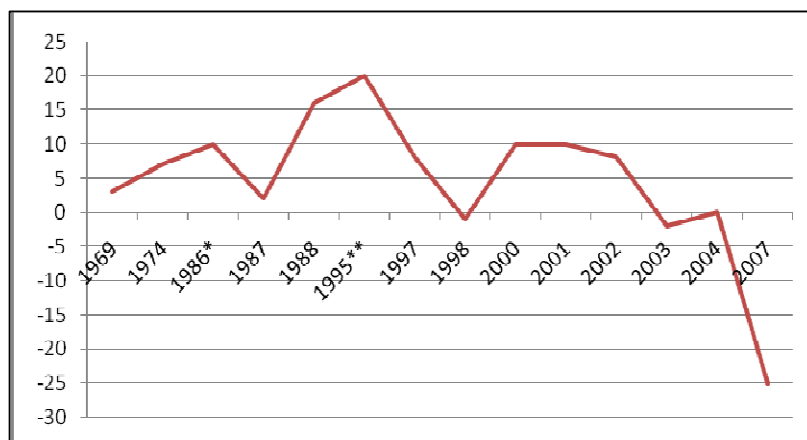


GRÁFICO 4 – Taxa de crescimento industrial no I DIC medida pelo número de estabelecimentos industriais em funcionamento no período de 1969 a 2007

Fonte: ASDEC. Elaboração da autora.

O GRÁFICO 4 apresenta uma curva na qual são evidentes momentos de expansão e declínio no número de indústrias ao longo de mais ou menos 40 anos de existência do I DIC. No período que vai de 1969 ao primeiro quinquênio da década de 1980, eram poucas as indústrias que funcionavam no I DIC. Na TABELA 12 estão listadas aquelas empresas que se instalaram no I DIC nesse período. Estas são de médio porte, com predomínio do gênero químico e se caracterizam por ser a maioria de capital cearense.

TABELA 12

Principais estabelecimentos industriais que se instalaram no I Distrito Industrial do Ceará entre 1966 e 1986

Estabelecimento industrial	Gênero	Ano de instalação
CELENE	Minerais não-metálicos	1967
TINTAS HIDRACOR S/A	Química	1977
HIDROTINTAS	Química	1977
VICUNHA TÊXTIL (UNID. I e V)	Têxtil	1980
FABRICA ESTRELA	Alimentício	1980
ITC - PARTICIPAÇÕES, COMÉRCIO	Construção	1980
VPI VON ROLL ISOLA PRODUTOS IS	Materiais elétricos	1981
NORSA REFRIGERANTES LTDA	Bebidas	1982
DAFERRO S/A ALUMÍNIO E AÇO	Metalurgia	1985
AGRIPEC - QUÍMICA E FARMACÊUTICA	Química	1986
COLCHÕES ORTOBOM	Mobiliário	1986
J. BRANDÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Alimentos	1986

Fonte: FIEC, SDE - PMM e Pesquisa direta. Organização da autora.

Em 1987, iniciou-se um crescimento significativo no número de indústrias em funcionamento no I DIC, havendo também um incremento quanto ao tipo de indústria, gênero e aos tamanhos dos estabelecimentos. Empresas importantes dos setores têxtil e metalúrgico passaram a fazer parte do I DIC (cf. TAB. 13), a maioria delas com participação do capital local. O desenvolvimento industrial do I DIC estava, naquele momento, atrelado à lógica da reforma fiscal, da estruturação dos aportes técnicos, financeiros e tributários, modernização do aparelho produtivo e na atração de estabelecimentos industriais de grande porte.

TABELA 13

Principais estabelecimentos industriais que se instalaram no I Distrito Industrial do Ceará entre 1987 e 1995

Estabelecimento industrial	Gênero	Ano de instalação
TERMISA INDUSTRIAL S/A	Metalurgia	1987
CIGRAMA	Minerais não-metálicos	1988
COBAP	Papel papelão	1988
INELSA	Materiais elétricos	1988
COTECE S/A	Têxtil	1989
FIOTEX INDUSTRIAL S/A	Têxtil	1991
CEPLAL	Borracha e plásticos	1992
ISOPLAST	Borracha e plástico	1993

Fonte: FIEC, SDE - PMM e Pesquisa direta. Organização da autora.

Ainda com base na análise do GRAFICO 4, podemos perceber que, a partir da segunda metade da década de 1990, o I DIC começou um declínio significativo da taxa de crescimento. Apesar de, nesse período, 142 empresas tivessem interesse em implantar seus estabelecimentos fabris no I DIC (cf. TAB. 14), apenas 121 assinaram os protocolos junto ao Estado para a implantação, representando uma soma de investimentos em Maracanaú na ordem de quase um milhão e meio de reais e a geração de mais de cem mil empregos no Estado. Ao fim desse período, todavia, apenas 44 empresas (36% do total) efetivaram a implantação, sendo que a maioria das intenções ficou apenas no papel, conforme dados da TABELA 15.

TABELA 14

Empresas cadastradas com intenção de instalação no I Distrito Industrial do Ceará – 1995 a 2004

Nº de protocolos	Investimentos (R\$)	Empregos diretos	Empregos indiretos
142	1.951.734.038,32	30.642	124.392

Fonte: SIC – Maracanaú

TABELA 15

Situação dos protocolos assinados para implantação de estabelecimentos industriais no I Distrito Industrial do Ceará no período 1995 – 2004

Situação	Nº de protocolos	Investimentos (R\$)	Empregos diretos	Empregos indiretos
Em funcionamento	44	682.402.888,32	10.971	45.512
Em implantação	4	109.410.000,00	333	1.332
Em protocolo	73	634.841.150,00	12.2258	49.228
Total	121	1.426.654.038,32	23.562	96.072

Fonte: SIC – Maracanaú

A diminuição no número de estabelecimentos fabris em funcionamento no I DIC coincide com o período da divulgação do Plano Plurianual do Governo do Estado e de sua política industrial (1992 - 1995). Esta política visava, além de criar condições infraestruturais, a aprimorar os incentivos e apoiar a instalação de outras unidades produtivas (CEARÁ, 1992). Isso levou à desconcentração industrial com a interiorização da indústria, que fez com que outros municípios metropolitanos distantes da Capital, e até mesmo aqueles fora da RMF, passassem a receber as indústrias que vieram para o Ceará. Apesar de maiores incentivos às indústrias que vieram se instalar fora da RMF, o I DIC continuou atraindo grande número de empresas incentivadas que demandaram o Estado entre os anos de 1997 e 2003, não obstante apresentar um declínio nesse mesmo período. Portanto, o I DIC continuou recebendo em seu território muitas empresas de grande porte e outras de capital nacional (TABELA 16).

TABELA 16

Principais estabelecimentos industriais que se instalaram no I Distrito Industrial do Ceará entre 1995 e 2004

Estabelecimento industrial	Gênero	Ano de instalação
FACEPA	Papel, papelão	1997
YOSHIDA NORDESTE S/A	Confecção e acessórios	1997
DIANA PALLOUCI S/A INDÚSTRIA	Confecção	1997
BERMAS	Materiais em couro	1999
ESMALTEC S /A	Metalurgia	2000
PACEL PAPELAO DO CEARA LTDA	Papel, papelão	2001
ARCELORMITTAL BRASIL S/A (BELGO)	Distribuidora siderúrgica	2001
TERMOWALL	Metalurgia	2003
BIG BRILHO	Química	2003

Fonte: FIEC, SDE - PMM e Pesquisa direta. Organização da autora.

Vale ressaltar que, nesse mesmo período, instalaram-se no I DIC empresas da construção civil, de distribuição, transporte e armazenamento, conforme já comentado. Há ainda em funcionamento um hospital particular e instituições públicas e privadas o que demonstra maior diversidade de uso desse território, que cada vez mais se distancia do conceito marshalliano e pós-marshalliano distrito industrial.

O I DIC passou a “dividir também a preferência” das empresas com outros municípios da RMF, tais como Maranguape, Horizonte, Pacajus e Eusébio e as cidades médias de Sobral e Juazeiro do Norte. Nota-se, porém, a ausência da indústria calçadista do I DIC. Essa indústria, que veio para o Ceará no âmbito da reestruturação produtiva ocorrida no Brasil a partir dos anos 1990, não se instalou no I DIC, preferindo outros municípios da RMF e, principalmente, Sobral, que recebeu a maior indústria de calçados do Ceará, demonstrando o jogo de força dos atores sociais na atração desses investimentos. Enquanto isso, o I DIC apresentava maior diversificação produtiva com a chegada de indústrias dos gêneros de capital mais intensivo que utilizam menos mão de obra.

O final da década de 1990 e os primeiros anos do século XXI revelaram uma redefinição do papel dos atores sociais locais no desenvolvimento econômico e no ordenamento territorial. Trata-se de uma

maior autonomia das gestões locais resultante de uma descentralização administrativa que deixa a cargo dos agentes locais o desenvolvimento de estratégias para o crescimento econômico e social. Nesse sentido, houve um acirramento da competição entre os municípios cearenses ao objetivarem atrair maior número de empreendimentos para seus territórios. Tal fato refletiu no I DIC, com a diminuição das intenções de investimentos industriais nessa área, como nos mostra a TABELA 17. Nos últimos anos também se registrou uma queda brusca de indústrias em funcionamento, como se observa no GRÁFICO 4 já analisado.

TABELA 17

Empresas com protocolos de intenções de implantação no I Distrito Industrial assinados em 2004

Nº de protocolos	Investimentos	Empregos diretos	Empregos indiretos
15	223.716.650,00	2.666	10.664

Fonte: SIC – Maracanaú

Podemos também questionar até que ponto a baixa atratividade industrial do I DIC nos últimos anos está associada à mudança de foco da gestão municipal, que insere novas práticas administrativas no que tange aos novos usos do território bem como as novas estratégias organizacionais das empresas.

Sabemos, no entanto, que a estratégia atual de desenvolvimento industrial, associada à dinâmica do I DIC, está relacionada a um novo contexto que evidencia diversas escalas de intervenção territorial, o que nos leva a crer também que essa baixa está associada a fatores mais estruturais decorrentes da instabilidade econômica e das crises do capital no plano mundial, assunto este que requer maior aprofundamento, o que demanda uma reflexão mais aprofundada, mas que foge à dimensão deste trabalho.

Nada obstante, o I DIC continua sendo o maior “distrito industrial” do Estado e a maior aglomeração industrial da RMF, tanto pelo número de

indústrias como em tamanho de área. O elevado número de indústrias concentradas no I DIC, em comparação a outros municípios, faz com que Maracanaú esteja entre os municípios cearenses mais industrializados, sendo o segundo em número de estabelecimentos industriais, atrás apenas de Fortaleza. Isso reflete na escala local, tornando o território mais fluído e mais eficaz à atuação de imperativos externos e tendo a mão de obra como principal fator de intervenção no plano local.

4.3.2 A relação população e trabalho na indústria

A concentração de indústrias no I DIC não alterou apenas a materialidade do lugar e a dinâmica da economia no que tange às contas públicas, mas também a relação população e trabalho. No que se refere à escala local e sua inserção no circuito espacial da produção, a mão de obra é preponderante. Embora uma parcela da população ativa residente em Maracanaú trabalhe na indústria distrital, para os representantes do Poder Municipal, essa inserção é tida ainda como aquém do esperado, algo que, com efeito, não viria a se concretizar completamente, haja vista outros municípios também concorrerem na busca de postos de trabalho na indústria do I DIC.

A indústria de transformação emprega o maior número de pessoas em relação aos demais setores da economia em Maracanaú, conforme vimos na TABELA 5. Em relação, porém, à absorção da mão de obra do Município pela indústria instalada no I DIC, cabem algumas indagações: qual o percentual da população residente em Maracanaú que trabalha nos estabelecimentos fabris instalados no I Distrito Industrial do Ceará? Quantos residentes em Maracanaú trabalham em estabelecimentos fabris fora do Município? Mesmo considerando-se os dados disponíveis, torna-se difícil responder a estas indagações e somente uma pesquisa mais minuciosa, com maior tempo, poderia fornecer informações precisas que pudessem dar conta dessa relação. O que fizemos, de fato, foi, mediante aplicação de questionários junto às empresas mais importantes, indagar sobre a participação dos residentes em Maracanaú que trabalham na indústria, como veremos no capítulo seguinte.

Neste subitem, no entanto, expomos as informações obtidas quanto ao número de empregados nas indústrias do I DIC, o que não responde com precisão como ocorre a distribuição espacial dos trabalhadores ocupados nas indústrias nem mesmo que função esses trabalhadores exercem. A dificuldade de obtenção de informações não nos permitiu ainda a verificação do montante real de empregos gerados por parte de cada estabelecimento industrial do I DIC, não abrangendo todos os 76 estabelecimentos identificados. As informações coletadas resultam de visitas aos estabelecimentos, da aplicação dos questionários, de análise do Cadastro das Indústrias da FIEC e da relação elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Maracanaú.

Por meio dos dados obtidos acerca dos empregos industriais, podemos perceber que, sem dúvida, há um número significativo de empregos gerados pelas indústrias no I DIC, porém ainda pouco expressivo haja vista a grande quantidade de indústrias que lá estão em funcionamento.

A relação entre o número de moradores de Maracanaú, o quantitativo de indústrias e a população ocupada no setor industrial não apresenta uma equiparação, ou seja, a indústria distrital não chega a empregar 15% da população ativa de Maracanaú. Segundo Sousa (1996, p. 100), o “I Distrito Industrial, instalado em Maracanaú, não tem ainda condições de absorver toda a população instalada em suas imediações. Resultado: muita gente que mora nos conjuntos habitacionais ainda trabalha em Fortaleza”.

Analisando dados do RAIS, expostos na TABELA 5, para o período de 1985 – 2006, podemos inferir que a composição da população ocupada no setor industrial exibe expressivo acréscimo, mas que não acompanhou o rápido crescimento populacional do Município. Como podemos observar, ainda nessa mesma tabela, o número de empregos formais na indústria mais do que dobrou de 1990 a 1995, passando de 6.816 para 14. 253, justamente no período de instalação, no I DIC, de indústrias que utilizam mão de obra mais intensiva e de baixa qualificação, como no caso das têxteis. Nos quinquênios posteriores, entretanto, percebemos uma redução do crescimento do emprego na indústria cujo período também coincide com a instalação de algumas indústrias de capital mais intensivo.

De fato, é a grande indústria dos ramos tradicionais têxtil e alimentício, apesar da presença do metalúrgico, que concentra o maior número de trabalhadores e, portanto, tem o maior peso na estrutura industrial do I DIC. Assim, na distribuição da mão de obra por gênero, o destaque é para o gênero têxtil, que responde por 35% dos empregos. Seguem-se os gêneros de bebidas (22%), metalurgia (19%) e alimentos (10%) (cf. GRAF. 5). Tais gêneros industriais, por exigirem no processo produtivo trabalho intensivo, necessitam, obviamente, de maior número de trabalhadores, o que não constitui nenhuma novidade, já que o fator trabalho é um dos grandes atrativos para a indústria que se instala no Ceará.

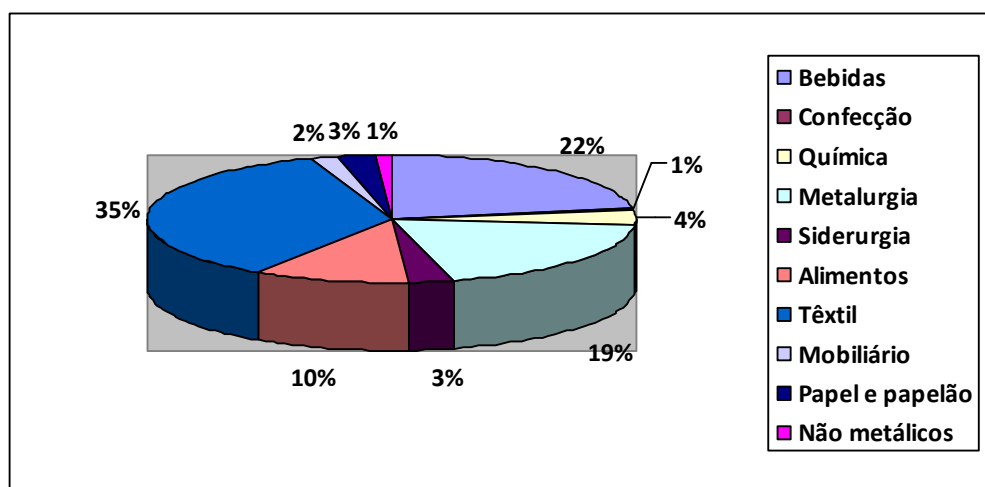


GRÁFICO 5 – Porcentagem de empregos no I DIC – Divisão por gênero
 Fonte: Pesquisa direta; FIEC, 2008; SDE/PMM. Elaboração da autora.

Confrontando os dados das TABELAS 18 e 19, percebemos que são poucos os estabelecimentos que concentram o maior número de trabalhadores, mais do que o somatório dos demais estabelecimentos juntos, todas elas pertencentes aos gêneros tradicionais. O fato que chama a atenção é a grande concentração de trabalhadores em apenas poucas empresas, ou seja, do total de empresas que informaram o número de trabalhadores, apenas quatro detêm mais da metade (63,3%) do número de trabalhadores do I Distrito Industrial do Ceará, como podemos observar na TABELA 19. São elas: a Vicunha Têxtil S/A (Têxtil), a Norsa Refrigerantes LTDA (Bebidas), a Esmaltec S/A (Metalurgia) e

a Fábrica Estrela (Alimentos). Da grande indústria em funcionamento em Maracanaú, que somou em 2006 um montante de 13. 694 trabalhadores (cf. TAB. 18), só essas quatro empresas respondem por 12.040 empregos, o que significa 87,9% no total de trabalhadores da grande indústria.

TABELA 18

Total de empregados por tamanho dos estabelecimentos industriais em Maracanaú

Tamanho do estabelecimento	Total de empregados				
	1985	1990	1995	2000	2006
Micro (0 a 9 empregados)	1	116	194	358	550
Pequena (10 a 99 empregados)	40	769	1.278	2.801	4.577
Média (100 a 249 empregados)	0	776	1.559	2.278	2.846
Grande (250 a mais de 1000)	1.602	5.163	11.387	10.549	13.694
Ignorados	0	0	0	0	0
Total	1.643	6.824	14.418	16.026	21.667

Fonte: MTE-RAIS. Elaboração da autora.

TABELA 19

Número de empregados das principais indústrias no I DIC – 2008/2009

Nome do estabelecimento	Número de empregados
1. Vicunha têxtil (unids. 1 e 5)	3.962
2. Norsa	3.876
3. Esmaltec	2.422
4. Pelágio Oliveira (Fábrica Estrela)	1.780
5. Cotece	990
6. Jangadeiro têxtil	600
7. Gerdau	565
8. Durametal	480
9. Fiotex	450
10. Têxtil União	400
11. Hidracor	370
12. Nufarm	340
13. Ortobom	304
14. Hidrotintas	289
15. Cobap	225
16. Metalic	217
17. Frevo	200
18. Inapi	200
19. Facepa	176
20. Termisa	120
21. Pemalex	107
22. Inelsa	105
23. Isoplast	104
24. R. Shuch	103
25. Cerâmica Santa Aliança	100
26. Von Roll	100
27. C&L	80
28. Celene	80
29. J. Brandão	72
30. Pacel	71
31. Asfalto nordeste	32
32. Yoshida	23
33. Termowall	20
34. Big Brilho	19
35. Da Ferro	13
36. Ipiranga	12
37. Greca asfaltos	3
TOTAL	19.010

Fonte: Pesquisa direta; FIEC, 2008; SDE/PMM. Elaboração da autora.

Podemos de certa forma relacionar a baixa ocupação da população ativa de Maracanaú na indústria nesse período ao nível de escolaridade desta. A maioria das indústrias do I DIC não utiliza mão de obra intensiva - exceto as têxteis, alimentícia e de bebidas - e estão exigindo um trabalhador mais qualificado que se adapte ao novo ritmo do processo produtivo. A maioria dos trabalhadores da indústria em Maracanaú possui o 2º grau completo e há um reduzido número de trabalhadores com maior nível de instrução, conforme nos mostra a TABELA 20. Tal realidade é tida pelos empresários como um obstáculo à empregabilidade nas indústrias que exigem trabalho mais especializado.

TABELA 20

Trabalhadores da indústria em Maracanaú segundo grau de instrução

Nível de escolaridade	Anos				
	1985	1990	1995	2000	2006
Analfabeto	21	171	311	208	64
4ª série incompleta	251	1.419	2.035	983	608
4ª série completa	532	869	1.693	1.333	764
8ª série incompleta	398	1.644	4.140	4.741	2.219
8ª série completa	175	968	2.935	3.866	4.788
2º grau incompleto	65	677	914	1.446	2.112
2º grau completo	146	826	1.945	2.859	9.720
Superior incompleto	16	83	145	204	553
Superior completo	39	157	289	386	828
Mestrado	-	-	1	-	8
Doutorado	-	-	0	-	3
Ignorados	0	10	10	0	0
TOTAL	1.643	6.824	14.418	16.026	21.667

Fonte: RAIS – MTE. Organização da autora.

A incorporação da população local ao ritmo de trabalho fabril foi sempre o maior desafio enfrentado, tanto pelo governo local quanto pelos próprios industriais, como afirma o relato de Sousa (1996, p. 87):

[...] preocupados com isso, é que as autoridades locais têm motivado e sensibilizado a classe empresarial, através de incentivos fiscais, no sentido de gerar um maior volume de emprego para trabalhadores de Maracanaú. Daí o interesse das autoridades municipais em incentivar

todos os empresários em implantar a sua indústria no I Distrito Industrial de Fortaleza e agilizar a implantação e o funcionamento no III Distrito Industrial, planejado e localizado no município de Maracanaú.

Além de incentivos fiscais como forma de incentivar a contratação de mão de obra local, o Poder Municipal também incentivou a instalação de instituições de ensino profissionalizante a fim de qualificar a população, atendendo as exigências do capital industrial, ou seja, mais uma vez é o Estado que subsidia os custos da produção industrial. Instituições como o Centro de Vocação Tecnológica – CVT, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, a Escola Técnica de Maracanaú e, recentemente, a instalação de uma unidade do IFET no município, evidenciam que o interesse educacional ali está pautado na incorporação da população local ao trabalho fabril.

Toda a caracterização ora descrita revela o caráter polarizador que o I DIC desempenha na escala local e estadual. Por outro lado, as indústrias distritais, apoiando-se nos agentes locais, estabelecem um território produtivo que mantém relações com as demais parcelas do globo, fazendo com que essa concentração industrial estabeleça “múltiplos pontos de impacto” (GEORGE, 1968) e formando uma trama indissociável de relações, como veremos a seguir.

5. O I DISTRITO INDUSTRIAL DO CEARÁ E A LÓGICA DE SUAS RELAÇÕES ESCALARES COM BASE NOS FIXOS INDUSTRIAIS

A concentração de indústrias, a diversidade produtiva e organizacional das empresas e a concentração de empregos, assim como a dinâmica decorrente da ação dos variados atores nos levam a considerar o I DIC um território produtivo. Nele são estabelecidas relações em escalas local, nacional e internacional, por intermédio das indústrias localizadas nesse território, tanto as de origem local como aquelas ligadas às empresas ou *holdings* nacionais ou internacionais. Este último aspecto constitui o foco de análise deste capítulo, tendo por base os dados obtidos nas visitas às empresas representativas dos principais gêneros produtivos.

Levamos em consideração para o levantamento dos dados o tamanho do estabelecimento quanto ao número de empregados, a origem do capital da empresa -- se internacional, nacional ou local --, a origem e a qualificação da mão de obra e o conhecimento sobre o processo de produção da indústria. Os dados coletados nos possibilitaram apreender, em parte, as relações que o I DIC mantém com o mundo, ou seja, como cada empresa insere esse território na divisão espacial do trabalho. Considerou-se, também, o processo produtivo das indústrias, ou seja, o espaço da fábrica, a fim de compreendermos que modelos de produção convivem no território do Distrito Industrial cearense.

Antes de iniciar a análise mais detalhada das indústrias pesquisadas, achamos importante destacar o papel que algumas delas, alocadas no I DIC, desempenham na pauta das exportações e importações do Estado, de forma a demonstrar a relevância que o I DIC apresenta no contexto cearense e regional.

Segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio da Secretaria do Comércio Exterior para 2006, Maracanaú é o segundo município a abrigar o maior número de empresas exportadoras do Ceará, ficando atrás apenas de Fortaleza (cf. TAB. 21). São cerca de 27 as empresas exportadoras localizadas em Maracanaú, cujo percentual corresponde a 10,3% do total das exportações

cearenses. A maioria dessas empresas funciona no I DIC figurando, algumas delas, entre as principais empresas exportadoras do Estado como um todo (cf. TAB. 22). Estão, ainda, entre as maiores empresas nacionais de seus respectivos ramos produtivos e que escolheram o Ceará e o I DIC, em especial, para a instalação de seus estabelecimentos fabris, revelando a importância desse território produtivo na escala local, estadual e nacional.

TABELA 21

Número de empresas exportadoras nos municípios cearenses mais industrializados – 2006

Município	Nº de empresas	Participação no estado (%)
Fortaleza	111	42,5
Maracanaú	27	10,3
Caucaia	8	3,1
Juazeiro do Norte	8	3,1
Horizonte	7	2,7
Eusébio	5	1,9
Crato	4	1,5
Maranguape	4	1,5
Sobral	4	1,5
Pacajus	3	1,1

Fonte: MDIC/Secex. Adaptado de FIEC/CIN, 2007, p. 4.

TABELA 22

Principais empresas exportadoras do Ceará que possuem estabelecimentos industriais no I DIC – Jan-Mai/2007-2008

Empresas	2007 (Jan/Mai)		2008 (Jan/Mai)		Var (%) 08/07
	US\$ FOB	Part (%)	US\$ FOB	Part (%)	
Vicunha Têxtil S/A.	36.162.711	8,25	38.407.698	7,77	6,21
Bermas Maracanaú Indústria e Comércio de Couro	12.325.099	2,81	20.108.646	4,07	63,15
Esmaltec S/A	7.902.623	1,80	9.655.704	1,95	22,18
Gerdau Aços Longos S/A	11.507.349	2,63	7.879.417	1,59	-31,53

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MDIC. Adaptado de IPECE, 2008, p. 14.

(*) Valores em US\$ 1,00/FOB.

No âmbito das importações, Maracanaú também se posiciona no segundo lugar entre os municípios que possuem empresas importadoras. Em 2006, Maracanaú apresentava um total de 36 empresas importadoras representando uma participação de 9,5% na pauta de importações cearenses (cf. TAB. 23). No contexto dessas empresas, as de maior expressividade estão funcionando no I DIC, algumas delas listadas na TABELA 24.

TABELA 23

Número de empresas importadoras nos municípios cearenses mais industrializados – 2006

Município	Nº de empresas	Participação no estado (%)
Fortaleza	216	57,0
Maracanaú	36	9,5
Eusébio	14	3,7
Caucaia	11	2,9
Juazeiro do Norte	10	2,6
Horizonte	8	2,1
Pacatuba	7	1,8
Sobral	7	1,8
Maranguape	7	1,8
Aquiraz	5	1,3
Pacajus	4	1,1

Fonte: MDIC/Secex. Adaptado de FIEC/CIN, 2007, p. 10.

TABELA 24

Principais empresas importadoras do Ceará que possuem estabelecimentos industriais
no I DIC – Jan-Mai/2007-2008

Empresas	2007 (Jan/Mai)		2008 (Jan/Mai)		Var (%) 08/07
	US\$ FOB	Part (%)	US\$ FOB	Part (%)	
Agripec Química e Farmacêutica (NUFARM) S.A	4.369.236	1,29	22.579.386	3,95	416,78
TBM - Têxtil Bezerra de Menezes S.A	13.711.879	4,04	16.880.476	2,95	23,11
Vicunha Têxtil S/A.	16.515.040	4,86	14.274.429	2,5	-13,57
Bermas Maracanaú Ind. e Com. Couro	6.364.395	1,87	12.567.106	2,2	97,46
Cia Metalic Nordeste	12.566.492	3,7	11.404.714	2	-9,25
Osasuna Participações Ltda (Jangadeiro Têxtil).	5.493.250	1,62	9.197.812	1,61	67,44
Tecnomaq Indústria e Comercio Ltda.	---	---	7.028.084	1,23	---
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	2.081.574	0,61	5.703.921	1	174,02

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MDIC. Adaptado de IPECE, 2008, p. 19-20.

(*) Valores em US\$ 1,00/FOB.

A seguir, apresentamos de modo mais detalhado as informações obtidas com aplicação de questionários em visitas às empresas. A amostra pesquisada contemplou a variedade de gêneros e tamanhos encontrados no I DIC razão pela qual consideramos a amostra bastante expressiva da realidade encontrada nesse território.

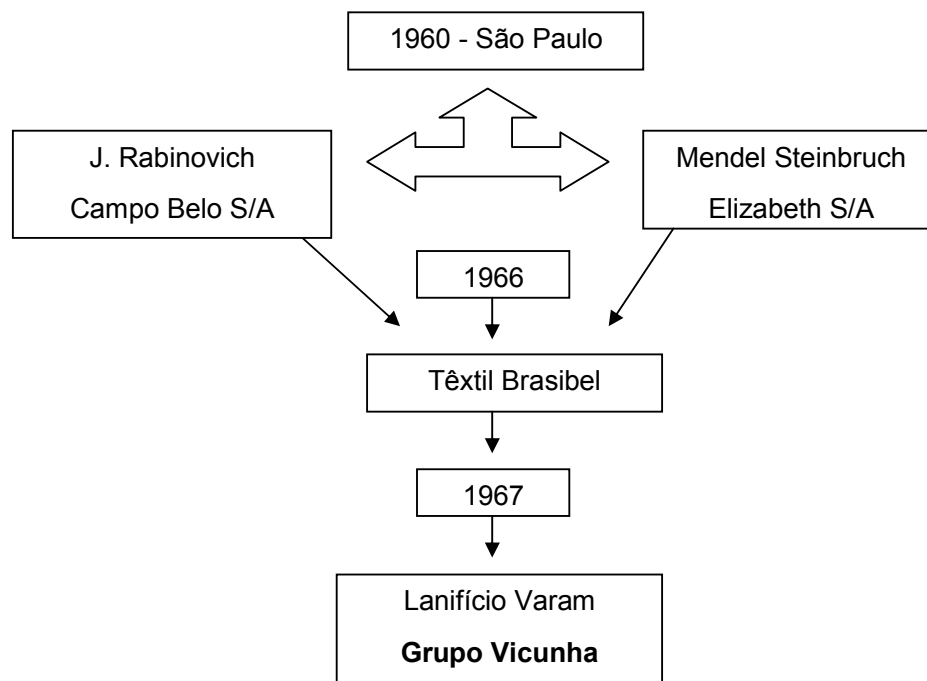
Discorreremos, doravante, sobre cada indústria visitada, de modo a que se possa chegar, com apoio em análise mais detalhada, a processos gerais que deem conta da relação espaço e indústria.

A pesquisa indicou que as indústrias têxteis em funcionamento no I DIC se destacam em relação às demais por serem as que empregam o maior número de trabalhadores, possuem as maiores plantas industriais, geram o maior fluxo, no que concerne a mercadorias e produtos, e pelo expressivo montante de capitais empregados, situando, inclusive, o Ceará como o principal pólo têxtil da Região Nordeste.

Grandes empresas do gênero têxtil de relevância nacional e empresas internacionais possuem estabelecimentos fabris no I DIC e, a partir dele, estabelecem suas relações produtivas no contexto local, nacional e internacional. Dentre elas, destaca-se a Vicunha Têxtil S/A, empresa de origem paulista que veio para o Nordeste, especificamente para o Ceará, no início da década de 1970, atraída pela política de incentivos fiscais e créditos operada pela SUDENE e pelo BNB.

Pertencente ao *Grupo Vicunha*⁶⁸ (cf. FIG 18), a Vicunha Têxtil S/A, considerada a maior empresa integrada de fiação, tecelagem e confecção do Brasil e da América Latina, congrega atualmente 15 unidades operacionais apenas no Brasil divididas em quatro linhas de produção: 1) tecidos; 2) fios e malhas; 3) fibras e filamentos e 4) confecções.

⁶⁸ O Grupo Vicunha nasceu da união entre as famílias Steinbruch e Rabinovich, de origem soviética, e que chegaram ao sul do Brasil no início do século XX. Em 1946, fundaram a Tecelagem Elizabeth, em São Paulo. Atualmente, o Grupo atua em vários ramos no Brasil: siderurgia, metalurgia, têxtil, couro, mineração, agricultura, telecomunicações, financeiro, entre outros, estando o Grupo subdividido em Vicunha Têxtil, Vicunha Siderúrgica e Vicunha Participações. Sobre o histórico desse Grupo, conferir ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. (org.) [et. al.]. **O fiar e o tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará.** Fortaleza: SINDITÊXTEL/FIEC, 2002, ou a própria *home page* da empresa.

FIGURA 18 – Organograma histórico do Grupo Vicunha

Organização da autora. Fonte: ARAGÃO, 2002.

Inúmeros são os fatores que destacam essa empresa dentre as demais indústrias têxteis em funcionamento no I DIC, dentre eles o fato de ela estar na liderança do setor têxtil nacional quanto ao montante de vendas, fluxo de mercado e receita obtida (cf. TAB. 25), importância dentro da cadeia têxtil nacional e nordestina, total de empregados no Ceará, em torno de 8 mil trabalhadores diretos e, principalmente, por ter apresentado um importante *processo de reestruturação produtiva a nível regional, tornando a Região Metropolitana de Fortaleza e, particularmente, o I DIC, o eixo principal desse processo*, como veremos a seguir. Vale ressaltar que esse último aspecto é merecedor de uma pesquisa mais aprofundada, haja vista a grande amplitude das relações espaciais comandadas por essa empresa, o que também pretendemos desenvolver em momento posterior.

TABELA 25

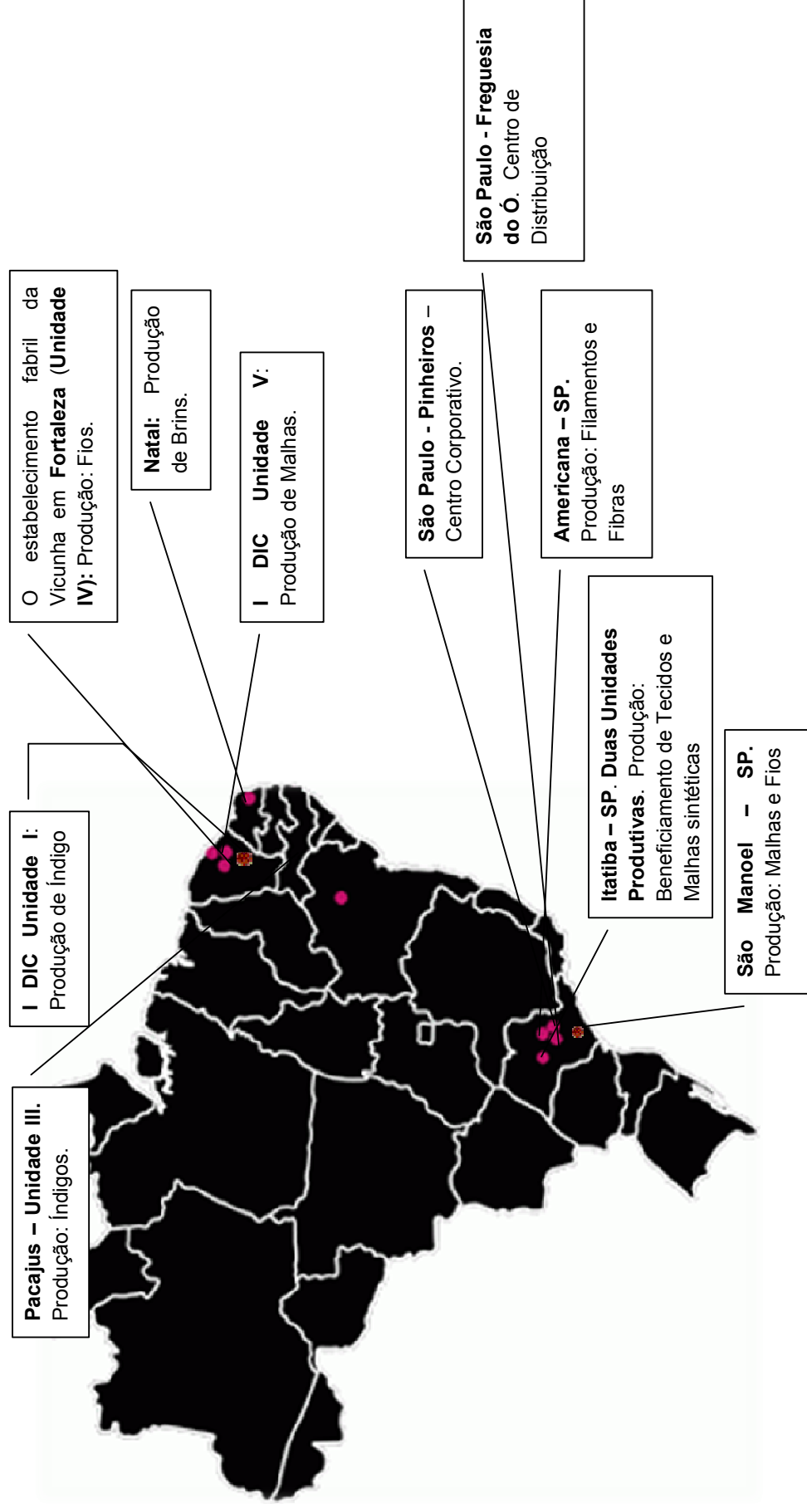
Desempenho das maiores empresas têxteis do Ceará e localizadas no I Distrito Industrial do Ceará

Empresa	Receita operacional líquida	Lucro bruto	Lucro operacional	Lucro líquido
Vicunha Têxtil	479.145	105.677	30.120	29.324
Cotece	48.290	3.815	-9.197	-7.710
TBM	46.870	17.633	2.573	3.532
Têxtil União	41.523	13.402	594	594
Fiotex	15.114	1.590	-5.276	-4.389
CTN	9.962	1.315	-2.831	-4.770

Adaptado pela autora. Fonte: Balanço Anual da Gazeta Mercantil para o Ceará (1999) /Observatório social (2002).

A Vicunha instalou seu primeiro estabelecimento fabril no Nordeste em 1973, associando-se à Fiação Nordeste do Brasil – FINOBRASA, dos grupos cearenses Otoch e Baquit. Em razão da disponibilidade de mão de obra, dos incentivos fiscais, da oferta de energia elétrica e facilidade para exportação por via terrestre e marítima, o Grupo Vicunha criou no Ceará, em 1984, a Vicunha Nordeste, um estabelecimento fabril de 370 mil m² sediado no I DIC. Em 1990, também no I DIC, esse Grupo instalou outra empresa do mesmo gênero, a Elizabeth Têxtil. Vale salientar que durante sua consolidação no Nordeste por meio do Ceará, o Grupo Vicunha tornou-se uma *holding* nacional, possuindo participação junto a outras empresas do setor no Brasil nos Estados de São Paulo, Pernambuco e Bahia e, atualmente em outros países e continentes – EUA, Europa, América Latina e China (ARAGÃO, 2002). Destacamos, no entanto, a importância que o Nordeste e, especialmente, o Ceará, teve para a expansão dessa empresa, abrigando ainda hoje o maior número de estabelecimentos fabris, equiparando-se, quanto ao número de unidades de produção, ao Estado de São Paulo, de onde procedeu o Grupo (cf. FIG. 19).

FIGURA 19 – Unidades Produtivas da Vicunha Têxtil do Brasil, com destaque para o Ceará



Fonte: Pesquisa direta. Home Page da empresa.

A evolução e a organização atual dessa empresa no Ceará estão demonstradas na FIGURA 20. Até o início da década de 1990, o Grupo Vicunha possuía duas empresas têxteis no Ceará, ambas instaladas no I DIC, e a participação acionária na FINOBRASA, em Fortaleza. Em 1992, a FINOBRASA foi adquirida totalmente pelo Grupo Vicunha que, nesse mesmo período, inicia um processo de reestruturação produtiva, colocando a Região Metropolitana de Fortaleza em destaque nesse processo que envolveu esse Grupo no plano nacional. As empresas que representavam o Grupo Vicunha no Ceará – FINOBRASA, Vicunha Nordeste e Elizabeth Têxtil – fundiram-se em apenas uma, a Vicunha Nordeste S/A, gerando, dentro da RMF, um processo produtivo verticalizado, sendo o I DIC o eixo principal desse arranjo por possuir as duas principais unidades produtivas da empresa no Ceará e no Nordeste, as maiores plantas industriais e o maior número de empregados do setor.

Completando o processo de reestruturação produtiva da empresa na RMF, foi instalada, em 1999, a Vicunha Pacajus, somando um total de quatro unidades operacionais produtivas no Ceará, demonstradas na TABELA 26.

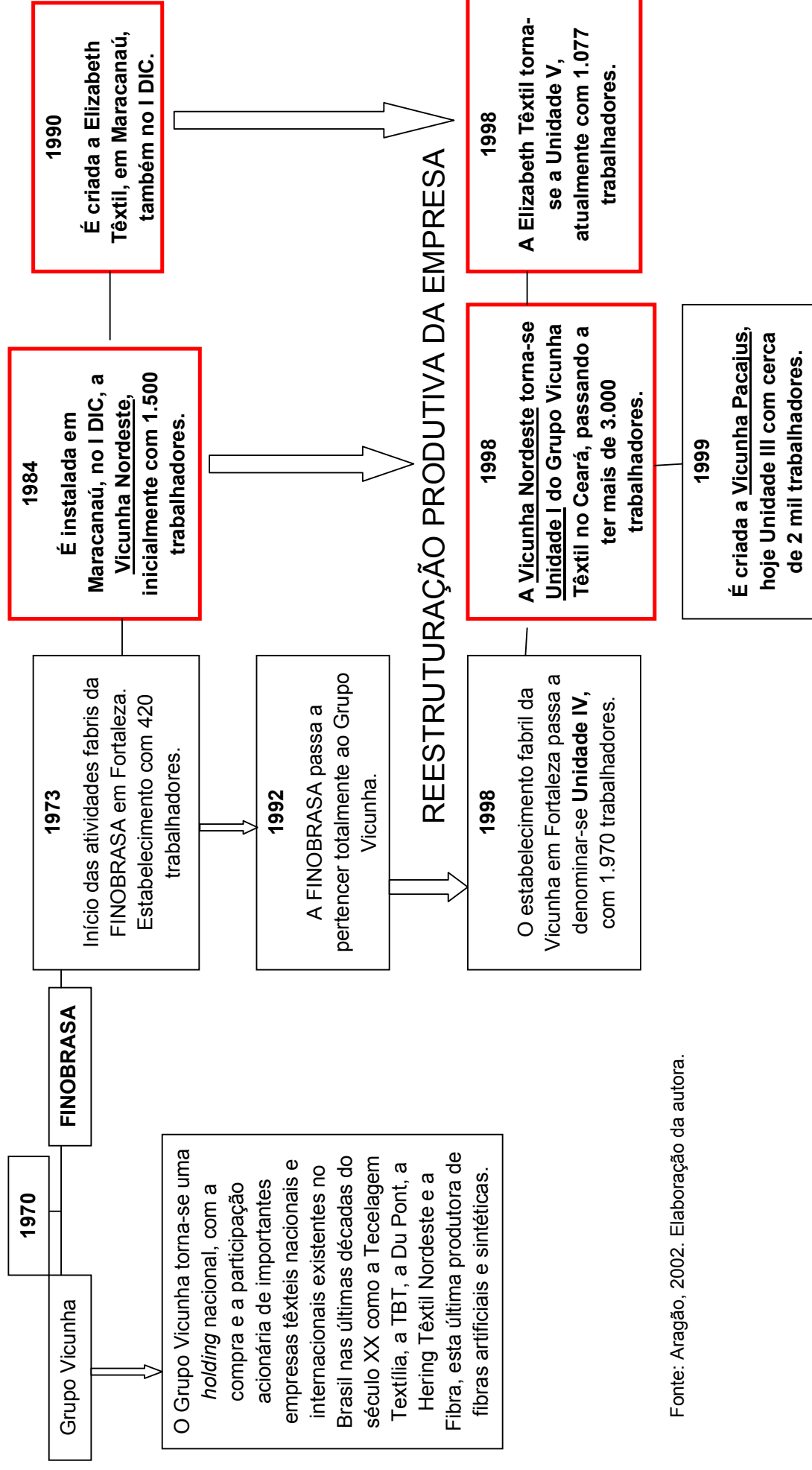
TABELA 26

Emprego e produção das unidades da Vicunha Têxtil S/A localizadas no Ceará

Unidade/localização	Média de empregos diretos	Produto fabricado	Média de produção mensal
I – Maracanaú	3.000	Índigo	170 toneladas de fios e 160 mil metros de <i>jeans</i>
III – Pacajus	2.000	Índigo	3 milhões de metros de índigo
IV – Fortaleza	1.970	Fios	1.700 toneladas de fios
V – Maracanaú	1.077	Malhas	400 toneladas de malhas

Fonte: Pesquisa direta, Observatório social (2002) e ARAGÃO (2002). Elaboração da autora.

FIGURA 20 – Evolução e organização atual da VICUNHA TÊXTIL NORDESTE S/A no Ceará após o processo de reestruturação produtiva



Fonte: Aragão, 2002. Elaboração da autora.

Como resultado da reestruturação e racionalização do processo produtivo que insere as empresas e, conseqüentemente o espaço, em uma nova lógica econômica mundial de acirrada competitividade, o Grupo Vicunha reorganizou-se estruturalmente, agrupando suas empresas por setores de atuação. Assim sendo, a Vicunha Nordeste S/A passou, portanto, em 2001, a denominar-se Vicunha Têxtil S/A, somando 15 unidades operacionais⁶⁹ no Brasil, nos Estados de São Paulo (8), Ceará (4), Pernambuco (1), Rio Grande do Norte (1) e Bahia (1) e escritórios comerciais na Argentina, Europa e Estados Unidos. Os principais estabelecimentos produtivos da empresa estão demonstrados na FIGURA 19, com destaque para os Estados de São Paulo e Ceará.

Como já mencionamos, a Vicunha Têxtil Nordeste possui quatro estabelecimentos fabris no Ceará, sendo dois deles em funcionamento no I DIC, além de unidades produtivas em outros estados da Região. Reforçando o papel da Região Nordeste como espaço da produção e considerando o I DIC como materialização desse processo, essa empresa remete a São Paulo o gerenciamento político, comercial, financeiro e administrativo das unidades da empresa em funcionamento na Região.

Além da trama de relações espaciais que essa empresa promove no plano organizacional evidenciando o espaço metropolitano cearense em diversas escalas, as relações estabelecidas mediante o seu circuito produtivo também são importantes para o entendimento da inserção do território – o território produtivo representado pelo I DIC -- na divisão espacial do trabalho e pode ser considerado um exemplo do mesmo processo entre as demais indústrias têxteis em funcionamento no I DIC.

O circuito de importação e exportação da Vicunha Têxtil pode ser observado na FIGURA 21. No que tange à aquisição da principal matéria-prima, o algodão, sua origem é, predominantemente, externa, sendo cerca de

⁶⁹ Unidades operacionais é a expressão utilizada pela empresa para denominar todos os estabelecimentos da empresa fabris ou não.

85% do algodão consumido proveniente do Continente Africano e de países como Grécia, Rússia, EUA, Argentina e Paraguai. Sendo a Vicunha Têxtil a maior empresa têxtil do Ceará, acredita-se que essa empresa é a maior consumidora desse insumo. Quanto ao produto final, que geralmente é complementar à produção de outras indústrias, a exportação dos tecidos, fios e malhas produzidos abastece os mercados da região Sul e Sudeste do Brasil, mas é para outros países que se destina a maior parte da produção, principalmente para países da América do Sul (40%), para os EUA (40%), e para Europa (20%) (OBSERVATORIO SOCIAL, 2001).

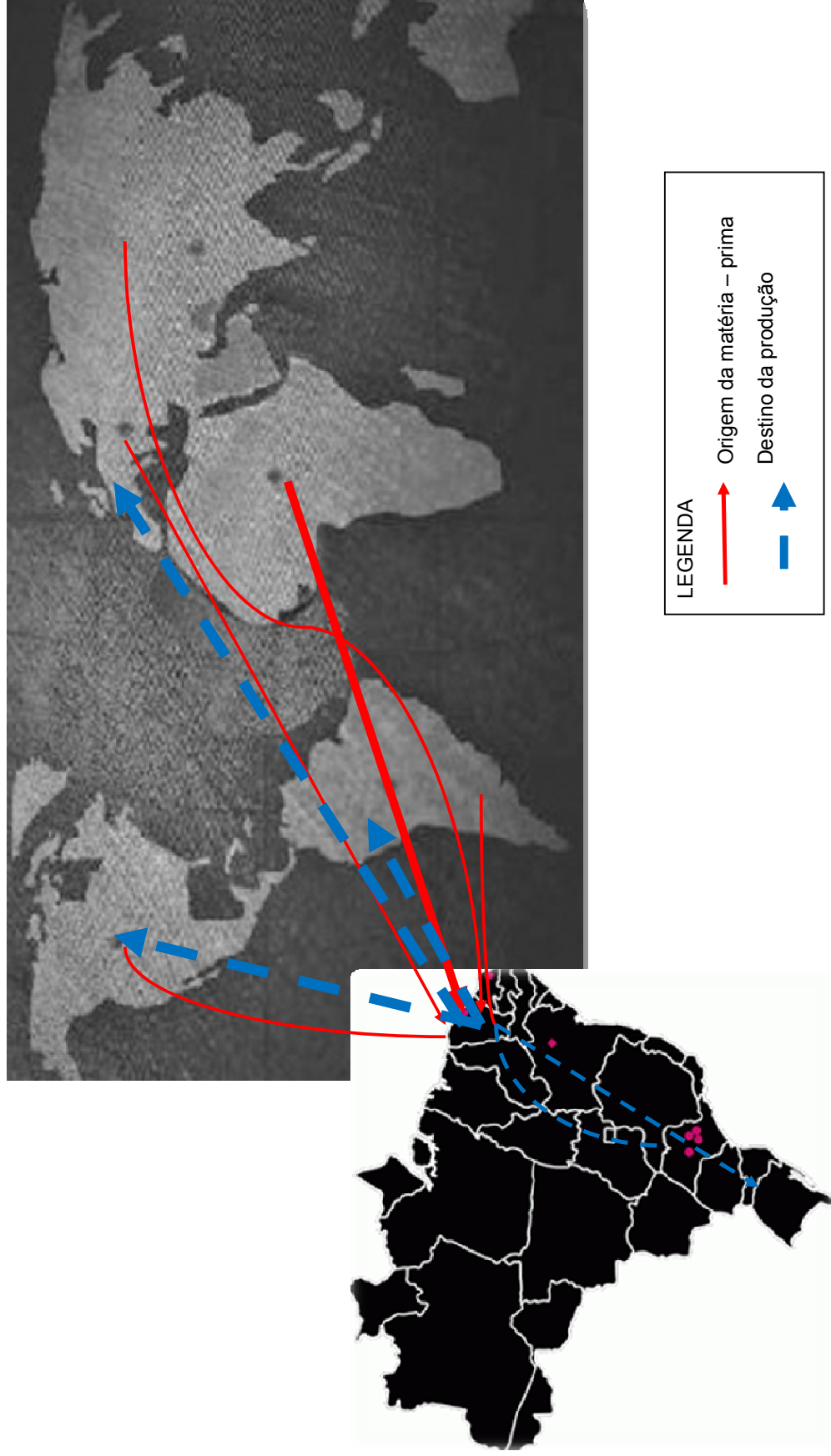
As unidades fabris da Vicunha sediadas no I DIC são as responsáveis pela absorção do maior número de trabalhadores dentre as indústrias têxteis em funcionamento no I DIC como também em relação aos demais gêneros (cf. TAB. 19 e 26), expressando o grande peso que esses estabelecimentos fabris têm para o I DIC, para Maracanaú e para o Ceará como um todo em relação à produção e ao trabalho.

No que tange ao fator trabalho e considerando Maracanaú o *locus* da produção, como vimos anteriormente, é ainda relativamente pouco expressiva a mão de obra local empregada nas indústrias, se considerarmos o total da população economicamente ativa proveniente do Município. As 76 indústrias em funcionamento, identificadas em nossa pesquisa, empregam um pouco mais de 20 mil trabalhadores o que representa em torno de 20% da PEA de Maracanaú. Todavia, quando se trata especificamente do trabalho na indústria têxtil, esta lidera quanto ao número de empregados residentes nesse município. Segundo informações obtidas junto ao Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Maracanaú e Maranguape (2009), 70% da mão de obra das indústrias têxteis do I DIC é oriunda de Maracanaú e o restante, 30%, são moradores de outros municípios metropolitanos, como Fortaleza, Maranguape, Pacatuba e Guaiúba.

Refletindo sobre os dados obtidos da Vicunha Têxtil, indústria representante do gênero têxtil no I DIC, podemos considerar o grau de instrução uma variável significativa para se compreender o porquê de a indústria têxtil empregar o maior número de trabalhadores residentes em Maracanaú. Segundo o Sindicato, o nível de escolaridade exigido por essas indústrias para os trabalhadores da produção é o 2º grau completo. Essa

informação corrobora os dados da TAB. 20, expostos anteriormente, ao demonstrar que o maior número de trabalhadores da indústria está nessa faixa de instrução, daí se inferir que é realmente a indústria têxtil a que apresenta o maior número de trabalhadores moradores de Maracanaú. O confronto dessas informações nos leva a crer que a mão de obra industrial de Maracanaú está predominantemente ocupada nos grandes estabelecimentos têxteis que estão no I DIC, que é, portanto, aquela mão de obra menos qualificada.

FIGURA 21 – Circuito de exportação e importação de uma indústria têxtil localizada no I DIC



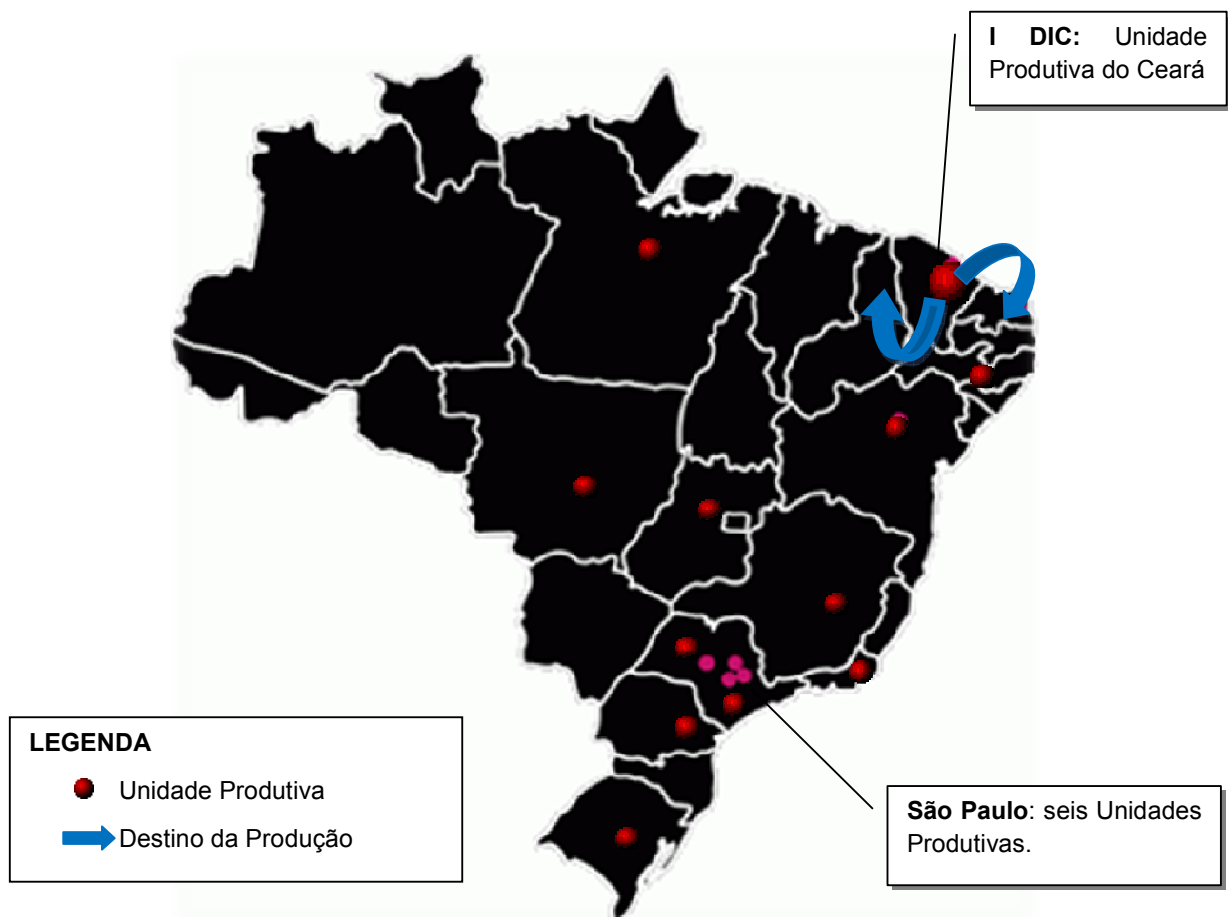
Fonte: Pesquisa direta.

Quanto às relações de complementaridade produtiva e cooperação entre as empresas, o setor têxtil do I DIC apresenta, de certo modo, uma característica que constitui uma especificidade deste distrito industrial. Trata-se do convívio, em um mesmo território, de empresas concorrentes, gerando um ambiente de enorme competitividade, porém usufruindo das mesmas condições locacionais. Este fato nos faz refletir sobre a aplicabilidade do modelo de DI na realidade estudada, uma vez que vai no sentido oposto das características dos distritos industriais definidos por autores clássicos, já tratados neste trabalho.

Outra empresa de âmbito nacional com estabelecimento no I DIC é a ORTOBOM, uma das maiores fabricantes de colchões e travesseiros do Brasil. A empresa é a única representante do gênero de mobiliários no I DIC, possuindo uma filial produtiva própria que fabrica colchões, bicamas, travesseiros, almofadas, entre outros produtos do gênero. No total, a empresa possui 16 fábricas localizadas nos principais estados brasileiros. Cada fábrica atende especificamente a um determinado mercado, a exemplo da filial cearense localizada no I DIC. Isso implica uma nova racionalidade produtiva no território, onde, nesse caso, a produção e a gestão da empresa são repartidas pelo território nacional, visando a atender a demanda com maior eficiência. No estabelecimento visitado, funcionam os setores industrial e comercial da empresa, responsáveis pelo abastecimento do mercado consumidor dos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte (cf. FIG. 22).

A localização de unidades produtivas em lugares estratégicos no País funciona de forma que possam atender a todo o território nacional ensejando uma rede de fluxos com pontos por todo o País (cf. FIG. 22). Tomando o exemplo da unidade produtiva localizada no I DIC, que atende a três estados nordestinos, podemos entender que, de um total de 16 UP's e de 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, cada UP atende uma média de dois estados brasileiros.

FIGURA 22 – Localização das fábricas da Ortobom no Brasil, com destaque para a unidade regional cearense localizada no I DIC.



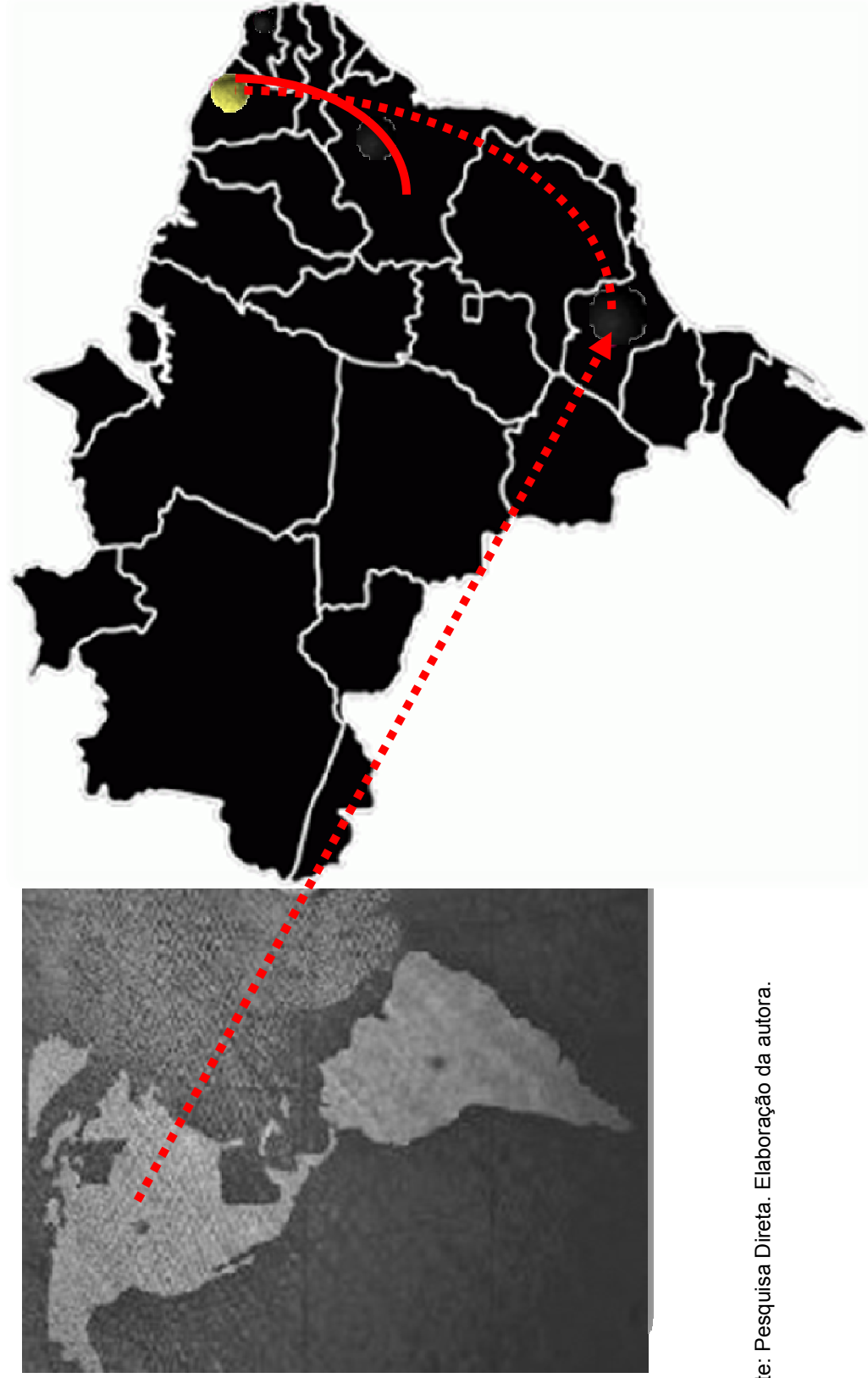
Fonte: Pesquisa Direta. Elaboração da autora.

A fábrica em funcionamento no I DIC desde 1986 produz sua principal matéria-prima, a espuma, usada na fabricação dos colchões e travesseiros que também são fabricados nessa unidade. Outros tipos de espuma também são produzidos nessa fábrica para servirem de matéria-prima complementar à produção de outras empresas, como a Vulcabrás (Horizonte), a Dakota (Maranguape), a Jobek do Brasil (localizada no DI-2000, em Maracanaú) e a Assolan (para confecção das esponjas de limpeza), o que insere o I DIC no circuito produtivo metropolitano. O setor comercial, responsável pela comercialização dos produtos e pela compra de insumos, também gerencia 55 lojas nos três estados brasileiros retrocitados. Os produtos exclusivos e mais sofisticados são encontrados unicamente nas lojas do grupo, enquanto os mais simples são vendidos apenas em grandes redes varejistas. Já a concepção dos produtos, a tecnologia utilizada, o *marketing* e o gerenciamento do capital da empresa são comandados pela matriz, localizada em São Paulo, onde também está situado o maior número de unidades produtivas.

A empresa importa da América do Norte os principais componentes químicos utilizados na fabricação da espuma, principal matéria-prima dos colchões e travesseiros⁷⁰. O circuito das matérias-primas dessa filial da empresa no I DIC pode ser observado na FIGURA 23. Esses insumos, apesar de importados, chegam até a filial local oriundos já de outras filiais do Sudeste e de Salvador, através de transporte rodoviário feito por uma transportadora. Os demais componentes utilizados na fabricação dos produtos provêm de outros estados brasileiros. São utilizados tecidos fabricados por outra indústria da empresa, a ORTOFIO, linhas, fitilhos, madeira (para as camas box e os colchões ortopédicos, que vêm de uma madeireira terceirizada), cantoneiras, pés metálicos e molas (que vêm de outra filial em Salvador).

⁷⁰ Os principais componentes químicos são o poliisocianato, isocianato e o tolueno diisocianato (TDI), que formam o poliuretano, principal componente químico da espuma. Outros componentes são água, amina, estanho, cloreto de metileno, silicone e pigmentos. Com exceção da água, o restante vem da filial Salvador.

FIGURA 23 – Amplitude do circuito das matérias-primas da Ortobom - CE



Fonte: Pesquisa Direta. Elaboração da autora.

A produção é feita de acordo com a demanda de mercado e é produzida em um curto período, em espaço que abrange poucos metros quadrados. Esse ritmo produtivo é considerado pela empresa como a verdadeira aplicabilidade do modelo *just-in-time*. A empresa pauta sua produção na consolidação das chamadas PUP's – pequenas unidades produtivas - que obedecem a uma forma produtiva enxuta e ágil na produção da matéria-prima ao produto final, conforme podemos observar no QUADRO 3.

QUADRO 3

Processo produtivo da filial da ORTOBOM no I Distrito Industrial do Ceará

Espuma	
Galpão 1	Função
Produção e secagem da espuma	A parte da produção abrange poucos metros quadrados de área com primeiro galpão destinado a <u>produção e secagem da espuma</u> que é produzida em grandes paralelepípedos e em rolos. Nesse setor, existe uma grande “batedeira” que mistura os produtos químicos nas formas até dar a consistência da espuma desejada. Em seguida, em altíssima temperatura, a espuma é desenhada e posta para a secagem natural que leva em média de 48 a 72 horas.
Galpão 2	Função
Armazenamento da espuma	As espumas em formas retangulares já prontas para a fabricação ficam armazenadas onde, pouco a pouco, elas são levadas pelas empilhadeiras para o setor de corte dos colchões, que fica num galpão mais rebaixado. Ao mesmo tempo, as espumas cilíndricas são cortadas de forma a se tornarem grandes rolos, parecidos com grandes papéis higiênicos.
Galpão 3	Função
Costura do forro	A espuma finíssima é costurada em máquinas de costura enormes com os tecidos para formar o <i>matelassê</i> , tecido, ou material congênere, acolchoado e preso ao forro por pespontos, formando desenhos em relevo. Esse tecido é usado para forrar os colchões.
Galpão 4	Função
Produção dos colchões e camas	Enquanto alguns operários unem a espuma às molas (fabricação de colchões de mola), a espuma a uma armação de espuma mais densa (colchões comuns) e outros unem a espuma à caixa de madeira (colchões ortopédicos), outros operários, munidos de máquinas de costura industrial de grande porte, recebem o colchão já armado e costuram o <i>matelassê</i> e o <i>fitilho</i> em volta do colchão. As camas box são feitas da união de um colchão mais aperfeiçoado com uma armação de madeira coberta de <i>matelassê</i> afixada abaixo desse colchão. Em seguida os colchões passam para um operário que dá os últimos retoques.
Galpão 5	Função
Distribuição do produto	Os produtos são embalados e colocados à espera de caminhões terceirizados que transportarão o pedido às lojas.

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração da autora.

Quanto à origem da maquinaria utilizada pela produção da empresa, 60% das máquinas provêm das regiões Sul e Sudeste, principalmente, dos Estados do Paraná e São Paulo. Os demais 40% são de origem japonesa. A maioria é máquinas de corte de espuma e de costura pesada, além dos equipamentos de fabricação da espuma. A maquinaria é comandada por um número reduzido de trabalhadores, todos do sexo masculino. A indústria ocupa no total 304 empregados, dos quais 155 estão diretamente envolvidos na produção e nas funções de costureiro, carregador, operador de máquinas, entre outros, cuja média salarial não ultrapassa os três salários mínimos e meio. Já os empregados do setor comercial, administrativo e técnicos especializados chegam a receber em média acima de cinco salários mínimos.

Em relação à escolaridade, a maioria dos trabalhadores do chão de fábrica tem apenas o ensino fundamental completo, sendo que 70% trabalham na produção e residem em Maracanaú. A mobilidade desses empregados no trajeto residência-trabalho é subsidiada pelo vale-transporte, mas somente para aqueles que não residem no Município e/ou para aqueles que moram nos bairros mais distantes da fábrica. Os demais utilizam, principalmente, a bicicleta para ir ao trabalho.

A CIA METALIC DO NORDESTE foi outra empresa pesquisada e uma das mais expressivas dentre as indústrias metalúrgicas do I DIC. É uma subsidiária da CSN que, por sua vez, tem a família Steinbruch como sua maior acionária.

A empresa iniciou as atividades no I DIC em 1997, recebendo incentivos do Governo do Estado por meio do PROVIN. Dessa forma, a empresa pôde aplicar maior soma de seu capital -- cerca de 70 milhões de dólares -- na construção da planta industrial⁷¹ e na aquisição da maquinaria de alta tecnologia e, portanto, poupador de mão de obra. Isso nos leva a refletir sobre o real papel dos incentivos fiscais e isenções de impostos na atração desses empreendimentos cujo objetivo apregoado é o de gerar empregos para a população local. Ao que parece, o efeito

⁷¹ A fábrica possui área total de 100 mil m², sendo que apenas 22 mil m² são de área construída.

dessa política de benefícios fiscais acontece no sentido inverso. Em vez de ensejar maior número de empregos, promove uma redução destes, quando o trabalho intensivo do homem é substituído pelo trabalho das máquinas. Por outro lado, a baixa qualificação da população local torna-se um problema e é considerada um obstáculo para maior inserção dos moradores do Município nas indústrias do I DIC.

A METALIC é a única empresa no Brasil a produzir embalagens de aço para bebidas e também a única do tipo no Grupo CSN. Fabrica dois produtos: *latas de aço*⁷² e *tampinhas de alumínio*⁷³. Em 1997, ano de sua implantação no I DIC, a capacidade de produção instalada era de 48 milhões de latas por mês. Com a ampliação de seu mercado consumidor ao longo dos anos, foi criado, em 2001, o método produtivo denominado *Speed-up*, que elevou a capacidade de produção da empresa para 75 milhões de latas por mês, reforçando as razões para um alto investimento em capital intensivo.

A maquinaria utilizada pela indústria é toda de origem estrangeira. Cerca de 83% são de origem estadunidense (Stolle Machinery), 11% de procedência alemã e 6% oriundos da Suíça (Sandvik Hard Materials). A produção segue o padrão europeu, utilizando também matérias-primas e insumos aprovados e certificados pela própria indústria europeia. A maquinaria é toda “de ponta”⁷⁴, o *processo de produção completamente automatizado onde a máquina é, ao mesmo tempo, responsável pela produção e por grande parte do controle de qualidade dos produtos*. Assim sendo, o processo produtivo necessita de pouca mão de obra o que

⁷² A lata produzida pela indústria tem o padrão de 350 ml (12 fl.oz), que é o tamanho mais comum utilizado por fabricantes de cerveja, refrigerantes e sucos. Segundo informações dadas pela empresa quando de nossa visita, a lata de aço apresenta muitas vantagens, como: conveniência para consumo imediato e mais leveza, principalmente para transporte; proporciona um resfriamento mais rápido e torna a bebida mais segura e saudável; requer menos espaço nas prateleiras e diminui a perda na estocagem do produto; o fabricante de bebidas pode exibir um rótulo que aproveita 100% da lata e é melhor para trabalhos gráficos; o aço é 100% reciclável.

⁷³ A tampa de alumínio é tanto utilizada em latas de aço como as de alumínio e são fabricadas nas cores prata e dourada (exceto os anéis (*tab*) da tampa que podem ser coloridos quando o fabricante da bebida as utiliza como parte de uma campanha promocional). As tampas podem ser comercializadas separadamente da lata. A tampa produzida é a SOT (*Stay On Tab*), que apresenta maior facilidade de abertura e preserva o anel junto à tampa. Também tem a tampa LOE (*Large Opening End*), que apresenta 35% mais largura da passagem do líquido.

⁷⁴ A empresa ganhou, em 2003, o Prêmio Máster Ciência e Tecnologia, dado pela UNICAMP e CNPq, por ter sido considerada a empresa do setor de embalagens que mais investiu em tecnologia.

pôde ser observado pelo reduzido número de trabalhadores na produção, por turno. Os poucos empregados convivem com as máquinas apenas passando o comando e supervisionando a produção.

A maquinaria de elevada tecnologia, totalmente estrangeira, faz com que os próprios funcionários sejam capacitados periodicamente para fazer a manutenção das máquinas só recorrendo ao fabricante quando há algum defeito grave. Todos os manuais são traduzidos para o Português, facilitando o entendimento dos funcionários, caso haja defeito, e também auxiliando na manutenção.

As matérias-primas utilizadas pela empresa são o aço⁷⁵ e o alumínio. O aço é oriundo da CSN, no Rio de Janeiro, de onde advém também o comando principal da empresa. Já o alumínio, utilizado na fabricação da tampa, que vem em forma de laminado, é proveniente dos Estados Unidos e da África do Sul. Os tipos de transportes utilizados para o deslocamento dessas matérias-primas são o rodoviário e o marítimo.

As embalagens metálicas e as tampinhas de alumínio destinam-se às indústrias de bebidas para o envasamento de cervejas, refrigerantes e sucos, principalmente, sendo, portanto, produtos complementares de outras linhas de produção. A produção de embalagens tem como mercado as regiões Norte e Nordeste do Brasil, enquanto as tampas de alumínio são exportadas para a América Central e a Europa.

Vale ressaltar que a METALIC é uma das poucas indústrias cujo produto fabricado complementa a produção de outra indústria localizada no I DIC, o que é uma característica pontual entre essas indústrias, como já havíamos mencionado.

A indústria apresenta um total de 217 “colaboradores”,⁷⁶ sendo que 166 deles trabalham no chão da fábrica⁷⁷. A maioria é do sexo masculino e, quanto ao grau de instrução, cerca de 110 deles possuem o ensino médio completo, mas com algum curso profissionalizante, geralmente feito no SENAI.

⁷⁵ O aço utilizado na fabricação das latas é do tipo DWI (*Draw & Wall Ironing*), estampo e estirado. É basicamente uma folha de flandres com características que permitem o estiramento do metal e, com isso, a redução de até 70% da espessura original da chapa (por isso a lata de aço é mais leve).

⁷⁶ Termo dado pela empresa a todos os empregados da fábrica.

⁷⁷ Os turnos de trabalho são: o ADM – 07:30 as 17:20 e o 3/3 – três dias seguidos de 7:40 as 19:40 folgando três dias seguidos.

Quanto aos locais de residência dos trabalhadores, nota-se uma situação inversa em relação ao que acontece nos casos anteriormente descritos. A maioria dos trabalhadores reside em Fortaleza. São 54,3% do total, enquanto os que residem em Maracanaú somam 37,7% e 7,8% são oriundos de outros municípios metropolitanos. Por isso, as rotas de ônibus subsidiadas pela empresa estão mais voltadas para Fortaleza, sendo apenas uma rota para Maracanaú, mas que não contempla o Município como um todo, apenas sua parte central. O ônibus é geralmente utilizado como complemento da rota do ônibus da empresa e, nesses casos, há o subsídio com o vale-transporte, que é pago, em parte, pelo trabalhador. Os trabalhadores residentes em Maracanaú utilizam, em sua maioria, transporte próprio, principalmente a bicicleta. A empresa terceiriza alguns serviços e mão de obra: limpeza, portaria e algumas atividades complementares relacionadas ao produto final (retrabalho).

A empresa justifica como razão, na contratação de trabalhadores em sua maioria oriundos de Fortaleza, o fato de o Município não apresentar uma mão de obra com a qualificação exigida pela empresa.

Convém ressaltar que as empresas apresentadas até aqui, e que são de origem nacional, podem ser consideradas as mais representativas de seu gênero no I DIC e no que tange à amplitude das relações que estabelecem com outras partes do Mundo. A seguir, abordaremos as empresas pesquisadas que se caracterizam como sendo de origem local.

A Indústria Nacional de Acessórios para Irrigação S/A – INAPI situa-se nesse patamar e possui sua única unidade fabril no I DIC. É, portanto, uma indústria de capital cearense que iniciou sua atividade fabril no I DIC em 1990, porém, não se beneficiando de nenhum incentivo fiscal concedido pelo Poder Público, segundo informações da própria empresa.

É também a única no I DIC a fabricar conexões para saneamento e bombas para irrigação. Apesar de ser uma empresa cearense, a INAPI possui seu circuito produtivo totalmente voltado à escala nacional, exceto na composição da maquinaria, que conta com máquinas oriundas da Alemanha. Aliás, percebe-se que há um predomínio de máquinas de origem estrangeira em todas as indústrias

metalúrgicas do I DIC, característica que pode ser associada a fatores como custos, não-fabricação do tipo de equipamento utilizado no Brasil, entre outros fatores.

As principais matérias-primas utilizadas pela empresa são o ferro gusa, resinas, sucatas de ferro e aço, comprados em Minas Gerais, São Paulo e também no próprio Estado do Ceará.

No que diz respeito à mão de obra, o estabelecimento emprega um total de 190 funcionários, sendo que 160 estão diretamente relacionados ao chão da fábrica. Destes, 90% são do sexo masculino, entre os quais 62,5% possuem até o ensino fundamental completo. Percebe-se certo equilíbrio quanto à origem dessa mão de obra: 50% residem em Fortaleza e 50% moram em Maracanaú, sendo que, para a mobilidade residência-trabalho/trabalho/residência, a maioria (81,25%) utiliza o ônibus da empresa.

As Indústrias Elétricas Elite S/A – INELSA, com seu estabelecimento no I DIC, pertence ao ramo de materiais elétricos cuja produção é de caixas metálicas especiais para a instalação de componentes elétricos.⁷⁸ De origem local, tem sua única sede e estabelecimento fabril funcionando no I DIC desde 1988. É, portanto, uma das empresas mais antigas ali instaladas, não tendo também se beneficiado de incentivos fiscais para sua instalação, o que nos parece ser uma característica das empresas de capital cearense.

A INELSA é uma empresa familiar⁷⁹ criada em 1965, que se tornou pioneira na fabricação de subestações e quadros elétricos no Ceará, e é uma das maiores empresas do setor. Antes de sua instalação no I DIC, a empresa tinha sua sede em Fortaleza com um estabelecimento industrial funcionando em uma área de

⁷⁸ Alguns produtos: centro de comando de motores, banco de capacitores automáticos, quadro de bomba, carro de tomadas de segurança, quadro geral de distribuição, mesas de comando, centro de disjuntores, centro telefônico, centro de medição, centro de incêndio, caixas de passagem, caixa para componentes.

⁷⁹ Empresa familiar foi a definição dada pela Sra. Ivamara Silva, pessoa muito simpática e receptiva que nos recebeu, apresentando-nos a empresa. Inicialmente, tínhamos marcado horário com o gerente de produção, mas devido a um contratempo, não pôde nos atender. Tal definição “empresa familiar” advém do fato de ter sido a família Saboya e Silva fundadora da empresa. Com isso, a maioria dos cargos mais altos da empresa está ocupada pelos filhos desta família, no caso os filhos do Sr. José Tomé Saboya e Silva. Até hoje a empresa é de monopólio da família, mas com participações financeiras de outros sócios (S/A).

apenas 800 m² e com apenas uma dezena de funcionários⁸⁰. Na década de 1970, foi então elaborado o primeiro projeto de ampliação da empresa, implicando a necessidade de triplicar a planta industrial para tornar possível o aumento da produção. No final da década de 1980, foi elaborado um novo projeto, possibilitando a ampliação e realocização da empresa quando esta passou a funcionar no I DIC. Em outubro de 1988, a INELSA passou a desenvolver suas atividades nesse novo endereço, agora com 28.000 m² de terreno e 6.000 m² de área construída. De acordo com material fornecido pela empresa, em função de maior participação e das exigências do mercado, a INELSA em 1998 iniciou, através de técnicos especializados e da participação de seus recursos humanos, a implantação das normas que estabelecem as condições de qualificação por meio da "ISO 9002" e de um programa complementar destinado à busca permanente da qualidade total.

As matérias-primas utilizadas pela empresa são chapas de aço, alumínio e aço galvanizado originários da China e também do Brasil. A produção tem como único destino a Região Nordeste, sendo que a empresa tanto produz como comercializa seus produtos. Os pedidos são feitos diretamente à fábrica, que planeja juntamente com o cliente o produto desejado, ou seja, os produtos, na maioria das vezes, são personalizados. Algumas indústrias localizadas no I DIC consomem os produtos da INELSA quando estão reformando ou ampliando suas plantas industriais. Conforme nos foi informado, ainda existem outros compradores fora do I DIC, que são clientes da referida empresa, tais como: COELCE, Grupo Edson Queiroz, Grupo J. Macedo, Grupo Vicunha, EIM, Centro Empresarial Clóvis Rolim, Hotel Marina Park, Siemens, Shopping Iguatemi, Moinho Dias Branco, Coca-Cola, Banco do Brasil, Beach park, Instituto José Frota, Hotel Caesar Park, Normatel, Construtora Nossa Senhora de Fátima, UNITEC, Colégio 7 de setembro, GRENDENE, Aço Cearense, Bom Preço, Extra, Construtora Sucesso, construtora Mendonça Aguiar, SERT, dentre outros. Tanto o transporte da matéria-prima até a indústria como o transporte dos produtos para o mercado consumidor são feitos por

⁸⁰ A empresa servia no primeiro momento somente de apoio à empresa comercial do fundador, senhor José Thomé de Saboya e Silva, pai de dois dos atuais diretores: José Frederico Thomé de Saboya e Silva (Diretor Superintendente); José Armando Thomé de Saboya e Silva (Diretor Industrial).

dois tipos principais de meios de transporte: o aéreo e o rodoviário que, neste caso, tanto pode ser próprio como realizado por transportadora.

Quanto à mão de obra, a INELSA conta com 105 empregados, trabalhando diretamente na fábrica, e com outros 612, considerados empregos indiretos, que são trabalhadores fora da fábrica que não possuem vínculo com a empresa e, portanto, têm a função de comercializar os produtos. Do total, são 72 trabalhadores no chão da fábrica sendo todos do sexo masculino. A parte administrativa soma 33 empregados. Já em relação ao grau de instrução dos trabalhadores da fábrica, cabe destacar o fato de que 49 deles possuem o ensino fundamental completo, 43 o ensino médio completo e apenas cinco são técnicos, 12 graduados e apenas um com especialização.

A maioria dos trabalhadores reside em Fortaleza, ou seja, 51% do total. Em Maracanaú, residem 42%, em Pacatuba, 6%, enquanto o restante, 0,8%, reside em Guaiúba.

Quanto ao meio de transporte utilizado pelos trabalhadores no deslocamento casa/trabalho, 27% deles utilizam o próprio ônibus da empresa, principalmente aqueles que moram em outros municípios. Os que usam transporte coletivo chegam a 29% do total; porém, a maioria utiliza transporte próprio sendo que 16% possuem carro e 27% utilizam a bicicleta para se deslocar até a indústria.

Quando perguntamos ao entrevistado acerca das vantagens e desvantagens da indústria estar alocada em um distrito industrial com sua localização em Maracanaú, a resposta gravitou ao redor de maiores possibilidades de expansão, em virtude da grande disponibilidade de área para isso. Como ponto negativo, foi relatada a dificuldade de acessibilidade, principalmente para pedestres, em razão da falta de linhas de transporte coletivo, o que dificulta o acesso de pessoas, agravada ainda pela insegurança, comentando-se sobre os diversos assaltos que acometem os funcionários.

Além das empresas de âmbito nacional e das empresas locais, destacam-se, ainda, no I DIC, empresas cujo capital é estrangeiro. É o exemplo da NUFARM LIMITED, antes AGRÍPEC.

Fundada em 1962, no Ceará, a Empresa AGRYPEC, de relevância nacional, foi pioneira na produção de defensivos agrícolas. Em 1986, ainda como AGRYPEC, instalou-se no I DIC, tornando-se uma das maiores empresas do setor químico do local. Em 2004, a empresa inseriu-se no mercado internacional com a venda de metade de suas ações ao grupo australiano NUFARM LIMITED, sendo que, em 2007, este mesmo grupo efetuou a compra total da AGRYPEC, mudando imediatamente a razão social para NUFARM – Indústria Química e Farmacêutica S/A.

O estabelecimento industrial em funcionamento no I DIC é o único da empresa no Brasil, o que reforça o entendimento de que o I DIC é um território produtivo inserido de forma contundente na escala de relações da empresa, quando esta passa a localizar sua única unidade produtiva brasileira no Ceará.

A seguir, apresentamos o circuito espacial do comando e da produção da empresa, representado também nas FIGURAS 24 e 25.

- 1 Com sede em Melbourne a NUFARM LIMITED possui 14 fábricas e 20 escritórios comerciais localizados em vários países. O gerenciamento de todos esses estabelecimentos advém da sede australiana, que estabelece o comando da produção e, posteriormente, da distribuição, mediante o fluxo de informações com os escritórios comerciais.
- 2 No Brasil, a empresa possui um estabelecimento industrial, localizado no I DIC, responsável apenas pela fabricação de produtos como remédios veterinários, defensivos agrícolas para as culturas de citros, cana-de-açúcar, café, milho, tomate, feijão, soja, algodão e batata; no entanto, existe uma hierarquia de comando na produção e na distribuição. O comando parte da sede do grupo na Austrália até o escritório gerencial que fica em São Paulo. É nesse Estado onde são feitas as negociações de compra de insumos e de venda de produtos. Depois de estabelecidas todas as transações, os insumos e demandas são direcionados para a unidade produtiva no I DIC.
- 3 Os insumos são direcionados à fábrica, oriundos, em escala nacional, de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, via

transporte terrestre. Já no contexto internacional, algumas matérias-primas advêm da China, Índia e parte da Europa, via cabotagem. Vale ressaltar que os insumos provenientes desses países não são direcionados diretamente à fábrica. Antes, são encaminhados ao porto de Santos, em São Paulo e, somente depois, é que seguem via terrestre para a fábrica no Ceará.

- 4 Quanto ao destino da produção, a empresa exporta seus produtos para todo o Brasil, porém, antes de chegar ao consumidor final, os produtos são direcionados para os cinco centros de distribuição, localizados nos estados brasileiros de São Paulo, Ceará, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Cada Centro de Distribuição abastece uma dada região do País. Os representantes comerciais atuam, por outro lado, comercializando os produtos para os consumidores mais pontuais espalhados pelo território nacional.

A empresa possui cerca de 240 funcionários, a maioria envolvida diretamente na produção e, nesta, todos são do sexo masculino. O grau de instrução mínimo exigido pela empresa para os funcionários da produção é o ensino médio completo, e o ensino superior especializado para os que trabalham no laboratório.

Quanto ao local de residência desses trabalhadores, há uma especificidade que enseja uma diferenciação. Segundo informações obtidas, 100% dos funcionários do setor administrativo residem em Fortaleza, portanto, essa mão de obra oriunda da Capital é considerada como a que apresenta melhor qualificação. Já os trabalhadores envolvidos diretamente na produção residem, em sua maioria, em Maracanaú, e um pequeno número é procedente de outros municípios metropolitanos, como Maranguape, Caucaia e Pacatuba.

É interessante ressaltar que as rotas traçadas pelos ônibus da empresa contemplam todos os conjuntos habitacionais de Maracanaú e uma rota para os demais municípios, inclusive a Capital. Aqueles que não utilizam o transporte da empresa usam transporte próprio e, nesses casos, a empresa fornece vale-transporte ou vale-combustível. Segundo informações, apenas os funcionários

terceirizados usam a bicicleta para se deslocarem até o trabalho, pois não recebem o vale-transporte nem outro tipo de subsídio.

FIGURA 24 – Circuito espacial do comando e da produção de uma empresa de capital internacional

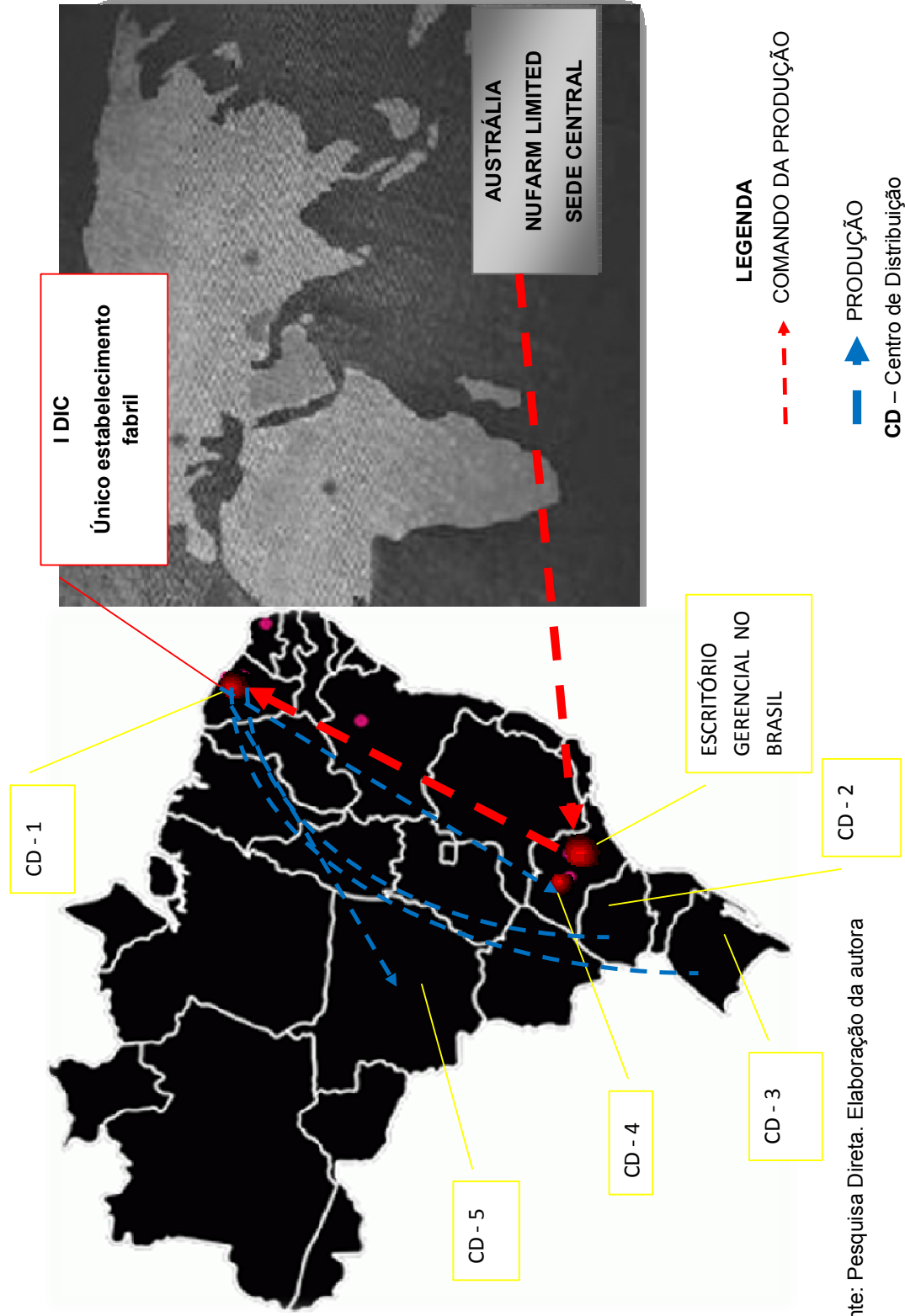
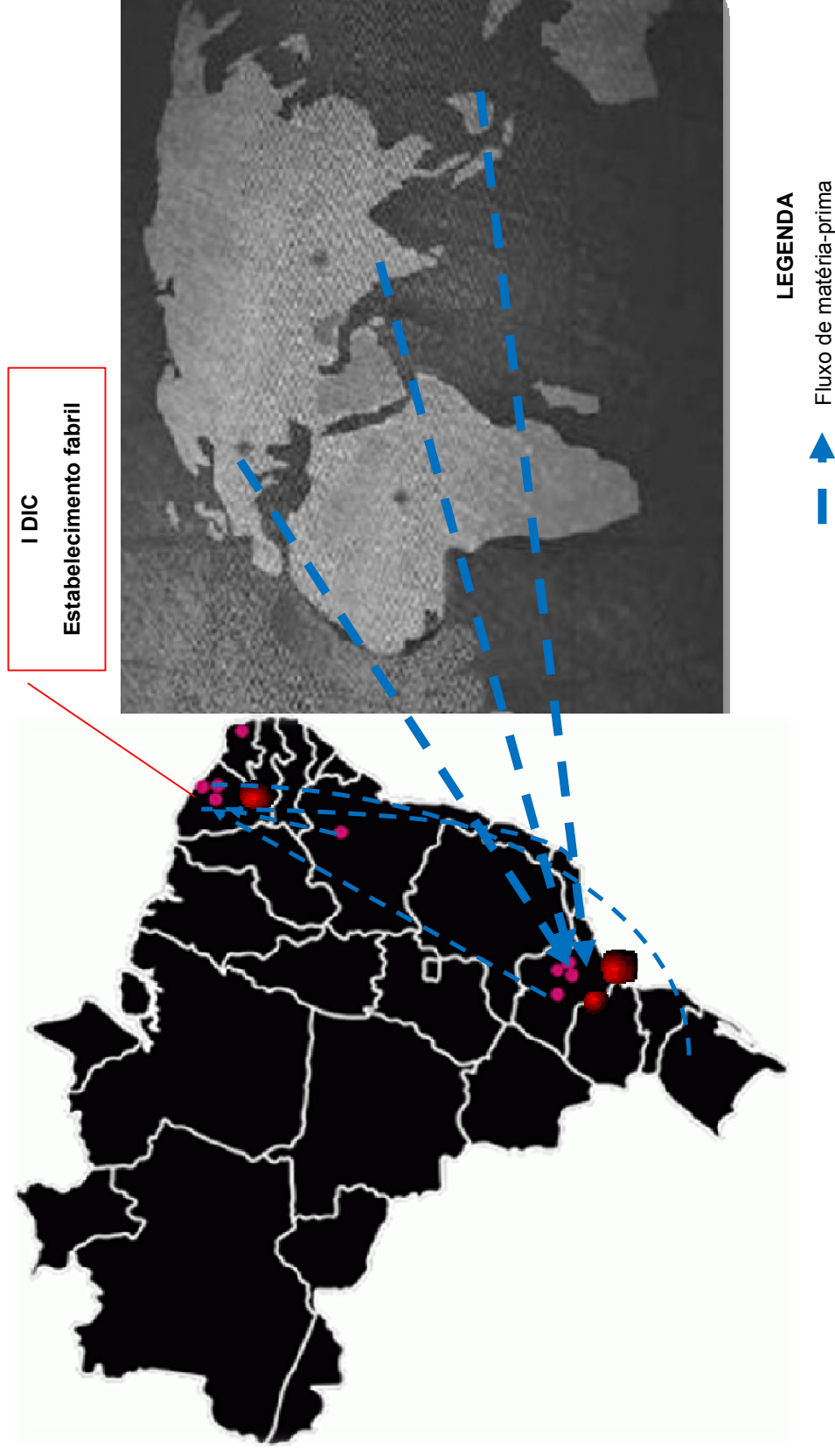


FIGURA 25 – Circuito da matéria-prima de uma empresa de capital internacional



Fonte: Pesquisa direta. Elaboração da autora.

Como ficou evidente, o I DIC abriga predominantemente a indústria de transformação, entretanto, encontram-se alojados ali outros estabelecimentos voltados para o comércio e a prestação de serviços, porém não exercem nenhuma complementaridade em relação a indústria de transformação locada no I DIC, com exceção de algumas transportadoras. Este fato é mais um indicador da descaracterização desse território como distrito industrial nos modelos aqui comentados, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico.

Um exemplo dessa descaracterização é a R. Schuch Construções Ltda, de origem cearense. Essa empresa atua no setor da Construção Civil, terceirizando equipamentos e mão de obra especializada. Criada em 1999, no Município de Eusébio, mudou-se para o distrito de Pajuçara, em Maracanaú, em 2003, sendo que, em junho de 2007, instalou-se no I DIC em um prédio alugado onde funcionava outra empresa do setor alimentício. Sem contar com nenhum incentivo ou interferência por parte do Estado e do Município, ou seja, pela própria iniciativa da empresa, esta se instalou no I DIC a fim de obter maior proximidade com sua clientela que, atualmente, é a própria Prefeitura Municipal de Maracanaú. Percebe-se que esta é uma característica da R. Schuch, ou seja, estabelecer certa mobilidade a fim de se beneficiar da proximidade com seu mercado e utilizar mão de obra local, temporariamente. Quanto a esse último fator, é interessante ressaltar que, no momento da pesquisa, a empresa contava com 103 funcionários, sendo que esse número é alvo de variação, dependendo do porte da obra em que essa empresa está responsável em desenvolver. Assim como a contratação, a remuneração também é definida de acordo com o porte da obra com a qual esta empresa está comprometida.

No que tange ao local de residência dos trabalhadores, uma característica importante que realça o papel da escala local na trama de relações escalares é o fato de a empresa contratar a mão de obra menos qualificada e, conseqüentemente, menos remunerada, próximo ao local das obras de sua responsabilidade, no caso, a mão de obra é totalmente oriunda de Maracanaú. Tal estratégia, que permeia não só essa empresa, mas a maioria das que estão em funcionamento no I DIC, visa a reduzir os gastos com a mão de obra tendo em vista também o fato de que a empresa só fornece vale-transporte a um número reduzido de trabalhadores que

moram em outros municípios metropolitanos, como Pacatuba, Maranguape (os mais próximos de Maracanaú) e Fortaleza, sendo que desse último município advêm os funcionários administrativos.

Enfim, procuramos tecer, com base nos exemplos descritos, o modo como as indústrias hoje atuantes nesse território produtivo, denominado distrito industrial, o relevam, no plano relacional, perante as escalas geográficas aqui consideradas: a local, a nacional e a internacional. Mesmo não contemplando nesta pesquisa todas as indústrias que funcionam no I DIC, sequer a maioria delas, acreditamos que a amostra pesquisada – cerca de 10% dos estabelecimentos fabris identificados – chega o mais próximo possível da compreensão dos processos que acontecem nesse território, haja vista o fato de que essas indústrias estão entre as hegemônicas de cada setor e que usam o território de forma diferenciada, mas que, de uma forma ou de outra, estão inseridas no amplo circuito da produção e da acumulação capitalista.

A análise mais aprofundada das indústrias há pouco descritas, bem como o conhecimento do arranjo territorial como um todo, mediante as observações de campo, nos permitiu compreender que, esse distrito industrial guarda características que o destacam no contexto nacional, regional e local e o diferenciam do conceito anteriormente exposto.

Mesmo predominando estabelecimentos voltados apenas à produção, estes assumem papel fundamental no circuito espacial da produção, por serem, na maioria dos casos, os estabelecimentos fabris da empresa, principalmente daquelas cuja origem é nacional ou estrangeira que escolheram o Ceará e, especificamente, o I DIC, para ser o *locus* do produzir, garantindo intensamente o uso do território; ou seja, empresas que centralizam sua produção nesse território, promovendo, assim, uma verticalização produtiva que acontece em todos os níveis escalares, mediante incisiva ação do Estado, principal ator social que age na atração desses estabelecimentos.

Apesar do paradigma que afirma serem os distritos industriais compostos por empresas cuja ação pauta-se no modo de produção capitalista flexível, percebemos, mediante pesquisa de campo e ante a miscelânea de gêneros

produtivos, que a estrutura produtiva do I DIC apresenta um conjunto de transformações organizacionais e técnicas de produção que nada, ou quase nada, lembra um processo de horizontalização da produção. Ao contrário, o que se intensifica cada vez mais é o uso do território por meio da verticalização da produção, principalmente nas indústrias de origem nacional e internacional, a exemplo de Vicunha Têxtil, Metalic, Ortobom e Nufarm. Vale destacar ainda o papel exercido pelo Sudeste como centralizador dos processos de gerenciamento dessas indústrias. Esse processo leva as indústrias situadas no I DIC a se relacionarem com outras que fazem parte do mesmo processo produtivo tanto a montante como a jusante, localizadas em outras parcelas do Globo. Assim, não podemos falar dessas indústrias no I DIC sem nos remeter às suas outras escalas de atuação.

Já as empresas de origem local, apesar de não apresentarem, da mesma forma que as de origem nacional e estrangeira, uma produção horizontalizada, agregam em um mesmo espaço as funções de comando e produção, atingindo o limite da escala regional ou local no que tange as relações produtivas. São os casos da INAPI e da INELSA.

Quanto ao emprego da mão de obra, a amostra pesquisada foi suficiente para detectar o papel do Município na composição da estrutura produtiva existente no I DIC. A mão de obra empregada na indústria e que reside em Maracanaú não é predominante no montante de indústrias em funcionamento I DIC. Não obstante as indústrias têxtil, química e metalúrgica serem predominantes, apenas a primeira responde pelo maior número de trabalhadores oriundos de Maracanaú que ocupantes de cargos que exigem menor qualificação por apresentarem, em sua maioria, baixo nível de instrução. A mão de obra mais qualificada, quando não é oriunda de Fortaleza, é trazida de outros estados. Há também a diferenciação salarial entre trabalhadores procedentes de outros estados, principalmente do Sudeste, e os de origem local, que exercem as mesmas funções em uma dada empresa, sendo que os primeiros possuem melhores salários do que os últimos.

Quanto aos atores sociais – Estado, empresas e coletividade – a relação entre eles ocorre ainda horizontalmente, ou seja, são estabelecidas relações de

parcerias e sinergias ainda que seus objetivos sejam diferentes, o que redefine o papel da escala local na dinâmica do I DIC.

Essas e ainda outras questões mais bem explicitadas na parte conclusiva deste trabalho, a seguir.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerada a discussão empreendida até aqui, torna-se imprescindível retomar alguns pontos a fim de tecermos as considerações finais deste trabalho. Não obstante sabermos que os fatos por nós analisados ocorreu de forma interligada, os destacaremos separadamente, ressaltando sua importância entre as inúmeras possibilidades levantadas por esta pesquisa.

a) O I DIC foi criado no contexto do planejamento governamental que predominou no Brasil, com início na década de 1960, com a realização dos planos de desenvolvimento postos em prática em diversas escalas, estando a criação do I DIC inserida no planejamento de escala estadual.

Após longo período de estagnação, o I DIC só veio apresentar uma maior concentração de estabelecimentos e de gêneros industriais em meados da década de 1980. Acredita-se que este acontecimento está atrelado a um contexto mais amplo de mundialização da economia, que promoveu uma expansão dos fluxos comerciais, dos investimentos estrangeiros diretos e das transações financeiras internacionais, atrelados à ação do Estado na promoção de uma política de incorporação dos elementos desse novo momento que caracteriza a economia brasileira. O I DIC apresentou-se como uma forma de localização industrial promissora para o Ceará haja vista o crescente número de indústrias que, desse momento em diante, vieram se instalar no Estado.

O I DIC se consolida atrelado ao mecanismo de incentivos fiscais e, principalmente, isenção de ICMS, política essa não restrita apenas ao Ceará, uma vez que se tornou uma prática entre os estados brasileiros e, em especial, os nordestinos. Esse mecanismo, metaforicamente chamado de guerra fiscal, foi também entendido por Milton Santos (2004), com base numa leitura geográfica, como *guerra dos lugares*, por configurar disputa entre os estados brasileiros pelos investimentos industriais.

Levando em conta o fato de que, nos últimos anos, outros espaços cearenses foram evidenciados dentro e fora da RMF para a localização industrial, podemos garantir que o I DIC é objeto desses efeitos, uma vez que

constatamos uma redução no número de indústrias a partir de 2003, além de observarmos uma descaracterização recente de sua estrutura com a implantação de outras atividades além da industrial.

A ação governamental foi, sem dúvida, fator decisivo na estruturação e conformação do território para atender as novas demandas da acumulação capitalista. Assim, o I DIC, com o passar do tempo, se reestruturou, se ampliou e se consolidou como expressão do vínculo entre a ação governamental por meio do planejamento e da reprodução do capital.

b) Não obstante a dificuldade na obtenção de bibliografia abordando especificamente os distritos industriais, foi possível o acesso a estudos como os de Becattini (2002), Benko (2004), Hissa (2008), Galvão (2000) e a informações sobre outros distritos industriais no Nordeste, que muito contribuíram para as reflexões aqui empreendidas, ou seja, podemos dizer que foram imprescindíveis para compreender melhor o caso aqui estudado.

A conjugação das informações e observações desenvolvidas com a pesquisa nos levou a considerar que o I DIC foi concebido no “sentido ambientalista”, expresso por Fischer (1981, apud FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008, p. 53), ou seja, como um território específico, com infraestrutura específica para abrigar a atividade industrial, seguindo a lógica da localização industrial. Consideramos, entretanto, que ele se consolida indo além desse sentido, haja vista a ação do Estado, viabilizando áreas específicas para a atividade industrial em consonância com as exigências do modo de produção capitalista.

Assim, mesmo tendo sido criado sob essa perspectiva, ao longo dos anos, esse território deixou de ser um mero local de função específica, passando a funcionar como “instrumento de certas estratégias econômicas e espaciais”, haja vista as relações desenvolvidas pelos atores sociais envolvidos na industrialização cearense (FISCHER, 1981, apud FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008, p. 54).

c) As empresas, quando instalaram seus estabelecimentos industriais no I DIC, inseriram-se em outro processo, que compreende as diferentes escalas em que se relacionam e que, segundo Santos (1994), conduzem à

interdependência universal dos lugares, sendo esta, portanto, a nova realidade do território.

Obviamente, as empresas tendem a se beneficiar ao máximo dos incentivos do Estado, que financia a maioria de suas condições de funcionamento. As empresas de origem nacional e estrangeira que instalaram seus estabelecimentos fabris no I DIC assim procederam para melhor atender seus interesses técnicos e organizacionais e retirar do território o máximo retorno as suas demandas voltadas ao processo de acumulação de capital. Ficou evidente, na pesquisa de campo, que as empresas representadas no I DIC inserem esse território em sua lógica de racionalização produtiva, estabelecendo nele suas unidades produtivas.

d) A pesquisa também revelou que o I DIC, por se apresentar como nova possibilidade de localização, atrai o capital internacional, haja vista ser crescente o número de empresas de origem estrangeira que instalam suas unidades produtivas no I DIC ou participam da composição acionária de outras que ali já funcionam. Tal fato leva a uma ampliação das relações que essas empresas estabelecem nas diversas escalas mediante os fluxos materiais (fluxo de matérias-primas e produtos industrializados) e imateriais (gerenciamento empresarial, estabelecimento de mercados mediante compra de insumos e venda de produtos, cotações financeiras etc.). Além disso, o processo produtivo acontece cada vez mais fragmentado em diferentes parcelas do Globo, graças às novas formas da gestão e organização da produção, o *acontecer hierárquico* como resultado da tendência à racionalização, como bem anotou Santos (1994). Apesar de, teoricamente, a nova ordem nos distritos industriais ser a de horizontalizar a produção, característica esta basilar na composição dos distritos industriais nos países desenvolvidos, percebemos que, no caso do I DIC, este participa da linha de produção verticalizada das grandes empresas, abrigando o seu estabelecimento produtivo. Tais relações tornam o território, no sentido clássico, mais fluído à medida que essas relações articulam territórios, sem eliminá-los, dada a forma como se processam, hoje, as relações capitalistas cada vez mais mundializadas.

Podemos observar, ainda, que o fato de as indústrias se localizarem no I DIC tende a não estar mais vinculado à oferta de mão de obra residente em Maracanaú, apesar de ter sido, no início, um dos fatores locacionais mais propagados para a atração de indústrias para o local. Como já afirmamos, no quadro funcional das empresas pesquisadas, a mão de obra do lugar só é predominante naquelas indústrias onde se utiliza a força de trabalho intensivamente – setor têxtil, construção civil. Percebemos, contudo, uma crescente mobilidade de mão de obra para o I DIC oriunda de outros municípios da RMF, principalmente aquela mais qualificada.

e) Na concepção primeira de distrito industrial, tem-se como uma das características principais o fato de que ele proporciona o que muitos chamam de desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento local mediante as relações de complementaridade e cooperação que as empresas alocadas em áreas como estas pudessem desenvolver entre si. Na maioria dos casos empíricos brasileiros, no entanto, incluindo aqui o estudado, essas relações raramente acontecem. Como podem acontecer perante um quadro de constante diversificação produtiva e diferença técnica dentro de um mesmo distrito industrial e que, também, cada vez mais absorve diferentes atividades?

Estamos ciente que o nosso estudo apresenta limitações, todavia, consideramos que apresenta também contribuições, tanto para a Geografia Econômica e Industrial quanto para outras áreas afins, embora reconheçamos que não exploramos todas as possibilidades reveladas nesta pesquisa, o que demandaria maior tempo e que não foi possível em razão dos limites de uma dissertação de mestrado.

Para finalizar, asseguramos que se trata de um trabalho, até certo ponto, pioneiro e cujos dados foram conseguidos com muita dificuldade, haja vista as restrições impostas pelas empresas para nos receber e nos fornecer as informações. Tivemos acesso, todavia, a importantes indústrias em funcionamento no I DIC que nos forneceram informações valiosas para que pudéssemos refletir sobre os importantes aspectos levantados neste trabalho. Cabe ainda ressaltar que as observações desenvolvidas durante as visitas às indústrias nos propiciou um rico contato com a realidade do trabalho industrial, suscitando novas reflexões e interesse em dar continuidade a este estudo,

sobretudo no que tange a mobilidade do capital e da força de trabalho na vertente territorial, o que, certamente, o faremos no programa de doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Nazareno (org.). **Distrito Industrial – 40 anos**, Maracanaú (CE). Tipoprogresso, 2005.

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. **Análise geoambiental como subsídio ao planejamento territorial do município de Maracanaú**. 2005. 235 pp. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Geografia). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005.

AMARAL FILHO, Jair. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico do Ceará. . In: GONÇALVES, Maria Flora (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora da UNESP: ANPUR, 2003. 387 – 420 pp.

ALMEIDA, Rômulo. O Nordeste numa visão do processo da economia brasileira. In: **Nordeste: reflexões e debates**. MONTENEGRO, Pedro Paulo (Org.). Fortaleza, Edições UFC; Brasília, PROED, 1984. 64-74 pp.

AMORA, Zenilde Baima. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. São Paulo, USP, 1978 (Dissertação de mestrado).

_____. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzachiello da (et. al.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. (org.) [et. al.]. **O fiar e o tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará**. Fortaleza: SINDITÊXTIL/FIEC, 2002.

ARAÚJO, Iara Maria de. Relações sociais e vida econômica: a dinâmica de um aglomerado industrial. In: ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira; RODRIGUES, Léa Carvalho (Orgs.) [et. al.]. **Transformações no mundo do trabalho: realidade e utopias**. Fortaleza: Editora UFC, 2005. 199-222 pp.

ARAÚJO, Tânia Barcelar. Nordeste, nordeste: que nordestes. In: **Desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAF/UNESP, 1995.

AZZONI, C. **Indústria e reversão de polarização no Brasil: o caso do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1985, Tese (Livre docência em economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia A. SANTOS, Milton. **A construção do espaço**. São Paulo, Nobel, 1986. 1 -24 pp.

BECATTINI, Giacomo. Del distrito industrial Marshalliano a <<La teoria Del distrito>> contemporânea. Uma breve reconstrucción crítica. **Investigaciones Regionales**. Asociación Española de ciência regional. Número 001, p. 9-32, otoño, 2002.

BENEVIDES, Irileno Porto. **Desequilíbrios Regionais**. Fortaleza: IPLANCE, 1994.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **La science régionale**. Paris: Press Universitaires de France, 1998. pp. 95 – 121.

_____. Murano et lês verriers: um district industriel pás comme lês autres. In: **Terra Livre**, Joãoia, v. 2, n. 23, p. 15 – 34, jul – dez/2004.

BESSERA, Fábio Ricardo Silva. **Espaço, indústria e reestruturação do capital**: a indústria de calçados na região do Cariri – CE. 2007. Dissertação. Mestrado Acadêmico em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2007.

BRITO, Edivânia Oliveira. **O espaço geográfico de Maracanaú: uma contribuição para o ensino de geografia no município**. 2000. Monografia de especialização. NECAD. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2000.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. Planejamento e clientelismo no Nordeste. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. 7º ed. – São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a Geografia).

CARMONA, Rodrigo. Dinâmicas territoriais, políticas públicas e novos sistemas de governança nos Distritos Industriais Italianos (DIIs). In: SILVA, Gerardo & COCCO, Giuseppe (orgs.) **Territórios produtivos**: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006. pp. 11-45.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CATAIA, Márcio. **Território Nacional e fronteiras internas** – A fragmentação do território brasileiro. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996

CHUMVICHITRA, Pichai; TELES, Vladimir Kuhl. Alocação das despesas públicas e crescimento econômico: a trajetória recente do estado do Ceará. In: FILHO, Amaral (Org.). **Federalismo fiscal e Transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2000. 125-147 pp.

COCCO, Marco. SANTOS, Fabiana. LEMOS, Mauro Borges. Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos. In: DINIZ, Clélio Campolina. LEMOS, Mauro Borges. **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 171 - 208 pp.

DI MEÓ, Guy (org.). **Les Territoires du quotidien**. Geographie Sociale, L'Harmattan, 1996.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. **Guia Industrial 2008**. Fortaleza: FIEC, 2008.

_____. **Empresas exportadoras e importadoras 2006**. Centro Internacional de Negócios – CIN. Fortaleza, fevereiro de 2007.

FERNANDES, Ana Cristina. CANO, Wilson. O movimento do pêndulo: justiça social e escalas espaciais do capitalismo contemporâneo. In: DINIZ, Clélio Campolina. LEMOS, Mauro Borges. **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 253 – 286 pp.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 2001. Tese. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil**. [s. l./s.d.].

FIRKOWSKI, O. L. C. de F; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.) **Indústria, ordenamento e território: a contribuição de André Fischer**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008 (Geografia em movimento).

FISCHER, André. **Industrie et espace géographique. Introduction á la géographie industrielle**. Paris: Masson, 1994.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 1 (89), janeiro-março/2003.

FONTELES, Jacqueline Rios. **Tendências de terceirização nas indústrias têxteis de Maracanaú – CE**. 1999. 17-35 f. Monografia. Pós-graduação em Administração de Recursos Humanos. Universidade Federal do Ceará e Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Fortaleza, 1999.

FONTENELE, Maria Luiza (et. al). **Inserção internacional da economia cearense: potencialidades e limites para o crescimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GALVÃO, O. J. A. **“Clusters” e distritos industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de política**. Planejamento e políticas públicas, UFPE, n. 21 – jun-2000.

GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: DIFEL/Difusão, 1968.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HISSA, Hélio Barbosa. **Clusterização como nova trajetória do capitalismo industrial no Brasil.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/3972/1/clusterizacao-como-nova-trajetoria-do-capitalismo-industrial-no-brasil/pagina1.html>. Acesso em: 29 ago 2008.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste brasileiro.** Sobral: conexão lugar/mundo. 2007. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2002 – 2006.** Fortaleza, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Boletim do Comércio Exterior.** Jan – Maio/2008. Fortaleza, 2008.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

KON, Anita. **Economia industrial.** São Paulo: Nobel, 1999.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres:** problemas da industrialização no Terceiro Mundo. Tradução de Catherine Marie Mathieu. São Paulo: Nobel, 1988.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

MARACANAÚ Prefeitura Municipal. Termo de referência do Plano Diretor de Maracanaú, 1995.

_____. Lei n. 733 de 13 de julho de 2000. Lei de uso e ocupação do solo de Maracanaú. **Maracanaú,** Ceará. 13 jul. 2000.

MATTOS, M. M. C. L. Os distritos industriais italianos (DII's): uma abordagem institucional preliminar para dialogar com a experiência brasileira. In: SILVA, Gerardo & COCCO, Giuseppe. (orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006.

MENDES. Marília Colares. **Metropolização e indústria:** Maranguape no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza. 2006. Dissertação. Mestrado Acadêmico em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** a pesquisa qualitativa em saúde. 4. Ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1996.

NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Comportamento social e trabalhista**. Relatório executivo de observação – Vicunha Têxtil S/A Ceará. Florianópolis, SC, fevereiro de 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re)ligião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PACHECO, C. A. **Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial**. Texto para discussão. n. 633, Brasília: IPEA, 1999.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIMENTEL, Gladys. Centro foi marco da industrialização da Bahia. **Correio da Bahia**, Bahia, 06 out, 2002. Disponível em: www.achanoticias.com.br/noticia_pdf.kmf?noticia=494260. Acesso em: 23 out. 2008.

PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide**. Basic Book: New York, 1984.

PONTES, Paulo Araújo. **Política industrial do Estado do Ceará: uma análise do FDI/PROVIN (1979 - 2002)**. Fortaleza, CAEN, 2002.

ROSA, Antonio Lisboa Teles da; ALVES, Francisco Ferreira. **Efeitos da globalização sobre a economia cearense**. Fortaleza: Edições INPLANCE, 2001.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, HUCITEC – ANPUR, 1994. 15-20 pp.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Economia espacial: Críticas e Alternativas**. 2 ed. 1 rempr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. (Coleção Milton Santos; 3).

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **A indústria incentivada no Nordeste: as experiências das RM de Salvador, Recife e Fortaleza**. Recife, UFPE, 1994. (Dissertação de mestrado).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Ivaldo. **Síntese da história de Maracanaú**. Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia de Maracanaú, 1992.

SILVA, José Borzachiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Multigraf, 1992.

SILVA, José Borzarcchiello da. A região metropolitana de Fortaleza. In: _____ (et. al.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6 ed. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1985.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Revista Estudos Avançados. 18 (51). 2004. pp. 7-22.

SOUSA, Manoel Alves de. **Maracanaú: História e Vida**: o vôo dos maracanãs auriverdes e o pouso dos ventos da industrialização. Fortaleza: Tropical, 1996.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. **O Ceará no contexto da globalização**. [s. l./s.d.]

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**: Origem e Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Aglomerções industriais**: avaliação e sugestões de políticas. Disponível:http://www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futIndustria_01.pdf Acesso em 29 ago 2008.

SUZIGAN, Wilson. VERSIANI, Flávio R. **O processo brasileiro de industrialização**: uma visão geral. X Congresso Internacional de História Econômica, Louvain, agosto de 1990.

TELES, Glauciana Alves. **Dinâmicas metropolitanas Contemporâneas**: Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza. 2005. 174 f. Dissertação (Análise geoambiental e ordenação do território das regiões semi-áridas e litorâneas), Mestrado Acadêmico em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005.

UNIVERSIDADE Estadual do Ceará. Prova vestibular 2ª fase, 2006.1, 2006.

VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. (Série Monográfica,10).

APENDICE – Questionário aplicado nas empresas



Universidade Estadual do Ceará – UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPq
 Centro de Ciência e Tecnologia – CCT
 Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG

Questionário vinculado à dissertação de mestrado: *Territórios produtivos: Um estudo geográfico do Primeiro Distrito Industrial do Ceará.*

Autora: Keane Barroso de Carvalho

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zenilde Baima Amora

1. Nome do estabelecimento industrial:

A – A Empresa:

2. Nome da empresa:

3. Origem do capital da empresa:

4. A empresa possui outros estabelecimentos industriais?

Gênero	Localização	Escritórios comerciais	Localização

B – A Empresa e o distrito industrial:

5. Ano de início de suas atividades no distrito industrial em Maracanaú:

6. Por que a empresa decidiu instalar o estabelecimento industrial no Ceará?
E por que escolheu o distrito industrial em Maracanaú?

7. Que incentivos foram concedidos a empresa para que esta implantasse um estabelecimento industrial no distrito industrial em Maracanaú? E quais os atuais incentivos?

8. Qual o período de duração desses incentivos?

C – O Estabelecimento:

9. A indústria insere-se em qual Gênero/Ramo de atividades?

10. Que produtos são fabricados?

11. O prédio onde funciona o estabelecimento é próprio, alugado ou cedido por órgão público?

12. Como se dá a articulação entre o comando e a parte executiva da empresa em relação à produção da indústria?

C1 - Fluxo de matérias-primas, tecnologia e produtos:

13.

Matéria-prima utilizada	Origem (Estado/País)	Tipo de transporte (origem - indústria)	Origem do transporte (próprio/contratado)	Responsável transporte (comprador/vendedor)

14. A indústria vende sua produção para que estados e/ou países?

Volume de venda	Produto	Estado	País

15.

Produto fabricado	Tipo de transporte (indústria - destino)	Origem transporte (próprio / contratado)	Responsável transporte (comprador/vendedor)

16. Os produtos fabricados por esta indústria são complementares de outros produtos fabricados por outras indústrias?

☐ Não.

☐ Sim. Quais indústrias? Onde se localizam?

17. Qual o estado (s) e/ou país (es) de origem do maquinário utilizado no setor de produção da indústria?

Tipo de maquinário	Estado e país de origem

18. A indústria renovou maquinário nos últimos anos?

☐ Não.

☐ Sim.

C2 - Sobre a mão-de-obra que compõem o estabelecimento:

19. Qual o número de trabalhadores diretos:

No chão de fábrica? _____

Na administração? _____

20. Qual a média salarial desses trabalhadores:

No chão de fábrica? _____

na administração? _____

21. Dos requisitos básicos da mão-de-obra do chão da fábrica:

Quantos trabalhadores possuem 1º Grau Completo?

Quantos trabalhadores possuem 2º Grau Completo?

Quantos trabalhadores possuem qualificação específica (técnico de nível médio, diploma de nível superior, especialização, mestrado, doutorado)?

22. Qual a forma de contratação de mão-de-obra mais utilizada pela empresa?
(Se for utilizado mais de um tipo de contratação, por favor, especificar.)

☐ SENAI ☐ SINE ☐ Currículo diretamente na empresa

23. A indústria terceiriza algum serviço ou mão-de-obra? Quais?

24. Qual a média de empregados por sexo na linha de produção da indústria?

Masculino _____

Feminino _____

25. Qual a média de trabalhadores residentes em:

☐ Fortaleza? _____

☐ Maracanaú? _____

☐ Outros municípios da Região Metropolitana? Quais?

☐ Outros municípios do Estado? Quais? _____

26. No deslocamento residência/trabalho/residência a empresa disponibiliza transporte ao trabalhador?

☐ Não.

☐ Sim. Quais as rotas? É cobrada alguma taxa?

27. Caso a empresa não disponibilize transporte, que tipo de transporte os trabalhadores mais utilizam? A empresa oferece algum subsídio ao trabalhador para seu deslocamento residência/trabalho/residência?

28. De onde vem a mão-de-obra especializada da indústria (diretores, gerentes, membros da administração, etc.)? Que tipo de transporte utilizam?

ANEXO – Folder da Prefeitura Municipal de Maracanaú



Twista em,
Maracanaú

Bons negócios
começam aqui

Incentivos para instalação do negócio

Maracanaú tem legislação própria de incentivos fiscais e econômicos para as empresas:

- Redução do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Imposto sobre Serviço - ISS
- Doação de terrenos e subvenção de locação de galpões para pré-instalação de empresas
- **E mais:** A Prefeitura atua em parceria com o Governo do Estado para disponibilização da infra-estrutura adequada - água, energia, comunicação e acesso - até o limite do terreno do empreendimento
- O Governo do Estado tem uma legislação fiscal que concede desconto de até 75% do ICMS

Escolha o melhor local para sua empresa

O Município possui distritos industriais com todas as condições de infra-estrutura para receber a sua unidade. Conheça cada um deles:

Distrito Industrial de Fortaleza I - DIF I

O maior Distrito Industrial do Ceará, com 1.013 hectares, localiza-se em Maracanaú, distante apenas 18 km do centro de Fortaleza. O Distrito possui em sua infra-estrutura água bruta e tratada, rede coletora de esgotos com cinco lagoas de estabilização, gás natural, energia em 13,8 e 69 Kv e fibra óptica. Dispõe também de conjuntos habitacionais, transporte coletivo e ferroviário, além de sistema bancário com 7 agências, 2 agências de correios e um moderno sistema de comunicação interligado através da Embratel/Oi Fixo ao País e ao mundo.

Distrito Industrial de Fortaleza III - DIF III

O Distrito Industrial de Fortaleza III possui uma área total de 164 hectares, sistema de esgoto com tratamento em lagoa de estabilização, sistema de abastecimento de água e de energia elétrica.

Distrito Industrial Municipal - DI 2000

Possui 40,54 hectares de área total. Com as mesmas condições de infraestrutura que o DIF III, o Distrito se apresenta como mais uma ótima alternativa de localização para o seu negócio.

Distrito Industrial Alto Alegre II

O Distrito conta com uma área total de 46 hectares, sistema de esgoto, acesso a via férrea, sistema de abastecimento de água e de energia elétrica.

Distrito Industrial de Piratininga

Dispõe de 18 hectares de área total e irá abrigar o Pólo de Confeccões. É um espaço adequado para receber empresas do setor de confeccões e têxtil, pois fica próximo aos Conjuntos Habitacionais Jereissati I e Novo Maracanaú, abundantes em mão de obra.

Diferenciais competitivos

➤ Localização

A posição geográfica de Maracanaú é estratégica em relação aos principais mercados consumidores mundiais. Está distante 56 km do moderno Complexo Industrial e Portuário do Pecém e a 25 km do Porto do Mucuripe, em Fortaleza. Por via marítima, o Município localiza-se a sete dias de viagem dos Estados Unidos e do Mercosul, e a nove dias do Porto de Rotterdam, um dos principais da Europa. Por via aérea, Maracanaú está situado a apenas nove horas dos Estados Unidos, sete horas da Europa, dez da Argentina e três horas de São Paulo. O aeroporto internacional Pinto Martins, em Fortaleza, fica a 12 km de distância.

➤ Acessos viários

- A ligação terrestre de Fortaleza para Maracanaú se faz através da CE-060, trecho em ótimo estado de conservação. O anel viário é uma importante via de acesso ao Município, pois interliga todas as rodovias que chegam a Fortaleza: BR-020, BR-222, BR-116, CE-065 e CE-040. Vale ressaltar que o sistema de transportes do Ceará está em constante modernização, tornando mais ágil o escoamento da produção.

➤ Mão-de-obra

- A mão-de-obra local, além de ser jovem - 54% da população possui menos de 24 anos - e ter bom grau de escolaridade, é criativa, laboriosa e flexível. As empresas que pretendem se instalar em Maracanaú poderão contar ainda com o apoio de uma ampla rede educacional para a formação de técnicos.

➤ Qualificação profissional

- A Prefeitura criou, em 2005, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Empreendedorismo (Setec), com a finalidade de qualificar a população local e desenvolver ações de empreendedorismo.
- Está em fase final de implantação o Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet Maracanaú. A cidade é a única do Estado, fora Fortaleza, a possuir uma unidade da instituição.
- Outras importantes entidades educacionais voltadas para a formação profissional são o Centro Vocacional Tecnológico - CVT, a Escola Técnica do Maracanaú e o Senai.

Empresas com unidades no Município

Mais de 200 indústrias locais, nacionais e internacionais escolheram Maracanaú para implantar suas unidades, entre elas estão:

- Agripec Química e Farmacêutica S/A
- Durametal S/A
- Esmaltec S/A
- Fábrica Estrela - Pelágio Oliveira S/A
- Jobek do Brasil Indústria Têxtil Ltda
- Cia Metalic Nordeste - empresa da CSN
- Norsa Refrigerantes Ltda
- Gerdau Aço Minas S/A
- Vicunha Têxtil - Unidades I e V
- Karsten Nordeste
- Também estão em Maracanaú as Centrais de Abastecimento do Ceará - **Ceasa**, complexo que responde pelo armazenamento, distribuição e comercialização dos hortifrutigranjeiros no Estado

Maracanaú: economia em expansão

- Apesar de possuir apenas 24 anos de fundação, Maracanaú é a segunda maior economia cearense. Os últimos dados oficiais mostram que o Produto Interno Bruto - PIB do Município chegou a R\$ 1,93 bilhão (em 2002), cerca de 8% do total das riquezas produzidas pelo Ceará
- É o segundo maior município exportador do Estado. As exportações de Maracanaú atingiram US\$ 199,7 milhões em 2006
- O Município possui um comércio desenvolvido e conta com o moderno Shopping Center Maracanaú. O estabelecimento tem 17 mil m² e está em fase de ampliação
- Entre 2005 e junho de 2007, o Programa de Atração de Empresas da Prefeitura de Maracanaú trouxe 62 empreendimentos para o Município. Essas unidades representaram um total de 3.912 empregos e R\$ 132,97 milhões em investimentos
- A cidade possui o Pólo da Moda de Maracanaú, também conhecido como Feira Center Ceará, que é um empreendimento da Sil Investimentos Imobiliários apoiado pela Prefeitura. O primeiro módulo do complexo, inaugurado em agosto de 2007, possui 500 boxes e 55 lojas, gerando 10 mil empregos diretos e indiretos. O Pólo é voltado para a venda de confecções, artesanato e acessórios de moda e estará totalmente concluído em 2010, com a expectativa de gerar 50 mil empregos

